

Volume I

Fundação Cuidar o Futuro

- retrato
- governação
com o povo
- algumas medidas
governativas



Fundação Cuidar o Futuro

Lurdes Pintasilgo:

quem foi, quem é, que pode esperar-se dela



2.

Tem 49 anos, estava na UNESCO como nosso embaixador, já pertencera a Governos Provisórios: subitamente, o Presidente da República indigitou-a para Primeiro-Ministro de um precário Governo de gestão e as pessoas descobrem à boca do Verão que nada sabiam de substancial sobre esta mulher que os amigos classificam como afável, competente e carismática. Engenheira química diplomada pelo IST, católica praticante confessa, tudo nela é um misto (inesperado) de tentada eficácia e crença pertinaz em forças que se situam muito além do homem quotidiano. Mística, Maria de Lurdes Pintasilgo? Eis o que pode falsear um perfil para o ano dramático de 1979, marcado pela crise energética e pela desdramatização da função papal, para só citarmos dois vectores recentes deste último e crucial quarto de século. Mulher de acção, a todo o preço? A ilusão pode sair cara: são 100 dias, pouco mais, que ela vai estar activa no minipalacete de São Bento. Mas os amargos de boca de um IV Governo Constitucional pior que a encomenda fazem da activista do Graal uma pessoa de esperança, uma imagem de tempos novos e justos. «O Jornal» procurou, em jeito de «puzzle», reconstituir aqui o rosto de Maria de Lurdes Pintasilgo, tentando contar o que ela foi, apontar como é e deduzir o que talvez venha a ser (e a pôr em prática) até Outubro — pelo menos...

Uma mulher sem rótulos

Fundação Cuidar o Futuro



José Silva Pinto

«Dificilmente vejo alguém ser inimigo de Maria de Lurdes. Por isso me espanta a campanha que contra ela tem sido conduzida, nos últimos dias...». Quem isto me diz é um velho conhecido e amigo da primeira mulher que em Portugal foi escolhida para chefiar um Governo, que desde o princípio desta semana está a procurar formar, com a «capacidade de dinamização, entusiasmo e comunicabilidade» que dela fazem uma personalidade verdadeiramente excepcional, não só no nosso acanhado meio, mas também nos círculos internacionais que frequenta desde muito nova.

S., o amigo, fala-me com entusiasmo desta sua antiga colega no Técnico, evoca sua parte de «racionador fora das ideias feitas», que mesmo na conversa mais comum é sempre capaz de «trazer ideias que fazem ver mais fundo», sublinha seu «gosto pelo trabalho em equipa», salienta sua «visão universal do mundo em que vivemos», ou «o optimismo e alegria que respira e é capaz de insuflar nos que com ela trabalham».

Exageros? Não creio: não é o es-

tilo de S., um homem que ainda não há muitos anos ocupava lugar cimeiro numa organização católica de âmbito nacional. Favores de alguém que passou pelos bancos da mesma escola de Lisboa? Não acredito. Mas, mesmo que S. exagerasse, haveria o testemunho daquela figura da UNESCO que, prestando homenagem a Maria de Lurdes Pintasilgo, dela dizia, há dias, que possui um carisma capaz de fazer mil amigos por minuto...

Quem é, pois, esta mulher de 49

anos cujo invulgar apelido é ainda mais fora do comum, por se escrever apenas com um «s»? Dela se sabe que nasceu em Abrantes. De seu avô, Jerónimo Matos, «o Pintasilgo», pequeno industrial de lanifícios na Covilhã, herdaria o apelido, nascido de uma alcunha (como frequentemente acontece por essa província fora), homenagem aos trindades que tirava do assobio e à sua veia de poeta popular.

Do pai, Jaime de Matos Pintasilgo (nome assim consagrado em certidão de nascimento, só com um «s», talvez por erro da escriturária), herdaria, igualmente, o feitio comunicativo, a alegria de viver. Da mãe, Amélia do Carmo Ruivo da Silva, ficaria-lhe a o pendor religioso, que nela é algo de «fisiológico», indissociável da sua maneira de estar no mundo.

De Abrantes, cedo veio para Lisboa, com a mãe e o único irmão, José Manuel, que se tornaria jornalista, hoje subchefe da Redacção do semanário «Tempo». Foi um tio

materno, major do Exército, quem se encarregou da educação dos sobrinhos. Uma educação rígida, almoço à uma, jantar às sete, em ponto. O futuro jornalista brincava com soldadinhos de chumbo. Maria de Lurdes pouco se dedicava às bonecas: preferia ler. Charlotte Brontë, Pearl Buck, os principais autores portugueses. Apesar das tendências literárias, aliás patentes na forma como escreve, cedo Maria Lurdes decidiu que seguiria um curso de Ciências, por ser mais difícil para as mulheres do que para os homens. Na hora da decisão, tinha apenas 11 anos.

Fez o liceu, no Filipa de Lencastre, com fama de melhor aluna da escola. Depois, o Técnico. Aos 22 anos era engenheira químico-industrial, com média final de 18 valores. Desde muito cedo ligada a Acção Católica, foi presidente da JUCF (Juventude Universitária Católica Feminina). Logo aí começou uma carreira internacional, que a levaria a tornar-se, rapidamente, a primeira portuguesa presidente da



M.L. Pintasilgo, aos 28 anos
Engenheiro, com 18 valores

Pax Romana, uma organização fundada em 1921.

«Reuniões internacionais ou regionais sobre a vida apostólica, a missão da Universidade, o apostolado intelectual, arte moderna, problemas da empresa, responsabilidade política, energia nuclear, medicina e direito, a Universidade como centro de cultura — são alguns exemplos de uma actividade intensa e fecunda», como o descreve a própria Maria de Lurdes Pintasilgo, em artigo publicado no número de Março de 1958 do «Encontro», jornal universitário católico, em que colaboraram alguns futuros «cabeças» deste país. «Pax Romana» — continuava M. L. Pintasilgo — tem colaborado no estudo de vários problemas postos pela ONU, como as medidas discriminativas, a condição da mulher, os problemas demográficos, os direitos do homem, as questões sociais».

«Ela visa muito alto...»

«A Maria de Lurdes está sobretudo interessada na edificação de

uma sociedade muito difícil de construir» — explica-me ainda S. — «Ela visa muito alto, o ultrapassamento de soluções precárias, a procura de algo para além do que já existe. Mas tudo isto a partir de um conhecimento muito concreto da realidade — e assume numa perspectiva cristã. Escrevia ela, no mesmo artigo de 1958: «... Quando em Lisboa ou em Nova Iorque, em Manila ou Achimota, um universitário católico, consciente da sua responsabilidade de católico e da sua missão apostólica, se debruça sobre os problemas dos seus companheiros de estudo e lhe procura a solução mais plenamente humana, ou analisa profundamente os problemas sociais e culturais do seu tempo e do seu país, na perspectiva dum catolicismo vivo e profundo, inserido numa competência técnica de primeira qualidade — então esse estudante está já, talvez sem o saber, a viver do ideal de Pax Romana. Porque é nesse esforço árduo e exigente da inteligência a exercer-se sobre os grandes problemas do homem e da sociedade, nessa angústia positiva e actuante da salvação dos outros, nessa luta serena mas constante pela cristianização da Universidade — é que Pax Romana encontra a sua própria vida».

Da Pax Romana saíram algumas grandes figuras da Cultura mundial, como Veronese, que foi o primeiro director-geral da UNESCO, ou Ruiz Gimenez, um universitário famoso em toda a Espanha. Daí que não seja de espantar que, com seu profundo traquejo internacional, também Maria de Lurdes Pintasilgo tenha alcançado além fronteiras um nome e uma projecção que a fazem apreciada de personalidades como o antigo presidente do México, Luis Echeverría, tal como ela, membro, a título pessoal, do conselho executivo da UNESCO, para o qual foi eleita com os votos de 123 países. Daí também que não admira demasiado vê-la tornar-se o alvo (difícil, co-

mo suponho que em breve se verá...) dos nossos pigmeus da política de trazer por casa, mais apetrechados para o «catálogo» do que para a acção... (Enquanto, entre nós, ela é alvo de uma campanha socialista, Itália chegou-lhe o abraço de felicitações de uma democrata-cristã — a responsável pelo Ministério da Saúde...).

Também no Graal — outra organização católica internacional, esta abrangendo mulheres de todas as condições sociais — Maria de Lurdes Pintasilgo atingiria as máximas posições.

A sua maneira de ser impeli-a para uma prática política subordinada ao que se pode considerar a não violência activa. Talvez por isso, no longo da vida, esteve próxima dos movimentos dos católicos progressistas, sem contudo neles participar directamente. Ela sabe que a opção política de um cristão tem de ser pelos pobres — e que os pobres, actualmente, são sobretudo, os homens, as mulheres e as crianças do Terceiro Mundo. É porventura por isso que desde há muito se tornou advogada da teologia da libertação, do alemão Leonardo Boff. E que entre as figuras que mais preza se contam homens como D. Hélder Câmara e Paulo Freire (foi, aliás, o Graal que introduziu em Portugal o método Paulo Freire para aprendizagem de leitura, na década de sessenta, no distrito de Portalegre).

Pontes para o diálogo

Psicologicamente liberta, ela escapa a todos os rótulos. Melancolista? Marxista? Terceiromundista? São palavras. No Verão passado, num «brain storming» realizado em Lisboa, enquanto os outros participantes alinhavam problemas relativamente fáceis, Maria de Lurdes Pintasilgo fazia uma análise global de sociedade, não tanto na busca de soluções novas para os problemas que afligem a humanidade, mas sobretudo com o fito de dar um sentido novo ao que já existe.



Salve Maria

Maria Velho da Costa*

*ucellino
com potente voce di aquila
na aquila tremante*

Pasolini. RIFACIMENTO

Durante cem dias de poder tão relativo porque tão provisório, esperam de ti que concilies, que pacifiques, que restabeleças o crédito retirado pelo homem comum a uma democracia trémula. Que nada ou muito pouco mudes em termos de poderes e instituições, que tudo mudes em termos de atitudes. Preparar o caminho a que senhores?

Chama-se uma mulher para que agente um pouco, um pouquinho, o leme da barcaça das iras e das cinzas e a faça sulcar, qual donnoirosa gôndola, o mar crespo de um período pré-eleitoral acaso mais rosnante que qualquer outro dos anteriores. Afastar o cinzento, a poifada bruma nacional, a poder de sorriso e instaurar o cor-de-rosa das meninas de coro como pano de fundo da batalha do voto. As urnas, às urnas, enquanto a tua mão embalará o berço.

Dizeste Fiat. Alegrem-se como a tudo aquilo em que te metes, da cozinha à rua, o que é muito difícil de entender para quem só retira prazer da opressão que suporta ou inflige a outros. Tu vives com a alegria. E eu exultei, e espero que contigo, divertidamente, muitos mais. Todos os de boa vontade. Todos os que podem e, num país destes, sabem que devem, ser pobres mas alegres, que é como quem diz empenhados na construção de uma sociedade — nacional e internacional — que para ser mais justa não se deva mais soturna. Os que a contradição não enraivece ou envilece de mais porque têm consigo ainda algum amor e humor, que é como quem diz sentido do tempo.

É que estão nas tuas mãos cem dias portugueses de imprevisível diferença. Não só por ti, imprevisível, mas pelo jogo de ti com este corpo social. Porque és mulher, sim, num país em que governaram homens. Porque és engenheira, pois, num país em que há muitos anos decisivos para o desenvolvimento, torto embora, do restante Ocidente, o discursivismo estéril e obscurantista dos pálpitos e dos bacharéis em direito, o guincho puritano de uma burguesia caquética e assustada, se sobrepuseram sempre à imediata necessidade de palavra-em-acto dum povo que se estropiou na subalternação e na guerra, que emigrou mal, que empobrece mais e mais.

E, diferença ainda, essa a mais secreta e também a mais evidente para quem (te) vê — tu és um poeta. Como se diz na tropa e como se diz na alma, de alguém que é luminosamente confiante e até com os desaires vai medrando. És cristã. Isto é alguém que crê que é no quotidiano dos corpos humanos, no seu prazer e pena, aqui e agora, próximos — que está o sentido. És daqueles, raros, para quem a Incarnação nunca precisou de ser dogma.

Cóisa de sorrir, pois, esta de nos aconteceres assim tão no intervalo, assim tão. Pega lá na criança ao colo, tão enfezada e birrenta, a democracia parlamentar portuguesa, muda-lhe a fraida, varre a cozinha, enquanto a gente vai lá para dentro aguçar o argumento, reforçar o empréstimo, programar a institucionalização definitiva da crise, do debate ideológico, do desastre quotidiano.

Mas acaso foi a capoteira do jogo político aqui, aqui o foi a seca do crónico maldizer d'Este País, (como se nos outros se não torcesse o rabo da crise civilizacional, económica, mais azeda e mais sórdida), acaso foi o lento e crescente desaire do dizer sem fazer, ou fazendo mal, ou fazendo a mal, que os levou, para lá da atitude explícita de nomearte, de aceitar-te ou denegar-te — que os levou a propor-te ou exigir de ti apenas — a construção de uma serenidade que não seja, fosse, polfémica. A ti, de quem ouvi há meses, diante de pacatos gestores portugueses, pudicamente atônitos, engravatadamente extasiados, o apelo à insurreição total de todos nós.

Não será antes que o que de facto te pedem uns e proibem outros, é a restauração da crença e do entusiasmo das grandes massas no seu próprio fazer de si mesmas, que a uns falece sustentar e a outros ameaça? Esperam de ti que o homem de rua — ainda que pelo agulhão da mulher e seu cabaz vazio, que tão fraternamente entenderás, não mais diga. Quero lá saber. E diga de novo, Quero saber. E quando ele e ela, pelo seu exercício da franqueza total, estiverem prontos para essa preprimária do civismo de que já descrevem, será que te dirão, Chega filha, agora nós dizemos como, Vai, vai para a UNESCO como portuguesa de primeira que és, produto de exportação?

Escondo na manga e mostro, fêmeamente, dois secretos trunfos porém, meus, teus, de quem tiver ainda um pouco de graça e coração imaginoso para apoiar-te — a confiança na tua imensa vitalidade, que te leva, como todos souberam sempre e só por hipocrisia lêm de outro modo, a quebrar protocolos e precedências, não por avidez de poder, mas porque simplesmente maçam quem não é estúpido e empatam quem quer fazer.

Outro trunfo será a diferenciação que de facto faço, fazemos, entre as forças sociais mais profundamente em jogo e que demarca linhas claras entre os partidos, dentro dos partidos — os que lutam pelo (pleno) emprego e os que lutam pelo pluriemprego de alguns; os que lutam pela dignidade do corpo, nos afectos, no local de trabalho e na escola onde ele deve tomar voz, na comunidade internacional, e os que lutam pelo fechamento unilateralmente dependente, mais imediata e perversamente rentável; os que são aquilo que já deram à comunidade a que pertencem, por mais ignorada, por mais ignorados, e aqueles que julgam ser o que eles representam.

Nesta Europa descalça, residual de um III Reich onde não se queimaram corpos mas se reduziram corpos e consciências, e é ser disso, portuguesa, que te faz «terceiro mundista», nossa negrinha de Deus, nesta horinha mal-mariânica, dão-te cem dias. É de mais para uma aparição, por mais brilhante que seja a senhora, de menos para uma gravidez a termo, por mais valerosa a mulher. Eu sei, não-de-ver-te em trabalho, gestante. Mas já te mordem a direita dos direitos ó tão individuais e tristes e a extrema esquerda dos direitos ó tão colectivos mas poucos. O resto amua ou espera, um bocado emburrado. É porém, muito possível que sejas amada e escutada pela gente anónima e pelos poetas de todos os mestres, que sabem que em política o que é, é. Que sabem muito mais que o que parece. Que sabem que os que te chamam comunista e meloantunista te estão só a chamar nomes que acham feios, sinal certo de raiva impotente. Que sabem que os que te apontam como grave senão de cristã o apoio à legalização do aborto, empurrariam de bom brado a filha solteira para a clínica em Londres ou despediram já por levantada a criada grávida. Ou respeitam com grande agrado os períodos fecundos, único alívio da chateza da relação que podem.

Parocerá isto um canto de lonvor enquanto é tempo, quase póstumo. Ou um aviso a essa tua navegação uselra e vezeira em deixar-te ir na confiança até escolhos perigosos na manipulação de outrem — por causa do teu encanto, em deitamento do teu desígnio. Será também.

Mas é mais, muito mais, um aceno À tua viagem de coração cheio, a anticarreira até aqui. Penando que possa ser de atribuição ou decorativa doutras a tua passagem, aveziinha grande. E não serei eu a desafiar-te ao desafio que de ti esperam, acaso todos esperam. Sem grande esperança ou fé, e muito menos caridade, muitos dos que detêm poderes ou os recuperaram, esperam. Mas os desalojados da paz podre e da mudança incumprida, as bases do edifício, esses podem já escutar-te, escutam-te. Não haverá maior desafio.

Dou-te pois com eles a salvação. E o meu apoio e confiança e comoção, de mulher e de cidadã, inteiros. E possas tu deixar neste povo ao menos a memória de uma hora curta de verdade plena, de boa vontade límpida, de inteligência e sensibilidade novas, novas. Porque nem sempre é a integridade de um dirigente o seu gosto pela vida o que faz mover as massas humanas. Mas é sempre o que elas esperam, o que veneram quando reconhecem, o que rememoram como sinal, só sinal, da sua própria vitalidade e grandeza.

Bem-vinda pois, com o teu nome e trato de pássaro robusto, rústico e cantador o o teu sorriso de menina boa sem folice ou toleima. Essas coisas contam.

* — Escritora. «Prémio Cidade de Lisboa» de romance (1977). Anterior presidente da Associação Portuguesa de Escritores.





Maria de Lurdes Pintasilgo, lendo um texto
«Cultura teológica em consonância com o Evangelho»



Fundação Cuidar o Futuro Profunda cultura teológica

«E aí está o nosso programa... Mudar as estruturas, as mentalidades, os valores, as experiências, a sociedade, a Igreja — mudar tudo, mudando também a nossa vida. Não é isso, numa palavra, ser «sal da terra?»».

Estas palavras não pertencem a um programa de governo. Mas são assinadas por Maria de Lurdes Pintasilgo e foram publicadas em Janeiro de 1978, no n.º 1 do mensário «Mudar a Vida», publicação do Graal, dirigida por Maria Teresa Santa Clara Gomes. Escrevendo sobre «A única mudança real», Maria de Lurdes Pintasilgo sintetiza as linhas de força daquele movimento de mulheres cristãs que surgiu na Holanda em 1921 e em Portugal apenas em 1957, precisamente por sua iniciativa e de Maria Teresa Santa Clara Gomes, ainda hoje apontadas como as «mulheres fortes do Graal no nosso país».

Anteriormente, o Graal publicava «Igreja em Diálogo», mas a partir de Janeiro de 1978, começou a editar «Mudar a Vida», de que saíram já dezassete números. Trata-se de uma pequena publicação de quatro páginas onde Maria de Lur-

des Pintasilgo tem abundante colaboração. Além de um texto da directora, «Mudar a Vida» tem transcrito, com frequência, textos de autores como Maurice Bellet, Henry Dougier, Yves Geraigon, Hugues de Varine, Paul Legrand, Philippe Bouhours, E. F. Schumacher, Alan Watts, etc. A publicação apresenta-a como «um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo, «um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedades e um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos».

«Os textos da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo revelam sempre uma cultura teológica profunda, em perfeita consonância com o Evangelho e com a doutrina da Igreja», assinala a «O Jornal» uma fonte próxima do Episcopado que apontou o Graal como «um movimento de leigos, integrado na Igreja, uma linha de reflexão avançada dentro da Igreja, se se preferir».

Surgem-nos, assim, sem fundamento e visando apenas fins políticos, os artigos e notícias publicados em alguns jornais a pôr em causa a

ortodoxia do Graal e da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo.

Movimento de leigos que se propõe «mudar a vida», parece lógico, no entanto, que o Graal não seja olhado da mesma maneira em todos os sectores da Igreja Católica, nomeadamente a nível da hierarquia. Colocada perante a questão, um elemento do Graal referiu: «Quanto aos bispos, posso dizer que, com alguns, é fácil estabelecer um diálogo profundo, e com outros, isso é mais difícil. Mas é preciso ter em conta que o Graal é um movimento dinâmico e com uma definição própria, não tendo uma estrutura rígida».

Militante católica profundamente comprometida com a sua fé, Maria de Lurdes Pintasilgo fundou, em 1957, com Maria Teresa Santa Clara Gomes, o Graal no nosso país, e no âmbito deste movimento tem desempenhado uma actividade que, em sectores ligados à Igreja, é considerada «notável». Além do mais, os mesmos sectores fazem questão em assinalar a «profunda cultura teológica» da eng.ª Maria

de Lurdes Pintasilgo, o que já levou alguns a supor que ela teria um curso de Teologia. Elementos do Graal, no entanto, assinalaram que ela não teria nenhum curso formal, mas reconheceram que os seus conhecimentos na matéria são, na verdade, de nível superior.

Os meios ligados à Igreja preferem não fazer comentários de ordem política, mas «O Jornal» apurou que, neste sector, se pensa que o novo primeiro-ministro só perfeitamente capaz de manter a neutralidade na preparação das eleições, não favorecendo nenhum partido. Um informador acentuou, ainda a propósito, a sua convicção de que a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo «tudo fará para estimular o mais possível a participação das populações no acto eleitoral». O mesmo informador referiu ainda que, pelo que conhece, é possível prever que a sua actuação, dentro dos condicionamentos em que vai decorrer, deverá basear-se nisto: «a promoção para a participação».

Teresa Santa Clara Gomes:

Explicar (de forma simples) o que é o Graal

EXPRESSO: Tem-se falado muito do Graal, nos últimos dias, a propósito da eng.ª Maria de Lurdes Pintassilgo, mas poucas pessoas têm uma ideia clara sobre o tipo de organização que é, os objectivos que tem, as acções que realiza. Quer-nos dizer alguma coisa sobre isso?

Resposta: É curioso ver como os órgãos de informação funcionam muito mais à base de estímulos imediatos, do que debruçando-se sobre os movimentos e grupos sociais que actuam com uma certa permanência na nossa sociedade. O Graal existe em Portugal desde 1957 e nunca nenhum jornal se lembrou de fazer sobre a nossa vida e acção uma reportagem a sério. Neste momento, não param as perguntas e pedidos de informação. É curioso não acha?

Mas vamos ao que interessa. Quer que eu comece por lhe dar uma "definição" do Graal? Olhe que é difícil. O cartão de visita habitual diz que se trata de um "movimento internacional de mulheres cristãs". Mas, como é fácil de compreender, ninguém que conheça o Graal por dentro (e só quem já "viveu" o Graal pode pretender conhecê-lo) se satisfaz com uma tal definição. Daí a multiplicidade de fórmulas (todas acusadas de mais ou menos vagas) com que o Graal, ao longo dos anos, se tem auto-apresentado: "espaço de encontro e de procura", "encruzilhada de reflexão crítica", "lugar de empenhamento", "plataforma de acção-reflexão", "laboratório de experimentação e inovação"...

Como vê, são tudo sugestões inacabadas. A única coisa que é possível dizer com clareza é que se trata de um grupo de mulheres — de diferentes culturas, idades e situações de vida — interessadas em activar, a todos os níveis, a contribuição própria e criadora das mulheres para a mudança qualitativa da vida no Mundo de hoje.

EXP: Quer isso dizer que o Graal se recusa a ser classificado ou integrado nos quadros institucionais habituais? O que é, afinal, o Graal enquanto organização cristã e enquanto entidade civil?

Resp: Não recusamos a classificação, porque sem ela não seríamos minimamente identificadas e reconhecidas. Mas insistimos em que o Graal, mais do que uma instituição, é uma corrente viva, em constante erupção que não se compadece portanto com um encaixe fácil em categorias feitas. Isso não significa, no entanto, que o Graal não tenha uma personalidade, quer eclesial, quer civil, bem definida:

em termos eclesiais, o Graal é um "movimento de apostolado leigo"; em termos civis, tem no nosso País o estatuto jurídico de "associação de carácter social e cultural".

EXP: Pode dizer-nos, em poucas palavras, que objectivos pretende o Graal atingir?

Resp: Nos estatutos de "Associação Graal" enumeram-se quatro objectivos:

— Proporcionar condições de valorização pessoal e educação permanente a mulheres de todas as condições sociais;

— Estimular a contribuição das mulheres para a criação de novos modelos de vida em sociedade, ao nível local, nacional e internacional;

— Promover a compreensão e a solidariedade entre mulheres de diferentes nacionalidades, raças e culturas;

— Suscitar a introdução de valores de ordem ética e transcendental nas tarefas de ordem técnica, social e cultural.

Em linguagem cristã, dizemos que o objectivo do Graal é fazer uma "nova terra" de cada dia, a Boa-Notícia ou Boa-Nova que o Evangelho de Jesus Cristo veio trazer. Como sabe, essa "notícia" é a promessa de uma "nova terra". O Graal existe, portanto, para desafiar as mulheres a participarem activa e conscientemente na construção dessa "nova terra".

EXP: Mas em que é que isso se traduz, afinal? O que faz o Graal?

Resp: Potencialmente, as acções do Graal são tantas e tão diversificadas quanto os desafios com que as mulheres despertam pelo e para o Graal se confrontam, na multiplicidade das situações e das culturas em que vivem. (A propósito, convém dizer que a palavra Graal, tirada da lenda medieval com o mesmo nome, é um símbolo que evoca a busca, a "demanda", a procura. Daí que as mulheres do Graal não se satisfaçam facilmente com posições instaladas, com lugares conquistados, com acções rigidamente definidas...)

Entre nós, e creio que é isso que mais directamente lhe interessa, o Graal conta já um bom número de microprojectos inovadores, na área social e cultural. Recordo-lhe, nos anos 60, o "projecto de promoção humana" em aldeias rurais da zona de Portalegre; lançamento dos primeiros programas de alfabetização, segundo o método de Paulo Freire; a actividade do "Centro de Arte e Cultura", em Coimbra; os programas de formação residencial com estudantes universitárias, etc., etc.

Actualmente, o Graal tem nas mãos dois projectos de acção sociocultural que atingem cerca de 400 mulheres rurais e dois projectos de educação alternativa: um com estudantes do ano propedéutico e outro na linha da "animação infantil" não escolarizada. Isto para não falar do seu número de encontros, debates, programas de formação e de informação, campos de férias e de trabalho, celebrações do ano cristão e muitos outros acontecimentos que estruturam a vida de um grupo que se quer vivo e atento à realidade em que se insere.

EXP: Os jornais anunciaram que se está a realizar, pela primeira vez em Portugal, a Assembleia Internacional do Graal. Quer dizer-nos alguma coisa sobre esse encontro?

Resp: A Assembleia Internacional do Graal é o órgão estruturador da vida do Movimento, a nível internacional. Reúne-se de 4 em 4 anos e é nele que são atribuídas as linhas de acção que se quiser, as metas aglutinadoras da vida do Graal nos diferentes países. Na presente Assembleia, que se está a realizar na Figueira da Foz, estão presentes participantes do Graal de 24 países, entre os quais: o Brasil, a Costa Rica, os Estados Unidos, o Canadá, a Alemanha Federal, a Itália, o Egipto, o Quênia, a Tanzânia, o Uganda, a Nigéria, a Índia e as Filipinas.

Não imagina a emoção de todas estas mulheres, ao chegarem a Portugal exactamente no dia em que foi anunciada a indigitação para primeira-ministra da Maria de Lurdes Pintassilgo!

EXP: A propósito, qual foi exactamente o papel da eng.ª Maria de Lurdes Pintassilgo, na história do Graal em Portugal? É verdade que foi ela, a primeira portuguesa que conheceu o Graal?

Resp: É. A Maria de Lurdes conheceu o Graal na Holanda em 1957 e foi a partir desse primeiro contacto que eu, e outras universitárias da mesma geração, o viemos também a conhecer.

Depois, aconteceu a bola de neve inevitável quando se acredita em qualquer coisa com uma convicção forte. O contágio da convicção foi tal, que dentro de poucos meses tinhamos algumas dezenas de raparigas e mulheres a viver a



"procura" do Graal, nas mais variadas situações.

O papel da Maria de Lurdes foi, e continua a ser, acima de tudo, o papel de quem desperta e mobiliza para desafios sempre novos. Desempenhou, durante vários anos, cargos de responsabilidade a nível internacional: foi vice-presidente e membro do Conselho Internacional do Graal entre 1964 e 1971. Mas não são as funções que a definem. O que a define é a sua personalidade. E essa deixa no Graal, como em todos os círculos em que se movimenta, uma marca que não se apaga: a marca da imaginação, da coragem, da ousadia para além do aparentemente possível. Sabe qual é uma das frases que mais vezes lhe ouvi repetir? Uma frase de Bernard Shaw que diz:

"Há os que vêem as coisas tal como são e perguntam: porquê? Eu sonho coisas que nunca foram e pergunto: porque não?"

Teresa Clara Gomes



Um Primeiro-Ministro que ama o povo

Finalmente surgiu no nosso País um Primeiro-Ministro que o povo esperava há muito, por feliz iniciativa do nosso Presidente da República.

Maria de Lourdes Pintasilgo é, na verdade, uma mulher simples que faz parte desse mesmo povo que ela tanto ama e a quem pretende servir acima de tudo. Católica verdadeira e honesta sem estar agarrada a beatissimos falsos e a tradições conservadoras, seguidora autêntica do Evangelho de libertação dos mais oprimidos e explorados, ela é sem dúvida a resposta exacta e actual para os problemas nacionais, que como ninguém há pouco na RTP «é um problema de pobres e ricos», ricos que não querem ser um pouco menos ricos para que os pobres sejam um pouco menos pobres. Pena é que o seu Governo seja apenas de gestão e de preparação para as eleições, pois estou certo que muito haveria a esperar deste novo Primeiro-Ministro despido de vaidade e que fala a linguagem do povo, sabe o que está a dizer e diz aquilo que o povo quer ouvir e que está à espera.

É por isso que não posso conceber como partidos que se dizem cristãos não a aceitam e estão já a mover-lhe

tanta guerra. Infelizmente conhecemos bem o cristianismo desses senhores e sabemos que além de tudo o seu Deus é o dinheiro, e o que os move não são os interesses do povo, mas sim os seus próprios interesses e a defesa da classe privilegiada a que pertencem. Esses senhores deitam sempre as garas de fora quando aparece alguém como Maria de Lourdes Pintasilgo, alguém que vive para os outros e que não tem a fobia do poder nem a cegueira do mando.

Sabemos bem que ela está pronta a servir os mais desprotegidos, e creio que os portugueses vão exarar muito em breve a amá-la e a admirá-la.

Temos finalmente um Primeiro-Ministro que nos vai governar com amor e espírito de sacrifício. Muito irá lucrar, com o seu governo, este nosso Portugal tão despido de gente com nobres ideais que ponham acima dos seus interesses o interesse daqueles a quem servem.

Maria de Lourdes Pintasilgo só poderá não agradar aqueles que agem de má fé e a quem a vaidade e a ânsia de poder já cegaram completamente.

MANUEL BURNETT LAFIDO
LISBOA



A marcha de cem dias

Depois da verdadeira demonstração de comunicabilidade e capacidade de diálogo que foi a sua primeira conferência de Imprensa como primeiro-ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo voltou a marcar presença junto do público português com o discurso proferido ontem, no acto de posse do V Governo Constitucional.

Documento literariamente agradável, dito (mais do que lido) numa voz calorosa, convicta e convincente, o discurso de posse parece-me ter sido, mais do que uma afirmação política à maneira das muitas anteriormente ouvidas, um lucido e decidido compromisso moral entre uma equipa de trabalho e um povo que é urgente despertar e reanimar para a tarefa inadiável da reconstrução e do desenvolvimento.

Nota original do discurso de Maria de Lurdes Pintasilgo foi, sem dúvida, a alegria. Eu espero que ninguém se choque, grotescamente, com esta opinião. Habitados que todos estávamos aos governos que tomavam posse em nome do serviço da Pátria e do sacrifício pessoal — passiva (e), aliás, que a primeira-ministra de modo nenhum, e antes pelo contrário, rejeitou — foi animador e confortante ouvir um chefe de Governo falar em termos de risco e desafio, sem tibieza nem timidez, mas com a tranquila certeza de que, à dimensão do desafio e do risco, terá de corresponder medida ainda maior de coragem e ousadia na procura das soluções.

A própria linguagem de Maria de Lurdes Pintasilgo trouxe a presença de uma fronteira nova ao acto político a que o País ontem assistiu. Creio que não restam dúvidas a ninguém — e negá-lo seria insensatez — de que alguma coisa mudou e continuará a mudar nesta marcha de cem dias que define o caminho do V Governo Constitucional. E para mim, cidadão deste País, que procuro ser cidadão do Mundo numa perspectiva de cristianismo, a leitura que faço do discurso de ontem é apenas esta: pela primeira vez, uma interpretação dinâmica do Evangelho entrou na vida política portuguesa. («E se privilegiarmos alguém, que sejam os mais desprotegidos, os mais desfavorecidos, os que ainda não têm voz...»).

Por isso, é tão pesada e tão profunda a esperança agora posta em Maria de Lurdes Pintasilgo.

Helena Marques



Teresa Santa Clara Gomes acerca de Lurdes Pintasilgo "Somos pessoas extremamente diferentes"

"Acho que a imagem de sombra, que você me sugere, que tenho com a Maria de Lurdes Pintasilgo. Nós somos pessoas extremamente diferentes e, portanto, nunca poderemos ser a sombra uma da outra. A Maria de Lurdes é uma pessoa de grande visão, de grandes perspectivas; eu sou, talvez, uma pessoa com um modo de encastrar os problemas de forma mais operacional, preocupada com a visibilização das coisas. Isso trás, por vezes, grandes discussões e grandes controvérsias e nem sempre estamos de acordo. Mas o saldo do trabalho conjunto é sempre rico e positivo".

Quem me fala é Teresa Santa Clara Gomes, desde há dois dias secretária de Estado-adjunto do primeiro-ministro (foi ela própria e insistiu em não ter o cargo de ministro), considerada uma pedreira do V Governo, e que fará parte do bloco central de coordenação do Executivo.

Reencontro-a na mesma sala do Graal onde há sete anos trabalhei algumas tardes com a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo e com a própria dr.ª Teresa Santa Clara Gomes, num projecto jornalístico tão apaixonante quanto o permitia a falta de liberdade de imprensa.

Teresa Santa Clara Gomes, 43 anos, licenciada em Filosofia Germânica, há mais de 20 anos que começou a sua colaboração com Maria de Lurdes Pintasilgo, na IUC. Participaram em diversas reuniões internacionais e, depois, ambas estiveram no lançamento do Graal no nosso país. Depois do 25 de Abril, Teresa Santa Clara Gomes colaborou com Lurdes Pintasilgo quando esta era ministro dos Assuntos Sociais e ela foi presidente da Comissão Interministerial de Animação Sócio-Cultural e ainda quando a actual primeiro-ministro foi ocupar o lugar de embaixador na Unesco. Nessa altura Lurdes Pintasilgo também contou com a ajuda da sua amiga que a apoiou aqui, suprimindo uma certa falta de apoio orgânico, e a substituiu no Conselho Executivo como suplente em duas sessões; participando em várias reuniões da Unesco, designadamente como

componente da missão portuguesa à última conferência mundial da aquela organização.

Que vai ser agora o seu trabalho como secretária de Estado-adjunto?

"Não conheço ainda todos os mecanismos a nível de governação do primeiro-ministro para lhe poder dizer convenientemente quais são as funções que vou desempenhar. Há uma série de questões que estão dependentes do primeiro-ministro e costumam ser delegadas num secretário de Estado-adjunto. Dessas funções, algumas deverão ser enviadas para as áreas respectivas, porque não faz sentido que continuem dependentes do primeiro-ministro. Mas haverá ainda alguns pelouros concretos que me serão confiados. Para além disso, o meu papel fundamental será o de diálogo e reflexão junto do primeiro-ministro para a apoiar nas decisões a tomar e para ter um papel a nível da orientação política de fundo que lhe vai caber".

Teresa Santa Clara Gomes não é, como se sabe, uma inexperiente a nível de governação. No III Governo Constitucional, com efeito, desempenhou as funções de secretária de Estado da Cultura.

Mas no actual Executivo terá uma função especialmente importante, funcionado no núcleo motor, embora faça questão de sublinhar que não lhe caberá "qualquer papel de intermediária entre o primeiro-ministro e os ministros coordenadores das áreas".

"O único ministro-adjunto é o da Administração Interna que ficou com essa designação por a função ser especialmente importante neste período". De qualquer forma, há dois dias, quando conversei com Teresa Santa Clara Gomes a divisão de pelouros e áreas de responsabilidade ainda não estava perfeitamente definida.

«É tempo de as mulheres aparecerem»

Teresa Santa Clara Gomes foi a



Teresa Santa Clara Gomes
«Saldo do nosso trabalho é sempre rico e positivo»

única mulher que, além de Maria de Lurdes Pintasilgo, tomou posse na passada quarta-feira no Palácio da Ajuda. No entanto muito se especulava com a entrada maciça de mulheres para o Governo.

Como é que Teresa Santa Clara Gomes viu o «salário» que se fez a propósito deste assunto?

"Penso que é mais do que tempo de as mulheres começarem a aparecer progressivamente. A nível de governação, isso não deverá acontecer por uma grande «operação de choque», mas deve haver antes uma progressão de entrada das mulheres a nível de todos os escalões. Ainda é extremamente reduzido o número de mulheres que passou, por exemplo, por experiências a nível de directoras-gerais. Sem terem exercido já funções de organização, de administração e, até, de governação, é difícil que as mulheres se sin-

tam à vontade para aceitarem ser ministros».

Quatro mulheres foram convidadas por Maria de Lurdes Pintasilgo para funções ministeriais. Três disseram que não, Teresa Santa Clara Gomes disse que sim, mas só aceitou ser secretária de Estado porque considera que as funções que vai desempenhar se inserem nessa categoria. Teresa Santa Clara Gomes admitiu que mais algumas mulheres venham a ser incluídas a nível de secretários de Estado.

Como é que, dentro de Catalazete, Teresa Santa Clara Gomes (e pelas suas reacções são imagináveis as de Maria de Lurdes Pintasilgo) viu o clamor que se levantou perante a indigitação presidencial?

Ela divide as reacções em dois tipos: as que chegam através da imprensa e as cartas que provêm de todos os pontos do país. «As pes-

soas escrevem cartas de todos os pontos do país, não tanto a expor os seus problemas e a pedir solução, mas a dizer que sentem uma esperança nova com o anúncio do novo primeiro-ministro».

«Portanto, neste aspecto — e embora tal não seja particularmente significativo — não deixa de traduzir alguma coisa o tom caloroso e a esperança com que pessoas totalmente desconhecidas escrevem ao novo Primeiro-Ministro e transmitem-lhe os seus sentimentos deste momento.»

«Muita gente tem medo do desconhecido»

No capítulo da imprensa, também distingue dois níveis. «Por um lado, há a personalidade de Maria



de Lurdes Pintasilgo. Ela é, acho eu, uma personalidade tão forte que parte destas reacções são de pessoas que esperavam um governo completamente silencioso e neutro, um governo que não 'mexesse, com nada. Por isso se insurgem contra o facto de aparecer alguém com imaginação e com iniciativa. Temem o que ela venha a fazer. Nem sequer é uma posição ideológica à partida, mas o receio de que uma personalidade forte traga à governação elementos que não são conhecidos. E muita gente tem medo do desconhecido.»

Outro nível é o das reacções políticas da Aliança Democrática. Teresa Santa Clara confessa que a reacção a ultrapassa porque nunca supôs que pudesse atingir as proporções que atinge.

«Compreendo determinadas reacções desencadeadas pelos mecanismos políticos, mas não é aceitável que se passe ao ataque pessoal e ao levantamento de quase calúnias, como se tem feito. Para mim isso é inexplicável num clima democrático cristão. É, realmente, um sinal de que as pessoas estão a reagir emotivamente. Estou convencida de que, em última análise, isso reverterá em desfavor desses partidos. O cidadão comum que vier a conhecer a personalidade de M.ª de Lurdes Pintasilgo, que a ouvir e estiver atento aos actos do futuro Governo, não poderá deixar de reconhecer que existe uma marca de isenção. Está-se a fazer uma construção para deitar abaixo a sua personalidade. Vão-se buscar coisas que nada têm a ver com o que seria decisivo para o Governo neste momento.»

Teresa Santa Clara Gomes sente-se um pouco surpreendida consigo própria. «Estou muito mais calejada do que esperava. Se isto tivesse acontecido há uns meses atrás eu ficava paralisada com a ideia de que pudéssemos ser alvo de uma tal campanha. Neste momento vejo que é um jogo e penso que não vale a pena gastar muito tempo a combatê-lo. Serão os próprios partidos e as pessoas que constroem essa campanha que sofrerão as consequências.»



Maria João Seixas:

Achegas para a definição de "pessoa" e "liberdade"

segurança perigo combinados
que formalismo nos traz equivocados?
face ou perfil,
perfil ou face,
nenhuma alternativa,
e nem sequer o oposto,
o mesmo rosto.

in "Esquemas" de Eduarda Chloze

QUE RAZÃO me leva a procurar o poema, este, de um magnífico livro (esquecido pelos críticos), para, a pedido da Maria João Avelaz, contar por escrito a minha ideia da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo? Uma oposição de essência.

O poema fala-nos, segundo o título, de Aristóteles, em termos que logo me lembram o contrário de Maria de Lurdes. O que ela propõe, e ensina, e irradia a quem a encontra e conhece, é o informalismo das relações com a vida, a abertura para as alternativas da existência e a busca da definição de rosto. Outra linguagem. Formal. Atenuado é o espírito dos outros.

Conheci-a pessoalmente pelos Gabinetes de alguns Governos Provisórios.

Já antes sabia da caminhada do Graal e do exemplo da sua acção no que era um trabalho, persistente e importante, para a consciencialização de grupos de mulheres, no sentido de descobrirem que podiam e deviam ser sujeitos activos do seu próprio destino.

Estávamos em 74. Vivia-se ainda a Festa e já uns fabricavam, pelas manhãs do jogo do poder, as influências dogmáticas para o modelo político a aplicar a Portugal.

Estávamos em 74. Vivia-se a História a cada poro, a cada gesto, e era indispensável, para outros, respeitar e seguir os vários sinais do desejo desta comunidade para o seu recém-nascido projecto de vida. Maria de Lurdes Pintasilgo fazia parte destes outros.

Estávamos em 74. E fazer parte destes outros dava direito a ser a castiça, a emancipatória, a standardizada reformista, a modelar.

Não a vi adormecer e ir a sono. Não a vi vacilar ou desistir. Não a vi desesperar do seu sonho, de liberdade a viver por todos neste País, naquela hora e nas horas a conquistar. Não a vi cristalizar na resposta imediata, vingativa e mesquinha, da hostilização sistemática e primária. Igual.

Vi-a combater, tão enérgica quanto serena. Tão determinada



quanto generosa em relação ao pulsar da existência colectiva. As claras. Sem medo.

Vi-a íntegra, e sempre a apostar no diálogo.

Vi-a argumentar e a não pacher.

Vi-a não passar a esponja sobre os fenómenos, antes tentar, pela inteligência, pelo rigor e também pela docura, a interpretação dos seus vários vectores, para perceber o seu significado mais global.

Vi-a sofrer o destino das pessoas sem lhes contabilizar os votos. Como a vi sonhar-lhes a alegria de uma existência mais estimulante, de um viver mais gratificador, sem imaginar para isso sequer a possibilidade de lhes impor um único esquema.

Vi tudo isso e muito mais. E por tudo isso e muito mais aprendi, também eu, a olhar para o que me envolve de outro jeito, com outro modo.

Devo-lhe várias lições de vida. Algumas achegas para a definição de "pessoa" e "liberdade". Grandes exigências para o merecimento dos meus próprios entusiasmos.

Maria João Seixas
Julho/79



O Primeiro Ministro Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo

Fiquei encantada, deslumbrada mesmo, com o conceituoso e brilhante discurso de posse do seu cargo, tão pesado e espinhoso, a que deu o nome de governo de cem dias.

É espantosa a coragem desta ilustre Senhora em aceitar reger o Governo da Nação, sabendo de antemão que grande parte dos políticos a não queriam, e a vão guerrear, mesmo sem parlamento.

O seu muito saber, a grande influ-



ência internacional, a muita prática diplomática e governativa e o apoio da presidência bastarão para vencer? Talvez seja bem sucedida. Eu tenho uma certa fé. Ela que em poucos dias formou um ministério selecto, o que levou a qualquer primeiro ministro, mais do dobro do tempo, é porque a Ilustre Senhora mereceu a confiança do elenco ministerial.

Eu não posso deixar de reflectir que, os cem dias de governo, é tempo de sobra para cometer grande e graves erros, mas para fazer grandes obras, reformadoras de muitas empresas, endireitar tantas leis e decretos bastante tortos que tocam a todos, não é grande tempo.

Mas mesmo assim com os colaboradores que tem, que acube escolher com tanto acerto, ainda pode fazer muito, se todos tiverem boa vontade de acertar, de serem dignos da admiração da Nação, que está pasmada, suspensa do mandato da Senhora Primeiro Ministro, por esta sua heroicidade!

"Uma coisa nunca vista", como disse o poeta!

Como mulher sinto orgulho em termos à frente dos nossos destinos uma mulher assim.

É preciso que as esposas dos go-

vernantes os animem, as que se sentirem com capacidade para tanto, para bem da nossa conturbada Pátria, para que haja justiça social e impulsionem as empresas e indústrias programadas para haver trabalho para todos.

Que a lavoura não seja abafada de impostos, e os pequenos proprietários e lavradores não se vejam privados do que é seu e lhes custou o suor do seu rosto. Os que granjeiam, ou mandam, não são, ainda ou nada, compensados, como o é qualquer trabalhador da indústria ou de empresas.

É preciso que o Senhor Ministro da Agricultura estude este estado de coisas, esta maneira de aplicar a reforma agrária. Praticamente no Norte as propriedades não têm área para lhes ser aplicada, porque é rara a quinta que tem medição para tal.

A parceria agrícola como está a fazer-se em algumas terras, é melhor do que qualquer arrendamento de que os camponeses também não gostam. Aqui o Norte não é o Alentejo; não há latifundiários.

As terras dão mais rendimento ao País assim agricultadas, do que noutras modalidades; aqui nesta região, pelo menos.

Isto é tudo muito acidentado; as planícies são poucas, e pequenas, as terras que estão por agricultar devem ser aproveitadas para a floresta, visto os pinheiros e eucaliptos estarem a ter boa saída para o estrangeiro. Isto nas terras de pequenas belgas e muitas paredes, que os nossos emigrantes abandonaram até por falta de lucros compensadores.

No Norte é bem melhor não se tocar.

Não sei se este Jornal é lido no Ministério da Agricultura, mas se o for, julgo que este parecer de uma pessoa muito prática, não será demais... mas sim uma ajuda, para resolver problemas que afectarão todos os nortenhos.

A Senhora Primeiro Ministro julgo que estará atenta ao que se passa com a agricultura, uma das grandes riquezas da nação, se forem bem administradas, segundo os locais próprias.

Gostava que lhe chegasse às mãos este escrito para ficar ao par do que pensa uma pequena proprietária, lavradora com muita experiência.

Repito que, como mulher sinto um grande orgulho em que esta Senhora tenha ido para este lugar e fico a fazer votos do seu pleno êxito, para bem da Nação.

MARIA CÂNDIDA SÁ E MELO





O PINTASSILGO

Canta, canta passarinho...
É tão lindo o teu cantar...
Alguns armam burburinho
p'ra te fazerem calar.

São passarões entufados,
com penas em tom colorido,
Sentem-se assim humilhados
Por seres tu o preferido.

Não és frágil passarinho,
Mostra-lo no teu querer.
Ainda não fizeste o ninho
já eles andam a trêmer...

Bate as asas com perícia,
Canta nos campos em flor,
Deixa para trás a malícia
Bate-lhes o pé com fervor.

Salta de ramo em ramo,
não tenhas medo ao papão...
Tua voz é de soprano
e encanta a multidão!

*Vila Franca de Aza, 18879
Aurora Rodrigues da Rocha*

ELA E ELES

Vai grande o alvoroço nas hostes masculinas portuguesas. Os tradicionais exclusivos de autoridade, competência, discernimento e inteligência nas suas diferentes formas, talento político, e não sei que mais atributos com que o homem abusivamente tem vindo a adornar-se, estão em perigo. E veja-se como era falsa a segurança varonil: bastou que a conjuntura política nacional tivesse feito avançar até à responsabilidade de primeiro-ministro uma mulher, para que os nossos barbados e convencidos homens perdessem o sangue frio. (Em alguns casos, a boa educação).

Maria de Lurdes Pintasilgo tem, para estes patriarcais adões, o primeiro e maior de todos os defeitos — é mulher. Por sua vez, eles supõem-se com a primeira e maior de todas as qualidades — são homens. Ao colocarem assim a questão, não vêem que logo ofendem a inteligência que tanto prezam... desde que ela escolha para tabernáculo o privilegiado cérebro masculino. Se, como é claramente o caso, esta mulher primeiro-ministro é inteligente, reaparecem os arcaicos medos. Persistentes, atravessam todas as idades, até à nossa, «de ouro». Lurdes Pintasilgo é inteligente, logo tem necessariamente de ser perigosa... Sempre os mesmos medos, nefastos e baços, a transitarem pelo mesmo estreito corredor da ignorância.

Tudo isto deveria dar vontade de rir, e sem dúvida merece algumas gargalhadas. Mas, como o riso é a coisa mais séria deste mundo, também parece justificado que falemos a sério. Que tragédia é a desta cultura e desta civilização predominantemente masculinas, destas regras falsificadas com que os homens têm vindo a jogar na sua relação com as mulheres, para que, colocados diante de um facto natural, ainda que inédito (ser mulher um primeiro-ministro português), reajam da maneira primária e grosseira a que vimos assistindo? Como havemos nós, mulheres, de continuar a acreditar no bom-

senso dos homens, se, ao primeiro safanão na masculina vaidade, estala o verniz e vêm ao de cima as frustrações.

Enfim, o mundo vai-se transformando devagarinho e Portugal acompanha o movimento. Não somos os últimos em tudo. Maria de Lurdes Pintasilgo é o principal responsável político de um governo. Esta mulher, afirmam-nos alguns homens, é perigosamente inteligente. As coisas que nós temos de ouvir... Para que a mulher fosse reconhecida alma foi necessário reunir um concílio. Será preciso outro concílio para que lhe seja reconhecido, senão a inteligência, pelo menos o direito a ela? E enquanto não vem o concílio, que se há de fazer as mulheres inteligentes? Calá-las? Manda-las — outra vez — cozer meias? Torna-las alvo de riso, troça e anedota? Ou simplesmente, deixá-las trabalhar, ser gente, mostrar o que aprenderam ou adivinharam durante milénios da mais repugnante exploração a que seres humanos estiveram sujeitos.



Escrevemos este apontamento a 2 de Agosto. Não sabemos ainda o que irá Maria de Lurdes Pintasilgo fazer como política. Mas para além do bom que a sua passagem pelo governo nos traga, e já pelo menos figura e nome de mulher em quem as mulheres podem, enfim, encontrar fraternidade, e, por aí, acharem talvez o seu próprio caminho, a descoberta reconfortante que se pode reduzir numa simples frase: «Final as mulheres não são menos do que os homens.»

Excepto, evidentemente, aquelas outras mulheres, tão alienadas, tão condicionadas, tão contentes com o pouco que lhes permitem ser — que são elas as primeiras a achar que o lugar da mulher é em casa, no silêncio; a sua acção cívica mísera, e escandalizam-se com a nova dignidade que, por este simples facto de ser mulher o primeiro-ministro, a história passou a exigir-lhes.

Isabel da Nóbrega

Uma mulher virada ao futuro

Para Maria de Lurdes Pintasilgo, um presente de cem dias ou de dez horas não é obstáculo a que se lancem os alicerces do futuro. Disse-o ela própria no discurso do seu acto de posse do cargo de primeiro-ministro. Confirmou-o invariavelmente na sua recente intervenção na Assembleia Geral das Nações Unidas

Helena Marques

Sem pretender diminuir, nem sequer julgar, a actual equipa governamental, havemos de convir que, por maior que seja a sua democraticidade interna, está condenada, por uma inevitabilidade imutável como a das forças cíclicas da natureza, a um papel menor e sempre apagado face à personalidade de Maria de Lurdes Pintasilgo e à urgência aparentemente inesgotável, da sua necessidade de intervenção.

No discurso que proferiu no acto de posse do seu cargo de chefe do Executivo, há um escasso mês e meio, Maria de Lurdes Pintasilgo, antecipando-se a qualquer crítica ou a qualquer interpretação menos rigorosa, apressou-se a clarificar certas passagens do seu discurso, mais decididamente voltadas ao futuro, ou seja, projectadas num horizonte que se abria mais largo e mais longe do que os cem dias do seu mandato.

Lamento não ter aqui, neste hotel de Manhattan onde escrevo poucas horas depois da intervenção do primeiro-ministro português nas Nações Unidas, o texto do discurso proferido no acto de posse do V Governo constitucional. Mas é consulta bem fácil para quem está em Lisboa, encontrar a passagem, nítida e frontal como, de resto, todo o texto, em que Maria de Lurdes Pintasilgo afirma que as limitações do presente não podem nem devem ser desculpa para não preparar e planificar o futuro.

A invasão do futuro

Os anos setenta estão a morrer, viva a década de oitenta! Esta poderia ser, em linguagem popular, a mensagem telegráfica do discurso das Nações Unidas. De facto, Maria de Lurdes Pintasilgo, no seu estilo elaborado, cuidado, curiosamente fabricado em tecnologia, em poesia e em preocupação social, escreveu: «Com a década de 80 o futuro invade-nos, sacode o presente a que estamos acomodados, interpela-nos sobre os traços deixados na história e interroga-nos sem transigência sobre o futuro que antevemos e preparamos. O encontro com a nova década é assim o encontro com a possibilidade de um projecto comum da humanidade.»

«Of the record», ou mais exactamente fora do plenário das Nações Unidas, Lurdes Pintasilgo diria considerar que a Organização das Nações Unidas estava há demasiado tempo debruçada sobre os mesmos temas e as mesmas preocupações e que era altura de ocupar-se das novas exigências do mundo contemporâneo.

Ei-la, pois, de novo, enérgica e, impacientemente, querendo acelerar o passo do mundo em direcção das soluções por que clamam os homens, na sua individualidade, e os povos na sua história. Mas que soluções?

«O reforço dos valores culturais é hoje a linha por onde passa necessariamente toda e qualquer estratégia de verdadeira independência nacional. (...) trata-se da via original de cada caminho histórico.»

«E mais adiante, falando já dos direitos dos povos, refere a possibilidade de cada homem escolher o seu destino, criar a sua história, dizer a sua palavra, acrescentar ao mundo natural e organizado que tão fez o gesto pessoal que é a própria cultura em movimento — direito a ser diferente e a exprimir essa diferença.»

A via original de cada caminho histórico. O direito ao gesto pessoal que completa o mundo. Esta é a condenação formal da massificação, do estado totalitário, das soluções por receita e encomenda. Este é o louvor do homem criativo e interveniente.

Um rosto moral para o futuro

É preciso, pois, abandonar os anos setenta e as suas falências. E também as suas vitórias. Unidas e outras, porém, são passado e a vida prossegue e a humanidade clama e reclama um mundo novo. Guardemos de setenta apenas as lições e a experiência, apenas a pedagogia. E vamos partir à construção do rosto moral do futuro. Foi assim que Maria de Lurdes Pintasilgo se dirigiu à Assembleia Geral das Nações Unidas:

«O que está em jogo não é somente uma mudança de forma de vida de todos nós, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre povos e países, nem sequer uma mera

(Continua na pág. seguinte)

A vingança dos sacristães

Maria de Lurdes Pintasilgo é uma oportunidade perdida pelos católicos portugueses.

Não que esta mulher, que é católica, seja chefe de um governo católico. Não o permitiria a Constituição, não o permite o compromisso que assumiu. Nem que esta mulher, enquanto governante, dispusesse largamente de poder e de tempo. Mas porque, ainda assim, nunca como com esta mulher lúcida e corajosa os católicos portugueses tiveram a oportunidade de se identificar, e de apoiar, uma abordagem tão ao mesmo tempo discreta e vivamente cristã do poder, uma sensibilidade e uma prática governativas tão sintonizadas com a Igreja moderna, renovada e em renovação. Nunca como com esta mulher o catolicismo assumiu, neste país, este dever de si e do mundo. Nunca como com esta mulher o catolicismo esteve prestes a tocar, neste país, a imaginação da coragem.

Dir-se-ia que a opinião católica só podia aproveitar este rosto franco, este discurso político tremendamente novo, explosivamente humano na sua simplicidade, este discurso moral e cultural, este respeito pela inteligência dos outros, este discurso político desprendido do provincialismo, do paroquianismo, aberto ao mundo, competentemente, profissionalmente, aberto ao mundo.

Dir-se-ia que este discurso, que parece vir de outro planeta mas que vem apenas de uma forma humana de ser governante, de uma recusa de converter o poder numa profissão, de uma forma mais alargada e moderna de ser cidadão do mundo, sendo-se cristã, só podia desencadear um diálogo renovador entre os católicos e o seu país, entre os católicos e a sua Igreja, entre o país e a parte que tem de consciência ou, pelo menos, de sensibilidade cristã.

E, no entanto, sectores destacados da opinião católica portuguesa voltaram as costas a esta mulher, ao governo desta mulher. Sob a alegação, tantas vezes por esta mesma Igreja torçada no passado, tantas vezes por ela sofismada, de que a Igreja e o poder político não se encontram.

Reconhecem nesta mulher, não o adversário oficial, exterior, visível, mas o adversário que vem de dentro. É a fecundidade da subversão cristã. Não já no exemplo dramático e distante de um bispo sul-americano. Não já na voz jovem deste ou daquele sacerdote. Mas na audácia, no escândalo, de um cristianismo renovado e renovador exercendo, inesperadamente, sem a sua autorização, hoje e aqui, o poder político, por limitado que seja esse poder político.

Com eles, Cristo será poder, sim, mas sob outro rosto. Não o rosto exigente e dramático do Cristo vivo, mas o rosto laudido do sacristão político, do notário de Deus, do administrativista

da Fé. Será a velha e tão comprometida, tão desacreditada, tentativa de adjectivar de cristão um partido político, um poder, um *establishment*. De burocratizar Deus. De profissionalizar administrativamente Cristo. De conservar, sob o seu manto, uma classe incoisível.

Sabe-se o que é a democracia-cristã italiana, e sabe-se quanto a Igreja ela própria já hoje se demarca desse compromisso absurdo e incómodo, dessa cumplicidade. Desse Cristo comendador, notável, *onorevole*, desse Cristo condecorado, que faz Fiats e cinema.

Que interessa que, em Portugal, os Andreotti, os Fanfani, tenham 40 anos? É óbvio que eles são, como em Itália, funcionários da sua classe. E que, tendo o interesse europeu da classe, desenvolvimentista e aparentemente desimbido, têm na verdade medo do mundo. São os provincianos da Europa. São os *egoistas da riqueza*, os *murados da NATO*. A Europa não é para eles uma pátria, nem humana nem cultural, é uma classe social. Um *fortim*. É por isso que eles a contrapõem ao mundo. É por isso que eles temem o diálogo Norte-Sul. É por isso que eles temem a ideia própria da solidariedade com os países não-alinhados. É por isso que eles temem a dialéctica desse diálogo, a interacção explosiva desse diálogo, os riscos do humanismo cristão. O mundo é, para eles, o cerco dos pobres. Uma ameaça directa ao conforto desse retrato de classe que são as democracias de tipo ocidental.

Que têm eles a ver com a coragem católica de ser mundo, com o universalismo cristão, com a obrigação dos fracos, dos subdesenvolvidos, dos oprimidos? Com a coragem portuguesa de, sendo naturalmente europeus, o sermos sem o egoísmo europeu? Com a coragem portuguesa de sermos outra vez mundo? E de reconhecermos que é no mundo que se travam as nossas próprias batalhas?

É por isso que esses sectores não se reconhecem nesta mulher. E não apenas não se reconhecem na exigência e na dimensão do seu projecto, na sua transparência, na sua boa-fé, na angústia da sua generosidade encurralada nos limites deste governo. Vão mais longe. Hostilizam-na. Cobrem-na de suspeitas, de calúnias, de opróbio. Alinham com os seus adversários, acreditam nas insinuações desses adversários, riem com as suas caricaturas. *São eles próprios os adversários mais directos desta mulher.*

Temem-na. Não imediatamente a ela, que não lhes quer roubar o lugar político, a profissão política, como eles o ocupam, e a desempenham. Mas aquilo que ela representa, ao impacto inevitável de renovação e ao choque de qualidade e de profissionalismo que essa renovação já traz. Ao sopro que vem já das grandes

organizações internacionais, que se estrutura, se pragmatiza, se viabiliza. Ao sopro que vem da própria Igreja. A tudo aquilo de que esta mulher é, inquietantemente, vanguarda.

É importante verificar que forças se lançam contra o que esta mulher representa e com que linguagem o fazem e que processos usam. É importante verificar que *essas forças são aquelas que reclamam o voto cristão, que se reclamam oficialmente de Cristo*. O ataque que fazem a esta mulher, as motivações que esse ataque encerra, as formas que reveste, os excessos a que chega, têm pelo menos, no imediato, uma vantagem. São uma sinalização moral e, se quiserem, eleitoral, para os homens e mulheres de boa-vontade em geral e para os cristãos em especial.

Tudo isto que significa? Significa, em primeiro lugar, que é a classe quem mais ordena. Que nesses sectores destacados da opinião católica portuguesa é a classe quem mais ordena. Que Cristo vem depois. E que se acastela.

Significa, em segundo lugar, que o catolicismo não é solidariedade que baste, que os católicos são uma nação dividida, que a linha de combate passa pelo meio do povo cristão. Que não há um voto cristão oficial, que não pode haver um voto cristão oficial. Que esse adjectivo, em política, é um abuso.

Significa, em terceiro lugar, que a Igreja moderna ainda não chegou a Portugal. Ou custa a chegar.

Cristo contra Cristo? Ou simplesmente o passado contra o futuro?

Maria de Lurdes Pintasilgo, será, talvez, uma oportunidade perdida, voluntariamente perdida, cuidadosamente perdida, por esses sectores católicos portugueses.

Mas não o é, nem para os católicos que lutam por uma presença de Cristo na Terra, por uma Igreja moderna e viva, são muitos neste país, nem para todos aqueles que, não sendo, como nós não somos, nem católicos, nem cristãos, nem sequer religiosos, lutamos por muitas das coisas pelas quais luta esse Cristo vivo, essa Igreja viva.

Parece-nos que Cristo só muito dificilmente se poderá reconhecer em alguns cristãos, e que talvez se reconheça em muitos agnósticos. Se o cristianismo é um dos nomes da transformação da sociedade e da libertação do homem é um belo nome. Mas há outros nomes.

Esta mulher, que ninguém apoia, que muitos atacam, e que os que não atacam quando muito não desapoiam, merece, pela sua qualidade, pela sua dignidade, pela sua alegria cristã, pelo seu optimismo inexoravelmente histórico, pela sua coragem humana, uma homenagem dos desobrigados das disciplinas partidárias.

Esta é.

Artur Portela

Fundação Cuidar o Futuro





Mão direita de Lurdes Pintasilgo faz balanço da acção governativa

Em declarações exclusivas para o «DL», a «mão direita» do Primeiro-Ministro, Teresa Santa Clara Gomes, comenta o estilo de governação do executivo Pintasilgo: «Um balanço francamente positivo».



TERESA SANTA CLARA GOMES AO «DL»

“Cem dias” com balanço positivo

Um balanço francamente positivo é o que resulta da actividade do V Governo Constitucional, afirmou ao «D.L.» a secretária de Estado adjunta do Primeiro-Ministro, Teresa Santa Clara Gomes.

Após pouco mais de cem dias de governação pode-se afirmar que o Executivo chegado por Mana de Lurdes Pintasilgo imprimiu um estilo novo na gestão dos negócios públicos, apesar da situação peculiar em que se encontra desde que foi nomeado.

Teresa Santa Clara Gomes apontou-nos dois planos distintos de intervenção que caracterizam a actuação do V Governo. Por um lado, verificou-se uma grande proximidade em relação aos problemas do dia-a-dia, ao quotidiano dos portugueses que parecia atastado das preocupações governativas. E aí assumiram especial importância os contactos desenvolvidos pelo Primeiro-Ministro em todas as zonas do país e que se prolongaram depois das eleições com uma visita de Lurdes Pintasilgo ao Algarve. E este aspecto, que Teresa Santa Clara Gomes classificou como a «micro-política», teve o reverso na «macropolítica» com que se encarou uma das principais intervenções de Portugal no Mundo e a sua intervenção nos principais problemas que se suscitaram na comunidade internacional. Foi assim que Portugal foi o primeiro país ocidental a condenar a violação do estatuto diplomático da Embaixada dos EUA no Irão. Esta perspectiva de engrandecimento da posição externa do país teve o seu ponto alto na intervenção de Mana de Lurdes Pintasilgo nas Nações Unidas.

A sua importância reconhece-se facilmente no almoço de homenagem promovido pelo corpo diplomático ao Primeiro-Ministro, no qual participaram todos os embaixadores acreditados em Lisboa, excepto um que se encontrava doente.

Os três objectivos a que se propunha o Governo no Programa que apresentou à Assembleia da República — preparar as eleições criar um clima propício à opção política livre dos portugueses e descentralizar a governação para melhorar o nível de satisfação das necessidades básicas dos portugueses foram, de acordo com as palavras de Teresa Santa Clara Gomes, atingidos de forma diferente. Se os dois primeiros se encontram hoje plenamente realizados, pelo menos naquilo que cabe ao Governo realizar, no último, e que talvez assumisse maior importância, ficou-se aquém do que se pretendia. Apesar da importância das me-

das adoptadas, nomeadamente no campo social, muito ficou por fazer. Principalmente em sectores como a habitação e a agricultura, onde as intenções do Governo era fazer mais e melhor, mesmo tendo em conta o plano de curto-prazo em que actuava. Para as dificuldades sentidas e como justificação parcial e não essencial de não se terem atingido as metas previstas, Teresa Santa Clara Gomes apontou-nos o pluralismo no seio do Governo. Mas aqui, nestas dificuldades, o factor fundamental foi a falta de flexibilidade da máquina administrativa do Estado, que não respondeu com rapidez às solicitações do Governo nem às necessidades formuladas pelas populações. E mais uma vez cabe aqui uma palavra para a actividade do Primeiro-Ministro. Ao longo das suas deslocações pelo país conseguiram-se desbloquear muitas situações que, por motivos apenas burocráticos, estavam enclanhadas no Terreiro do Paço.

Toda a actividade governativa dos últimos meses desenvolveu-se, apesar de tudo, em circunstâncias que parecem à primeira vista adversas. Isolado no Parlamento quando da votação do Programa, o Governo assim continuou ao longo dos «cem dias», apesar de apoios assegurados por alguns partidos a medidas pontuais. Se a oposição dos partidos que hoje constituem a Aliança Democrática, foi uma constante, a posição de quase neutralidade dos partidos de esquerda em relação ao Governo foi também um facto. Mas se isso não impediu que se tenha de reconhecer que de acordo com a secretária de Estado adjunta, que tem funcionado como braço direito de Lurdes Pintasilgo, «outros governos, mais apoiados do que este não manifestaram a força nem tiveram a energia de que este foi capaz», depois de traçar para si mesmo uma directiva no sentido de dar prioridade ao sector social.

Qualquer balanço da actividade do V Governo, num período difícil da política portuguesa, ficará sem dúvida incompleto sem uma referência ao Primeiro-Ministro. «O estilo pessoal de Mana de Lurdes Pintasilgo, disse-nos Teresa Santa Clara Gomes, «a sua linguagem mais próxima do povo e a sua grande franqueza, o seu carácter por vezes antipolítico e antidiplomático caracterizaram o Governo. E foram também a fonte de um incremento da simpatia popular em relação à figura do Primeiro-Ministro, na qual as populações reconhecem preocupações em relação ao seu bem-estar».



Fundação Cuidar o Futuro

Governança Com o povo

governaco com o povo

Oleiros
Sertã
Proença-a-Nova

5ª f. 13 / IX / 1979



Porque «os papéis não representam o que vai no seio das povoações», Maria de Lurdes Pintasilgo iniciou ontem uma série de visitas, que pretende semanais, e «determinadas pelas maiores carências». Presumimos, pelo que nos foi dado ouvir durante esta primeira visita, que terá também iniciado aquilo que se poderá chamar uma cruzada em prol do associativismo.

«o atrav da associação, «o atrav da conjugaco de esforçs e que se consegue fazer alguma coisa» — repetiram, inúmeras vezes, em todas as sessões promovidas nas três vilas do distrito de Castelo Branco que visitaram (Oleiros, Sertã e Proença-a-Nova), os membros do Governo que só se deslocaram. A Primeiro-Ministro, Lurdes Pintasilgo, o ministro da Administração Interna, Costa Brás, e o ministro da Agricultura e Pescas Joaquim Lourenço.

Este último, quando «O Comércio do Porto» lhe perguntou se poderá pensar que a «corunhada» visava introduzir uma nova tipo de reforma agrária nas zonas do minifúndio, programada pelo Quinto Governo, respondeu-nos:...

«Evidentemente que o problema da Reforma Agrária nas zonas de minifúndio é um problema essencial para o nosso país, pois é nessas zonas que se forma a maior parte do produto e vive a maior parte da população. As formas de passagem do minifúndio s explorações econmica e socialmente viáveis passem pelo associativismo, de preferência — dlo a Constituição que nós temos de cumprir — a integração cooperativa, que é uma das forçs associativas que tem a sua personalidade, a sua tipicidade, está sujeita aos princípios cooperativos.

Simplemente, o Governo não é utópico, sabe que isso não se consegue de um momento para o outro e sabe até que este entusiasmo s vezes arrefece um pouco... Mas eu, pessoalmente, não estou nada convencido que os camponeses de Portugal sejam profundamente e arraigadamente individualistas. A sua desconfiança em relação ao associativismo e ao cooperativismo tem algo de exterior, algo de ter sido governado pelo poderá públicos e pelos interesses

econmicos e não por extracto social. Como o demonstram as inensas instituições — as «Vezelras», o «Boi do Povo», a «Forja do Povo», as «Mutuas de Seguro de Gados» regidas por princípios cooperativos, cuja autenticidade ninguém pode discutir e que nasceram em Portugal independentemente de terem sido regidas pelos técnicos e pelos poderes públicos».

**EQUIPAMENTO
DOS BOMBEIROS
QUE SOFREU DANOS
NOS INCÊNDIOS
VAI SER REPARADO
— PROMETE O MAI**

Um programa mal elaborado, horários que não se cumpriram  chegada e um opparo e demorado (duas horas) almoço oferecido pela Câmara Municipal de Oleiros a cerca de oitenta convivas não permitiram aos membros do Governo visitar as zonas atingidas pelo incêndio que mais área devastou este ano e mais prejuízos trouxe s populações. Apenas foi possível organizar sessões de trabalho em Oleiros, Sertã e Proença-a-Nova, a que estiveram presente o governador civil de Castelo Branco, os presidentes dos municípios atrás referidos e ainda o de Vila de Rei, representantes das corporações de bombeiros da região sto funcionários de diversos serviços estatais e alguma dezenas de populares em cada uma das vilas.

Lurdes Pintasilgo teve a recebê-la, em Oleiros, pelas 11,45 horas, cerca de cento e cinquenta pessoas. Uma pequenita ofereceu-lhe flores. A recepção foi fria no exterior dos Paços de Concelho, mas os populares, presentes aplaudiram a Primeiro-Ministro quando esta foi convidada a ir ao salão nobre, a ir a uma varanda saudar as pessoas que aguardavam a sua chegada. I a despedida, depois da sessão de trabalho e do almoço, foi mais calorosa, sobretudo por parte de alguma dezenas de mulheres que se concentraram no exterior do restaurante onde tinham sido servidas aos visitantes duas especialidades da terra: maranho e cabrito  moda de Oleiros.

Durante a sessão de trabalho, em Oleiros, tratou-se essencialmente do problema dos incêndios florestais naquela zona de pinheiro bravo que é a mais extensa da Europa e onde o fogo causou,

este ano prejuízos estimados em 35 mil contos.

Falou-se da falta de estrades para controlar o fogo e, neste caso, chegou-se  conclusão de que as populações estão dispostas a ceder terreno para os abrir, ao contrário do que pensava o ministro da Agricultura e Pescas. Foram pedidas máquinas e sugerida várias vezes a colaboração da engenharia militar.

Abordou-se a necessidade de arroteamento das zonas queimadas, para evitar que, quando das próximas chuvas, as terras fiquem despidas e mais pobres. Por outro lado, sugeriu-se que os Serviços Florestais procedam, nessas terras que o fogo devastou, a uma sementeira — rea, para não se dar o caso dos proprietários aproveitarem as sementes de má qualidade que ficaram nas árvores atingidas pelas chamas.

O escoamento das madeiras foi outro dos problemas discutidos, pedindo-se prioridade, por parte das fábricas de celulose, para as madeiras queimadas e a intervenção estatal para evitar que os intermediários se aproveitem (como sempre acontece) da calamidade pagando o produto por baixo preço que não se justifica e assim enriquecerem  custa da desgraça alheia.

No que toca à prevenção e combate aos incêndios, foram inúmeras as sugestões dadas pelos presentes. Pediu-se um maior policiamento das zonas florestais, sobretudo na época estival e também por parte dos militares, que poderiam acampar nessas zonas naquele período do ano. Solicitou-se insistentemente o melhor apetrechamento das corporações de bombeiros, dando-se exemplos de carências gritantes por parte dos voluntários da zona (os Bombeiros da Sertã tem apenas uma viatura, já com vinte e dois anos de serviço) que é, como dissemos, a mais povoada da Europa pelo pinheiro bravo.

Costa Brás lembrou, a propósito, que está a ser feito, desde há semanas, um levantamento, a nível nacional, dos danos nos equipamentos das corporações de bombeiros e que o MAI pretenda brevemente subsidiar ou comprar directamente o material necessário para a reposição.



Ainda no que respeita ao combate aos incêndios, bombeiros presentes, alertaram os governantes para a falta de coordenação entre as várias equipas que actuam na extinção de fogos, sobretudo da falta de comunicações entre as equipas no terreno e os helicópteros, que poderiam conduzir quem actua no solo para locais onde a sua acção fosse mais profícua.

No que respeita a meios aéreos, considerou-se necessário instalar na zona uma pista de aterragem e um serviço como aquele que existe na Lousã, «que está longe, muito longe para os aviões se podem ir reabastecer em tempo útil».

A zona de Oleiros - Sertã - Proença-a-Nova, deve ser considerada área de catástrofe e de calamidade — pediram os representantes das populações, que solicitaram auxílio para aqueles que foram grandemente prejudicados pelos últimos incêndios.

AINDA E SEMPRE O ORÇAMENTO

Não viemos aqui fazer promessas que não possamos cumprir — sublinhou duas vezes, em Oleiros, o ministro Costa Brás, quando se abordou o problema do auxílio aos populares atingidos para a pobreza pelos incêndios, nomeadamente aqueles que vivem em Perna de Galego e que ficaram sem casas e o seu recheio, sem pinhais, oliveis e pomares e alguns sem o gado que possuíam.

A Primeira-Ministra, por seu lado, aproveitou estas alturas para informar, frisando bem, que «não foi este Governo quem fez o Orçamento». Mas sempre se prometeu arranjar uns dinheiros para acudir aos casos mais aflitivos, depois dos presidentes das Câmaras fazerem o necessário levantamento.

A propósito, o presidente (em exercício) da Câmara Municipal da Sertã lembraria que já no ano passado se fez um levantamento do género do que se estava a sugerir e que a população da Ermida (então a mais afectada), ainda nada recebera.

O debate, no salão nobre dos paços do concelho de Oleiros, prolongou-se por cerca de duas horas e meia e estendeu-se a outros problemas que é necessário ultrapassar, se é que se quer preservar essa grande riqueza que é a floresta. E lembrou-se que a floresta, naquela área, é a única fonte de subsistência das populações e que, caso não seja protegida, dará origem ao êxodo do povo, sobretudo da juventude, para as cidades do litoral ou para os países de imigração.

Os membros do Governo lembraram, no entanto, Não podem continuar à espera que outros resolvam os seus problemas, aproveitando o rosário de lamentos para sublinhar uma e mais vezes que só pela associação, pela conjugação de vontades e de esforços, é que é possível resolver a maior parte das suas carências. Inclusive, é preciso que as pessoas se associem para pressionar os órgãos de Estado a contribuir com a sua quota-parte. «O individualismo é um inimigo que devemos combater».

LURDES PINTASILGO DECLAROU-SE SATISFEITA

Cerca das dezassete horas, a comitiva governamental seguiu para a Sertã, onde era aguardada (não obstante chegasse com quase três horas de atraso em relação ao previsto) por algumas dezenas de pessoas, que depois participaram numa outra sessão também nos paços do concelho.

Foram abordados os mesmos problemas que haviam sido tratados em Oleiros e a que já fizemos referência. Houve, no entanto, uma maior participação de gente do povo, o que parece ter agradado a Lurdes Pintasilgo.

A partida para Lisboa, com passagem por Proença-a-Nova, a primeira-ministra declararia aos jornalistas:

«Por muito que eu seja um país, quando de tem pessoas como as que encontro hoje, é um país muito rico. Quando as pessoas sentem os problemas que as atingem a si próprias e aos seus conterrâneos e compatriotas, da forma como foram hoje expressos, então é porque esse país tem uma alma, então é porque esse país é rico em valor humano e esse valor humano é que pode criar riqueza e transformar verdadeiramente o país».

Antes de deixar a Sertã, Lurdes Pintasilgo prometeu colocar naquela zona uma «equipa de intervenção social» formada por técnicos de diversos serviços estatais, para apoiar as câmaras municipais nos estudos de programas de combate às carências da região.

REPORTAGEM DE A. SANTOS MARTINS

... Depois, no salão nobre dos Paços do Concelho, e no decurso de uma reunião de trabalho, o chefe do Governo afirmaria:

— Naturalmente, pôr-se-á a questão por que é que viemos a Oleiros e de alguns lados do País essa interrogação se tornou premente. Eu quero tornar muito claro que por um lado há uma razão muito objectiva. Os nossos serviços florestais indicaram claramente que esta zona foi aquela em que houve as deflagrações mais extensas dos incêndios deste Verão e naturalmente, isso só por si significava o interesse para a nossa equipa governativa. Mas não se trata só disso. Nós sabemos, também, que há outras questões e que essas merecem também ser analisadas, escutadas e discutidas. Nós não viemos aqui com nenhuma promessa, até porque estamos já num termo de ano com tão poucas possibilidades para realizarmos coisas novas, mas viemos pelo menos com a certeza de que só através das palavras que pudemos trocar e através das sugestões que forem dadas é que nós podemos realizar uma acção governativa. Quer dizer: ao serviço do povo. Que seja digna desse mesmo povo que nós prometemos servir sempre em todas as nossas tarefas e, em particular, durante a duração do nosso mandato. Temos a noção de que estamos numa povoação onde existem carências de muitos tipos.

«Sabemos que no combate aos incêndios houve uma conjugação de esforços e, em particular, das corporações dos bombeiros que eu não queria deixar de referir e às quais não queria deixar de prestar homenagem neste momento e visando — refiro-me não só aos bombeiros desta zona — os bombeiros de todo o país. E com este conjunto de sentimentos e de objectivos que nós estamos agora aqui prestes a dialogar e a ouvir o que é a realidade concreta da região em que nos encontramos. Como disse no início, não vamos fazer promessas, não vamos fazer nenhuma distribuição de nada. Antes pelo contrário, vamos receber, tenho a certeza, as ideias e as sugestões e dizer também da nossa parte, desde já, e na medida em que podemos preparar esta vista com os nossos serviços, poder dizer desde já aquilo que podemos ou não podemos fazer e tentar de uma forma criadora, imaginativa, encontrar soluções para os problemas que se nos deparam.»

governação com o povo

Viseu
Lamego
Castro d'Aire

21-22/IX/1979

A primeiro-ministro, eng. Lurdes Pintasilgo que, como ontem referimos, se deslocou ao distrito de Viseu para estabelecer diversos contactos com os problemas da vasta região, desenvolveu, ontem, uma intensa jornada de trabalho que a levaria, ainda, da cidade citada a Lamego, com uma curta escala em Castro Daire.

Lurdes Pintasilgo, que referiria que um governo de curta duração como o seu necessita de olhar para bem longe, até para não entravar a acção do Executivo que se lhe seguir, foi peremptória ao declarar que o seu Ministério não se alongaria para além da data-limite de 17 de Dezembro.

Revestiu-se de particular importância, pelo volume e pela gravidade dos problemas abordados, a reunião que, em Viseu, congregou presidentes

das câmaras do Distrito, e entidades ligadas aos sectores da Saúde, da Cultura e do Ensino.

A possível reconversão da Estância Sanatorial do Caramulo em Lar da Terceira Idade, internacional, mereceu especial atenção do elenco governativo.

O presidente da Junta do Turismo do Caramulo, Leitão de Barros, apontou o interesse e necessidade na resolução do problema, realçando que existe a possibilidade de no próximo ano, se poder alojar no Caramulo cerca de 700 pessoas.

Esclareceu, ainda, que sem infraestruturas adequadas poderá correr perigo uma «iniciativa de grande interesse não só para a região como para o país».

Quanto ao seu possível financiamento, esclareceu que se trata de um investimento particular proveniente da Associação Mundial da Terceira Idade.

Os presentes abordaram vários problemas, a primeiro-ministro principalmente no sector da Saúde, falta de creches, centros de saúde, condições adequadas para deficientes mentais e falta de médicos nos concelhos do distrito.

O director do Hospital Regional de Lamego sublinhou as dificuldades que se deparam para concluir as obras de ampliação daquele estabelecimento clínico (que já mereceram seis projectos, nenhum deles concretizado).

Afirmou a propósito que algumas verbas destinadas às obras acabaram por ser desviadas para a construção de uma estrada e que, agora, vai montar-se um pavilhão prefabricado orçado em 5 mil contos, onde está previsto que funcionem, durante dez anos os Serviços de Urgência.

Outros problemas relacionados com a Saúde foram apresentados a primeiro-ministro pela Comissão Administrativa do Hospital Distrital de Viseu.

Fermação

de paramédicos

Apontou designadamente a necessidade de concurso de médicos especialistas para as zonas do Interior e não apenas para os centros mais desenvolvidos, bem como a tremenda carência de técnicos de Raios X que não se formam em Portugal e que não existem no mercado do emprego.

O ministro dos Assuntos Sociais, eng. Bruto da Costa, referiu que a futura Escola Superior de Educação poderá vir a formar esses e outros técnicos paramédicos, anunciando, ainda, a criação de centros regionais de segurança social, com base distrital. Disse ainda, que em Outubro próximo poderão começar a funcionar os Serviços de Segurança Social no edifício do seu Ministério, recentemente construído em Viseu.

Escola Superior de Viseu

— só falta marcar data

No capítulo dos cuidados primários, o eng. Bruto da Costa anunciou que, ainda na vigência do V Governo, será resolvido o actual problema da sua dispersão.

Acrescentou, respondendo a questões postas na reunião, que não existem médicos a menos em Portugal, mas sim que se encontram «mal distribuídos».

Lurdes Pintasilgo afirmou a este propósito que Portugal tem uma das taxas mais elevadas de médicos por mil habitantes, na Europa e que dentro de três anos «teremos a taxa mais elevada em toda a Europa».

O primeiro-ministro e a comitiva efectuaram ainda uma visita a Lamego, onde tiveram uma reunião de trabalho com autoridades locais.

Para além dos problemas abordados e relacionados com a Sub-Região do Douro Sul, sob o ponto de vista agrícola e com as instalações do IOS, magníficas mas impoentes, foram aí levantados diversos problemas ligados ao Ensino. Uma que também estivera em equação em Viseu, onde o secretário de Estado da Administração Escolar anunciou que a entrada em funcionamento da Escola Superior daquela cidade não está dependente da marcação de data. Em Outubro efectuar-se-ão contactos com o Banco Mundial em vista do seu financiamento.

Restará, dizer que, detendo-se em Castro Daire para receber as homenagens do grupo folclórico local, Maria de Lurdes Pintasilgo acedeu a visitar o hospital da vila, o que fez quase às escureas, acompanhada por uma médica — a chefe do Governo ficou verdadeiramente impressionada com tamanho volume de carências.

Fundaçã





Como se antevia, um mar de gente apinhou-se anteontem na Feira de S. Mateus. Era feriado municipal, era dia da cidade e do concelho. Ninguém quis deixar de assistir ao desfile das concorrentes do «Vestido de Chita», concurso organizado pelo «Jornal de Notícias» e integrado naquele seccular certame.

Com efeito, o vasto recinto encheu-se com uma multidão calculada à volta de 20 mil pessoas, para verem desfilar as 60 concorrentes, todas envergando lindos vestidos, ricos e primorosamente confeccionados, mas com tecidos baratos. Aliás, era este o objectivo principal do popu-

usando como acessórios umas aplicações em tecido azul com flores.

A noite, houve o desfile da gala, sob os efeitos dos projectores da TV, que filmou o acontecimento, e então, perante a multidão que se comprimia em todo o vasto recinto.

Em primeiro lugar subiram ao palco as 35 concorrentes que obtiveram mais fraca pontuação, e a seguir as 25 primeiras classificadas. Unas mais modestas porque pisavam o palco pela primeira vez, outras mais desavoltas, já com certa prática das andanças destes concursos, mas todas proporcionaram um es-



«VESTIDO DE CHITA» ATRAIU MULTIDÃO À FEIRA DE S. MATEUS

E foi mesmo ao palco, com o nosso chefe da Redacção sr. Pinto Garcia, que representava o JN, o governador civil de Viseu, o presidente da Câmara Municipal, o presidente da Feira de S. Mateus, além de elementos da comitiva governamental e autoridades distritais e concelhias.

Com o palco cheio de concorrentes e das individualidades, o primeiro-ministro colocou a coroa e a faixa na vencedora.

UM MOMENTO PARA ESQUECER

Foi uma coincidência. Maria de Lurdes Pintasilgo juntou a dois passos da mesa onde se encontravam algumas concorrentes ao «Vestido de Chita» e elementos da organização do certame, inteirada do que se estava a passar, sabendo da finalidade do concurso, a primeiro-ministro logo se colocou à disposição para ir ao palco da Feira de S. Mateus fazer a entrega do símbolo e dos prémios à 1.ª classificada. E cumpriu.

Uma vez no palco, Maria de Lurdes Pintasilgo foi recebida por um coro de assobios, que se diluíram pouco depois com o decorrer da cerimónia. Inexplicavelmente, quando entregues os primeiros prémios, e foram solicitadas à chefe do Governo algumas palavras ramparam de novo os assobios. Imperturbável, face a uma reacção popular que nada justificava naquele momento, Lurdes Pintasilgo teve palavras para explicar a sua presença ali, lembrando que incitativas daquele género eram de aplaudir, na medida em que serviam de pretexto para uma sã confraternização de jovens num mundo cada vez mais roído por ódios. Mas pouca gente terá escutado as palavras sensatas de Maria de Lurdes Pintasilgo.

lar concurso: «vestir bem e sem grande dispendio».

O espectáculo decorreu no palco da Feira de S. Mateus, acrescentando com um «passarele» sobre a qual as concorrentes mostraram ao público os pormenores da confecção dos seus vestidos, alguns com diversos efeitos e adaptações.

A primeira passagem teve lugar às 16.30 horas, para um público mais reduzido, que serviu às concorrentes para se observarem umas às outras. Depois, no auditório da feira, as concorrentes procederam democraticamente à votação dos melhores vestidos, ficando à frente, com larga vantagem de pontuação, a jovem Rainha Maria Lourenço Gouveia, de Viseu, que apresentou um lindo vestido branco com jaqueta da mesma cor.

pectáculo que prendeu atenções e agrados.

A primeiro-ministro participou na distribuição dos prémios

O êxito popular deste concurso veio, por último, com a consagração da vencedora. A primeiro-ministro, eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, estava presente e aderiu de bom grado ao convite que lhe foi feito para participar na distribuição dos prémios. Simpática, sempre sorridente, Maria de Lurdes Pintasilgo aceitou-o imediatamente, não só pela muita consideração que lhe merece o JN como por se tratar de um concurso popular. Como ela nos diria: «É de chita». Se fosse de seda,



Maria de Lurdes Pintasilgo colocou a coroa à vencedora.



A primeira saída de Lurdes Pintasilgo

A visita de Maria de Lurdes Pintasilgo às zonas mais atingidas pelo fogo, sua primeira saída de Lisboa, no exercício do cargo, caracterizou-se pelo esforço de eficácia, que ultrapassasse o formalismo de situações idênticas e, ao mesmo tempo, pelo informalismo e a comunicabilidade de que a Primeiro-Ministro deu uma vez mais sobejas provas. As imagens do nosso repórter Joaquim Lobo mostram-nos três ima-

gens dessa visita: numa delas vêem-se, no chão, umas flores que, na mesa, «ornamentavam», mas prejudicavam a comunicação entre a assistência e a mesa; na outra, Lurdes Pintasilgo a beber um «sumo» — pois, mesmo em «cocktails», não toma qualquer bebida alcoólica; e, por último, vendo-se de costas um repórter da Gamme, agência internacional que mandou a Portugal um seu enviado para tirar fotos à Primeiro-Ministro, a que a Imprensa estrangeira tem dado grande relevo, e que a seguiu a par e passo.



Fundação Cuidar o Futuro



Lurdes Pintasilgo sabe, circunscrito, as primeiras palavras que proferiu na sua visita de trabalho a Peniche, a adesão plena do povo local. Porque, mesmo antes de se referir ao complexo labirinto da burocracia que emperra realizações urgentes, a primeira-ministra preveniu: «Não venho aqui para fazer promessas...» (Reportagem na página seis)

1.



LURDES PINTASILGO EM PENICHE: UM CASO SECO DE POPULARIDADE

«NÃO VENHO AQUI PARA PROMETER NADA MUITO MENOS O QUE NÃO POSSO CUMPRIR»

«Não venho aqui para prometer nada, muito menos o que não posso cumprir» — com esta frase chave, a primeira-ministra Lurdes Pintasilgo «arrancou», em Peniche, um precioso capital de popularidade.

Na verdade, a recepção popular que foi dispensada à eng.ª Lurdes Pintasilgo transcende em muito a figura do chefe do Governo, para se situar na área de uma aliança muito estreita que se forma, entre o povo e a primeira-ministra, quando esta, sempre de improviso, e quase sempre com simplicidade, diz aquilo que o seu Governo gostaria de fazer, mas não pode.

Existe, de facto, uma mudança de tom significativa entre o discurso dos primeiros dias de Governo de Lurdes Pintasilgo e o discurso de hoje. Não fosse a sua capacidade de comunicação, o sorriso fácil, a palavra simples e vislumbrar-se-ia a frustração que deve envolver quem, sem muito prometer, apontou os caminhos a seguir, mas não os conseguiu trilhar.

A meio da manhã, eram já numerosas as pessoas que se colocavam ao longo do percurso por onde se sabia que ia passar a comitiva da primeira-ministra, uma equipa leve e funcional: o ministro dos Assuntos Sociais, figura já indispensável nestes contactos com as populações, o ministro da Justiça e dois secretários de Estado, um da área das Pescas e outro da Administração Local e Regional.

A primeira etapa foi uma sessão de boas vindas na Câmara Municipal, onde, depois de saudada pelo presidente, a primeira-ministra colocou desde logo todos de sobreaviso:

«Não venho aqui prometer nada, muito menos aquilo que não posso cumprir.»

Palmas imediatas sublinharam a honestidade da atitude, que dispensava, em absoluto, mais explicações.

Falta tempo e dinheiro

Mesmo assim, Lurdes Pintasilgo foi falando das inibições que se colocam ao seu Governo: a falta de verbas e de tempo.

De qualquer forma — e isso revelou a chefe do Governo à nossa reportagem — algo se pode fazer e far-se-á:

«É incrível, como há obras e melhoramentos despatchados, com verbas afectas e que não andam, muitas vezes por questões burocráticas que não têm razão nenhuma de ser.»

Foi, de resto, esta uma das principais tarefas da equipa que se deslocou a Peniche: resolver questões pontuais que, de outra forma, levariam demasiado tempo a chegar ao conhecimento dos ministros, metidos no «escuro» dos seus gabinetes.

O novo tribunal, o terreno para o hospital e para o Palácio de Justiça, as residências para os magistrados e as obras do porto, preencheram toda a manhã de visitas da primeira-ministra que, aqui e ali, recebia provas de simpatia da gente da borda da água.

Um abraço de uma mulher mais afoita, que quebra o cordão da Polícia, a oferta de uma «teca» de sardinhas, ali mesmo dividida com a eng.ª Lurdes Pintasilgo por uma palmeira do porto, foram notas comuns e quase todos os locais visitados.

À tarde o mais importante

Mas o mais importante estava para vir, exactamente o

contacto directo com os problemas reais do povo real.

E vieram pescadores; e veio uma operária conserveira; e veio ainda um funcionário da área da habitação; da saúde; enfim, quem quais expôs problemas por todos os sentidos.

Se calhar as respostas dadas não foram aquelas que exactamente eram esperadas, mas os membros do Governo tomaram notas: que, sim senhor, os problemas dos «sem-Pátria» vindos das antigas colónias iriam ser realizados; que o subsídio do gásóleo para a pesca talvez viesse — vamos a ver; que o problema perante a falta de casas não é, infelizmente, só de Peniche, é nacional; enfim, um rosário de questões que irão agora merecer uma atenção mais aturada dos ministérios envolvidos.

Saído positivo, no final desta jornada de trabalho que deixou atrás de si uma réstia de esperança em quem tão habituado está a que lhe prometam muito, e ainda espera por tudo.

Para além dos problemas locais que focou, na visita que fez no sábado a Peniche, nomeadamente o da construção daquela vila, de um centro de saúde do tipo integrado, com uma ampla secção hospitalar, a primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo referiu-se a outras questões de dimensão nacional, anunciando a preparação pelo actual Governo de uma lei-quadro de energia e advogando no domínio nuclear — embora a título pessoal e sem qualquer vinculação para o Executivo — a consulta aos representantes do povo nas autarquias no que respeita à construção (ou não) de uma central em Portugal.

Respondendo, em sessão pública, às interrogações formuladas, Maria de Lurdes Pintasilgo sublinhou o propósito do Governo de cumprir a lei de bases da Reforma Agrária acrescentando, porém, que a forma como a mesma é executada tem de ser diferente. A primeiro-ministro, que desmentiu ao «DN» a existência de qualquer atitude demissionária por parte de alguns membros do seu Governo — «isso é completamente falso e não tem o mais pequeno fundamento. Não há nenhum ministro demissionário e muito menos o senhor ministro da Agricultura» — adiantou ainda que, na próxima semana, os problemas agrários vão merecer a particular atenção do Executivo.

Com o Sol a assombrar-se por entre as nuvens, a pôr termo a dois dias de chuva persistente na região, Maria de Lurdes Pintasilgo recebeu as primeiras saudações penichenses ainda a alguns quilómetros da vila. No Alto da Foz, no limite do concelho, encontravam-se os representantes das autarquias locais que cumprimentaram a primeiro-ministro e os membros do Governo que a acompanhavam: os ministros da Justiça e dos Assuntos Sociais, respectivamente Pedro Macedo e Bruto da Costa e o secretário de Estado, da Administração Regional e Local, José Penada. Só mais tarde o secretário de Estado das Pescas, Duarte Silva, se juntou à comitiva.

A chegada a Peniche, cerca das 11 e 30, algumas centenas de populares — não era muito densa a concentração das pessoas porque eram horas de lota — aplaudiram a chefe do Governo quando esta desceu do carro que a transportara até à Câmara Municipal. Antes, porém, de entrar no edifício, a primeiro-ministro deteve-se, por alguns momentos, em breve diálogo com habitantes da vila.

As boas-vindas do município

Já no salão nobre dos Paços do Concelho, numa breve sessão de boas-vindas, o presidente do município aproveitou o ensejo para anunciar alguns dos principais problemas que afectam

região, referindo, nomeadamente, a carência de habitação, a falta de infraestruturas de terra do porto de pesca, a necessidade de construção de um centro de saúde com funções hospitalares e do reforço do abastecimento de água a todo o concelho.

No breve improviso com que agradeceu as palavras do edil penichense e o acolhimento que lhe fora dispensado pela população Maria de Lurdes Pintasilgo que consideraria as instituições locais, as mais capazes para sentirem o desejo das gentes sublinhariam, mais uma vez, que não vimos fazer promessas que não poderemos cumprir ajudando ao horizonte temporal que limita a acção do actual Executivo e a situação das finanças públicas, de reduzida capacidade de manobra. Outro aspecto que lhe mereceu referência foi a paralisação que este Governo veio encontrar em vários sectores da vida pública.

Cumprindo, depois, o programa previamente estabelecido, a primeiro-ministro visitou as instalações provisórias do Tribunal Judicial da comarca e as casas, em construção, para os magistrados e, antes de se deslocar ao local onde decorrem as obras do porto de pesca, esteve nos terrenos onde irão construir-se o Centro de Saúde cujo projecto está concluído, e a futura Casa da Justiça. Mais tarde, a seguir ao almoço, servido num restaurante no Cabo Carvoeiro, Lurdes Pintasilgo foi ao Lar de Santa Maria, uma instituição mantida pela Igreja, para encarecer a situação de algumas crianças, em condições, a onde se mantém a tradição das arrendas de Peniche — ali se incluem as meninas internadas na difícil arte dos bilros — e a um bairro social em construção e cuja conclusão parece comprometida. A paralisação das obras de um conjunto habitacional onde trabalhavam os reclusos no âmbito do Ministério da Justiça, mereceu, a Maria de Lurdes Pintasilgo, uma vívida promessa de desbloqueamento.

Política de emergência e Reforma Agrária

O ponto alto da visita teve por cenário o ginásio da Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa do Peniche, onde decorreu a sessão pública, durante a qual os membros do Governo foram interpellados por representantes de diversos sectores da população, não só em relação a questões locais, mas no concreto e outros problemas de dimensão nacional como os das polifóras energéticas e nuclear. Também os comentários do Executivo no que se refere à aplicação da lei na zona de intervenção da Reforma Agrária foram objecto de interrogações.

Em particular, os temas locais circunscreveram-se aos sectores da habitação e das pescas e neste último domínio foi o respectivo secretário de Estado que prestou esclarecimentos, vincando, o caso aprovadamente das instalações de frio existentes, e anunciando, por outro lado, a efectivação de estudos com vista à

possibilidade de atender às pretensões do sector, quanto a trocos bonifícios para os combustíveis. Aquele membro do Governo salientou, contudo, o peso excessivo da massa salarial nos custos de produção, que, nalguns domínios, atinge valores da ordem dos 50 por cento.

Neste período, também o ministro dos Assuntos Sociais equacionou a problemática do regime de pensões dos pescadores, lembrando a dado passo a existência de uma dívida à Previdência, por parte das empresas, de 25 milhões de contos, o que impossibilita a execução de determinados propósitos que estariam na mente do Governo.

Por fim, a primeiro-ministro falou da política energética, da central nuclear prevista para Foz de Azeite e do cumprimento da lei de Bases da Reforma Agrária. E divulgando os trabalhos em curso para a apresentação de uma lei-quadro, de energia e, depois, a título individual, o seu pensamento quanto à construção de uma central nuclear no nosso país, deteve-se, particularmente, na apreciação do último ponto citado — a Reforma Agrária:

«Tornou claro este Governo (...) que a sua política era a do cumprimento da lei disse Lurdes Pintasilgo, acrescentando que quando o seu Gabinete assumiu funções havia no MAP muitas dezenas de decisões, relativas a entregas de reservas que foram canceladas por este Governo por os processos não estarem na devida ordem, não estarem conforme a lei.

«Isto significa prosseguiu a primeiro-ministro, que a política é de seguir a lei. A lei tem sido a mesma dos Governos anteriores; no entanto, a forma como a lei é executada, tem que ser diferente.»

E depois de acentuar que emais de 50 por cento das reservas que estavam para ser entregues foram sujeitas a um reexame total e por isso, estão suspensas no Ministério da Agricultura, Lurdes Pintasilgo continuou a defender o princípio da aplicação do diploma que regula o sector de intervenção da Reforma Agrária, adiantando:

«No que diz respeito à entrega de reservas tal como a lei estipula, o sistema tem de ser revisado para que a lei seja efectivamente cumprida.»

E explicitando o seu pensamento que sintetizou em dois pontos: «O Governo tem obrigação, como consta de toda a lei relativa à Reforma Agrária, de respeitar a organização cooperativa dos trabalhadores rurais, sempre que esta se traduza numa efectiva protecção dos trabalhadores e numa rentabilidade das terras por eles trabalhadas; o Governo tem obrigação de respeitar, também, o direito de propriedade individual, dentro do espírito da lei da Reforma Agrária, o que tem de nos conduzir apenas à entrega de reservas a aqueles proprietários que, directamente, vão trabalhar a terra. Isto é letra da lei, afirmou a encerrar o tema, não sem que antes tenha anunciado que na próxima semana esta vai ser uma das preocupações dominantes da nossa actividade».



Comerciantes descontentes com subsídios das cheias

Embora a agenda de trabalho preparada pela Câmara Municipal fosse vasta e de conteúdo diverso, o tema fundamental da sessão foi, como se esperava, a cheia do Tejo, tanto os efeitos da de Fevereiro, como as preocupações existentes relativamente ao futuro.

Lurdes Pintasilgo anunciou a abertura da linha de crédito de um milhão e 600 mil contos, que espera apenas a promulgação do Presidente da República, e informou que o Governo decidira criar estruturas permanentes dotadas dos meios capazes de actuar, com prontidão e eficácia, aos malefícios causados pelas catástrofes.

Ouviu, em seguida, uma exposição dos comerciantes do Rossio ao Sul do Tejo, que desde Fevereiro sofrem os efeitos das cheias, por terem sido destruídos produtos que tinham armazenado e não dispõem de meios financeiros para renovar os stocks. Grande parte dos estabelecimentos funciona, por essa razão, em menos de 50 por cento causando prejuízos aos comerciantes e dificuldades no abastecimento.

Expressaram, por outro lado, o seu descontentamento relativamente ao critério usado na concessão de subsídios, já que, segundo afirmaram, há casos de comerciantes cujas lojas estiveram apenas 90 centímetros de água e receberam auxílio financeiro, enquanto os proprietários de outras que estiveram completamente submersas receberam menos do que os primeiros ou não receberam mesmo nada.

Os comerciantes pretendiam, justamente, que o Governo lhes concedesse crédito a longo prazo e manifestaram a sua satisfação pela notícia que lhes fora dada sobre a linha de crédito, mas consideraram extremamente elevada a taxa de juro prevista, 12 por cento, num prazo de amortização de cinco anos.

A primeiro-ministro manifestou a sua surpresa pela circunstância de estar de ser este Governo, que tomou posse em 1 de Agosto, a acabar de resolver um problema surgido em Fevereiro e atribuiu a este atraso a necessidade de ter agora de ser mais elevada a taxa de juro. Admitiu, no entanto, que, dentro das suas competências, os órgãos locais de crédito possam, eventualmente, estudar a hipótese de estabelecerem taxas de juro mais favoráveis.

A partir da situação descrita pelos comerciantes, gerou-se vivo debate sobre as causas e efeitos das cheias, bem como das possibilidades que haverá de, no futuro, reduzir os prejuízos materiais e humanos que elas sempre acarretam.

MDF pode paralisar por falta de matérias-primas

Um elemento da Comissão de Trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira, no Tramegal, que emprega 2500 trabalhadores e constitui um dos mais importantes pólos de desenvolvimento da região, apresentou a Lurdes Pintasilgo um dossiê completo sobre a situação da empresa, o qual contém não só a posição dos trabalhadores mas também da Comissão Administrativa, sobre as hipóteses de ultrapassar a crise económica e financeira com que se debate.

A MDF tem, hoje, uma carteira de encomendas da ordem de um milhão e 600 mil contos destinada à exportação e não poderá cumprir os contratos se não receber auxílio financeiro para adquirir matérias-primas.

Lurdes Pintasilgo disse que o Governo aguarda a apresentação das condições de viabilização económica da empresa e expressou a sua estranheza pelo facto de, ainda hoje, estarem intervenionadas empresas onde o Estado interferiu em condições especiais e ao abrigo de um decreto-lei que tinha intuições provisórias.

«A intenção deste Governo deixar noutra situação empresas intervenionadas há tempo excessivos», disse a primeiro-ministro, acrescentando que observaria com atenção o dossiê que recebera, pois são os que trabalham nas empresas quem estão em maiores condições de ajudar o Governo a tomar a atitude mais conveniente. Outras das principais questões abordadas na reunião diz respeito ao funcionamento do novo hospital de Abrantes, que está a ser construído, mas, muito provavelmente, vai debater-se com falta de médicos e de pessoal de enfermagem.

«Essa é uma das preocupações mais importantes que temos e que gostaríamos de resolver, já que, enquanto faltam os médicos na provincia, as grandes cidades portuguesas terão em breve a maior densidade de médicos por milhar de habitantes».

Centenas de abrantinos saudaram Pintasilgo

Maria de Lurdes Pintasilgo chegou a Abrantes ao fim da

tarde e o tempo de permanência limitou-se a duração do encontro de trabalho e a um pequeno momento alocado pela Câmara Municipal. Seguiu, já noite, para Santarém, onde prossegue, hoje, a sua visita. Do programa consta uma reunião no Governo Civil com todas as câmaras do distrito — que constitui, por certo, o ponto mais importante da deslocação — e, ainda, visitas ao complexo do ex-Colégio Andaluz e ao dique de Valado.

A primeiro-ministro foi recebida com especial carinho pelas dezenas de abrantinos que quiseram ver de perto a sua apostolado e apresentar os inúmeros problemas com que o concelho se debate, ao mesmo tempo que pediam — e esperavam, como disse o presidente da Câmara — que não deixasse de olhar pela sua terra.

Pouco depois da chegada da comitiva, que incluía o secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, Santa Clara Gomes; o ministro das Obras Públicas; os secretários de Estado da Habitação e da Estrutura Agrária, e o governador civil de Santarém, algumas centenas de pessoas congregaram-se no largo fronteiro à Câmara e os protestos que se fizeram ouvir levavam o visitante a pensar que a primeiro-ministro não teria, na sua terra, uma recepção tão acolhedora quanto se iria esperar.

As previsões saíram erradas. Mau grado um ou outro assobio, a maior parte dos manifestantes aplaudiu com entusiasmo a sua contrária, demonstrando que os protestos iniciais surgiam somente porque Maria de Lurdes Pintasilgo se embrenhara imediatamente no debate dos problemas da região, sem antes ir à janela cumprimentar os abrantinos. Embora o número de manifestantes não fosse muito elevado, ao que talvez não tenha sido alheio o tempo chuvoso, um dos que se encontravam no interior do edifício disse então ao lado do repórter: «Já vê que ela não está só».

governação com o povo

22/X/1979

Lurdes Pintasilgo em Santarém

Constatámos um estrangulamento ao nível dos serviços locais

3.

«Constatámos mais uma vez a existência de um enorme estrangulamento ao nível dos serviços, e é lamentável que, por esse motivo, estejam ainda por resolver problemas surgidos há mais de cinco anos», disse ao «DN» a primeiro-ministro Lurdes Pintasilgo, no final da visita de dois dias que efectuou à região de Santarém.

A chefe do Governo ouviu, ontem, de manhã, exposições

circunstanciadas dos 21 presidentes das câmaras do distrito sobre os principais problemas de cada um dos municípios, nas quais ficou patente a discrepância que se verifica nas relações entre os diversos órgãos da Administração Pública central e as autarquias locais. A discussão de alguns dos temas agendados — saúde, habitação e obras públicas — revelou a existência de inúmeras carências, que são,

afinal, comuns à maior parte das regiões do País.

«Recolhemos muitas sugestões, que serão agora objecto de exame, caso a caso», afirmou Lurdes Pintasilgo, que, pouco antes de regressar a Lisboa, tal como pormenorizamos na página 3, visitou as obras em curso no dique de Valada, o qual sofreu dois grandes «rombos», com as cheias de Fevereiro.

«isto não aguenta uma cheia normal, quanto mais se for uma como a de ano passado.» Esta opinião, expressa por um trabalhador das obras em curso no dique de Valada — um muro com a extensão de 24 quilómetros entre Santarém e Azambuja — colhe a concordância da maior parte daqueles que quiserem manifestar pessoalmente ao primeiro-ministro e ao titular das Obras Públicas, as preocupações quanto ao futuro das suas vidas e haveres.

Embora os técnicos presentes tenham reafirmado a opinião já expressa pelo director-geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, segundo a qual, uma cheia idêntica à de Fevereiro já não provocaria danos de tão grande monta, a população de Valada parece não estar segura de que assim seja, além disso não encontra justificação razoável para a circunstância de só agora, passados oito meses sobre as cheias e praticamente dentro da época invernal, se estarem a ultimar as obras de reconstrução. O atraso deve-se, segundo os técnicos, ao facto de o empreiteiro a quem fora adjudicada a obra ter demorado a sua execução, mas os novos responsáveis garantem que dentro de 29 dias, ela estará concluída.

Os efeitos de futuras cheias poderão ser minoradas, de qualquer modo, pelo facto de o distrito de Santarém, que apresenta uma maior rapidez de comunicações, já que uma das principais razões para os enormes prejuízos sofridos este ano foi justamente a lentidão com que se processou o fornecimento de informações regulares às populações que correm maiores riscos. Mesmo neste domínio, contudo, os habitantes da região não parecem muito optimistas: «A gente pode fugir. E as nossas colinas, quem as tira?»

A dotação de lanchas e outros meios de salvamento aos parques da região responsável pela segurança pública poderá contribuir para minorar os prejuízos causados anualmente pelas cheias; no entanto, parece impossível, de imediato, evitar os efeitos da catástrofe, quando ela ocorre. Para o governador civil de Santarém, o problema só será resolvido quando o Estado decidir investir voluntariamente na construção de várias barragens, que tenham por objectivo específico reter a força das águas do Tejo durante o Inverno, para o que deverão estar vazias no início desta estação.

«Não alimentar esperanças vãs»

Maria de Lurdes Pintasilgo iniciou o segundo dia da sua visita

ao Ribatejo com uma reunião de trabalho no Governo Civil de Santarém, em que participaram os presidentes de todas as câmaras municipais (21, das quais 15 da esquerda) e os membros do PSD, das da APU e uma do CDS).

Durante perto de quatro horas e meia, a primeiro-ministro e os membros do Governo que a acompanharam ouviram exposições dos presidentes de cada um dos municípios. Casos «curiosos», como aquele da escola do Ciclo Preparatório, em Pernes, que só não funciona porque não há cadeiras para alunos e funcionários, dramáticos, como o das crianças do concelho do Sardoal que desistem de estudarem porque os seus pais não dispõem de meios para pagar os elevados custos dos transportes para as escolas, ou casos exemplares da descordenação entre os vários Serviços, como o que se passou no Cartaxo, onde a Junta Autónoma das Estradas decidiu pavimentar uma rua sem avisar a Câmara Municipal, que, pouco tempo depois, teve de abrir o novo piso para poder instalar os esgotos, como estava previsto.

Um rol infindável de projectos de saneamento básico, de equipamento escolar, de construção ou melhoramento de hospitais (que se debatem quase todos, como é sabido, com falta de médicos e de outro pessoal técnico), projectos que as câmaras elaboraram há três, quatro ou cinco anos, sem que até hoje tenham sido aprovados ou rejeitados definitivamente fazendo nas diversas Direcções-Gerais enquanto as populações se debatem com inúmeras carências.



Maria de Lurdes Pintasilgo ouviu, atentamente, as razões de todos e promoveu dizer tudo o que estiver no alcance do Governo, mas fez questão de não alimentar esperanças vãs, não só porque o tempo de que dispõe é escasso, mas ainda porque é há muito pouco o quantitativo do Orçamento Geral do Estado que o Executivo tem para «cuidar». Convidou, no entanto, os responsáveis dos municípios a enviarem aos departamentos competentes «dossiês» completos sobre os problemas que carecem de resolução mais urgente.

A primeiro-ministro visitou ainda, ao princípio da tarde, o antigo Colégio Andaluz, em Santarém, antiga propriedade das «Servas de Nossa Senhora de Yátima», comprada pelo Estado em 1976, que, desde então, está subaproveitado e se degrada constantemente por não serem usadas todas as dependências e, especialmente, o seu equipamento científico, dado que se tratava de grande internato, e onde hoje funcionam, apenas, a Escola do Magistério Primário, uma escola de enfermagem e uma casa do Ciclo Preparatório.

governação com o povo

Porto 4-5 de Novembro de 1979

**LURDES PINTASILGO VEIO CONHECER
PROJECTOS DO PORTO**

**«CARLOS ALBERTO» SERÁ
TEATRO NACIONAL EM 1980**

Lurdes Pintasilgo está, desde ontem, no Porto. Mal chegou a Companhia, dirigiu-se ao antigo Mercado de Ferreira Borges e dali seguiu para a Casa do Infante (graverij) e Museu dos Sábres dos Reis. A criação do Teatro Nacional do Porto e do Museu de Arte Moderna foi anunciada no decorrer de uma reunião em que as carências culturais da cidade vieram a primeiro plano.

Fundação Cuidar o Futuro



LURDES PINTASILGO VEIO AO PORTO CONHECER OS PROJECTOS DA CIDADE

• «Carlos Alberto» será Teatro Nacional

A primeira-ministra, Maria de Lurdes Pintasilgo, está desde ontem no Porto para uma visita de dois dias. O seu primeiro contacto directo com a população da capital do Norte teve a marca da espontaneidade e a expressão de uma viva simpatia. Simpatia manifestada por vezes com a irreverência e até a ingenuidade do homem da rua. «Pintasilgo ao poleiro, queremos nós o tempo inteiro», gritava uma pequena multidão que se apinhou à porta da Casa do Infante. Ali pôde apreciar alguns dos programas de habitação em curso. Foi uma das tónicas do programa da sua visita — a habitação, problema fulcral da cidade — sendo as outras, a cultura e a produção do sector metalomecânico.

Acompanham a primeira-ministra, nesta deslocação ao Porto, o ministro da Habitação e Obras Públicas, eng.º Mário de Azevedo, o secretário de

Estado da Cultura, dr. Helder Macedo; e a secretária de Estado adjunta da primeira-ministra, dr.ª Teresa Santa Clara Gomes.

Receberam a chefe do Governo, na estação de Campanhã, o governador civil, dr. Mário Cal Brandão, o presidente da Câmara Municipal do Porto, eng.º Aureliano Velloso, o presidente da Associação Industrial Portuense, eng.º Almeida e Sousa, o delegado no Porto da Secretaria de Estado da Cultura, dr. Rui Feljó, e outras entidades.

Logo após o desembarque e no estilo que lhe é peculiar, a primeira-ministra acedeu a responder às perguntas dos jornalistas, ali mesmo no cais, e em qualquer formalidade. Ao pedir-lhe um comentário sobre as declarações do ministro Costa Brás a propósito do eventual abstencionismo, Maria de Lurdes Pintasilgo disse que se por desilusão com a

companha eleitoral, houver uma grande margem de abstencionismo, de tal não pode ser inculcado o Governo, acrescentando que nos seus actos públicos tem contribuído para motivar o povo à participação no acto eleitoral.

Uma outra pergunta feita foi a de se, no caso de não sair das próximas eleições um partido ou coligação maioritários aceteria governar até 1980. Maria de Lurdes Pintasilgo rejeitou esboçar uma resposta em «futurológia», em conec-

ções. «O problema não é meu, mas do sr. presidente da República», disse. E acrescentou que só decide quando colocada perante uma situação concreta.

O primeiro ponto do programa da visita foi a ida ao antigo mercado da fruta de Ferreira Borges, cujas obras de reconstrução serão iniciadas antes do fim do ano como o nosso jornal anunciou no mês passado. Aquele edifício, classificado como imóvel de interesse público, será convertido num centro cultural.

Cuidar o Futuro



A primeira-ministra teve o arquitecto Viana de Lima explicar os detalhes do projecto da reconstrução do Mercado Ferreira Borges e o presidente da Associação Industrial Portuense.

mantendo a sua traça exterior e dividindo-se o interior por um teatro, salas de exposição de arte, artesanato e café-concerto. O autor do plano de renovação, arq.^o Viana de Lima, explicou ao primeiro-ministro e aos membros do Governo que a acompanhavam os detalhes do projecto, perante uma maquete que se encontra na Casa do Infante. A título de curiosidade referiu o facto de que em 1902, ou seja dois anos apenas após a sua construção, a Câmara da altura chegara à conclusão de que o edifício deveria ser transformado num centro cultural... o que vai acontecer 80 anos depois.

Depois da descrição, houve lugar para o «quanto» e o «quando». A estimativa do custo da obra é de 100 mil contos, e a mesma poderá ficar «arrumada» ao fim de dois anos. A Fundação Calouste Gulbenkian compartilha com um subsídio de 20 mil contos, mes atribuído em parcelas sucessivas. A primeira fase dos trabalhos poderá ser mais já que deverá ser necessário reforçar os alicerces. Para o arranque será indispensável o financiamento por parte do Governo. A primeiro-ministro, declarou que da parte do Governo há o maior interesse na obra e prometeu o empenhamento de todos, concordando com o parecer de que o melhor seria arrancar-se quanto antes.

Depois, visitou demoradamente uma exposição de projectos de construção de fogos, levada a cabo por associações de moradores e cooperativas, de colaboração com a Câmara Municipal. Acompanhou com explicações sobre as características dos projectos (o enquadramento urbanístico, fases em que se encontram, o número de casas a erguer em cada, a forma de obtenção dos terrenos, etc.), o vice-presidente da Câmara, arq.^o Rosado Correia. Referiu ele que a cidade carece actualmente de 54 mil fogos! Estão agrupadas em associações de moradores 11 800 famílias e 4 400 em cooperativas. O denominador comum em todos os casos ou quase em todos é a falta de financiamento, que entretanto foi solicitado. O eng.^o Mário de Azevedo vai hoje apreciar, em reunião de trabalho, todos estes casos, a fim de serem estabelecidas prioridades.

No final de visita que foi muito demorada, a eng.^o Maria de Lurdes Pintasilgo louvou a actuação da Câmara Municipal, na sua obra de cooperação com associações de moradores e cooperativas, e afirmou ter pena por não haver verbos disponíveis para a globalidade dos projectos. «Mas para alguma coisa haverá». As prioridades serão definidas hoje.

Apesar de pouco conhecida a vinda de Lurdes Pintasilgo, pequenas multidões aglomeraram-se nos sitios por onde passou. Uma verdadeira onda de calor humano envolveu o primeiro-ministro tanto na estação de Campanhã, mal correu que ela chegara, como junto do Mercado de Ferreira Borges e sobretudo junto à Casa do Infante.

No Museu de Soares dos Reis, onde chegou cerca das 17 horas, a eng.^o Lurdes Pintasilgo, após um informal chá que pretextou alguns minutos de espontâneo convívio, presidiu a uma reunião com pessoas a entidades ligadas ao sector da cultura, durante a qual o dr. Hélder Macedo, secretário de Estado da Cultura, anunciou as medidas que estão a ser tomadas para a instalação do Teatro Nacional do Porto, e assinou o despacho que cria o Museu Nacional de Arte Moderna do Porto.

O Teatro Nacional do Porto, que poderá estreiar a sua primeira peça em Outubro de 1980, irá funcionar no Teatro Carlos Alberto, a alugar para o efeito. As negociações, bem encaminhadas, levarão a assinatura do contrato ainda este ano.

Paralelamente, já em Janeiro, começarão, por um lado, as obras de reconstrução do palco e camarins, e por outro, o trabalho da Comissão Instaladora, a nomear dentro de dias.

Para compensar o desaparecimento desta sala de cinema, nascerá uma «nova» — o «estúdio», no edifício da Casa da Trindade.

Segundo o dr. Hélder Macedo, pensa-se que todas as obras estarão concluídas por volta de Maio, pelo que a instalação, se feita de seguida, permitirá o início da actividade no começo da temporada do próximo ano. De resto, vai, em breve, ser aberto concurso para o equipamento básico.

Tido como uma velha aspiração da cidade do Porto — há treze anos que deram os primeiros passos, lembrou Egipto Gonçalves —, o Museu Nacional de Arte Moderna foi também ontem oficialmente criado. Debaixo de muitos aplausos, o secretário de Estado da Cultura assinou o indispensável despacho, trazido de Lisboa para a Rua de D. Manuel II, com o mesmo cuidado e carinho com que se transporta e oferece um presente.

O museu, a instalar num edifício anexo ao do «Soares dos Reis» e para cuja construção já existe um projecto do arq.^o Viana de Lima, irá ser organizado por uma comissão de seis pessoas, na altura divulgada: Maria Emília Amaral Teixeira, Júlio Resende, Fernando Pernes, Aquilino Ramos Pinto Rosa, Fernando Azevedo e José Augusto França.

A primeiro-ministro, que fez a intervenção, fez questão de a bilhete que não há nenhum compromisso em tratar, com o mesmo empenho das carências habitacionais (com que acabara de contactar) e das culturais. Isto, porque ambas integram o grande espectro das necessidades básicas da população. «Sufoocar a criação artística com a preocupação utilitarista de atender a outras necessidades não está no nosso horizonte. São duas pontas do mesmo processo que se condicionam mutuamente» — esclareceu a chefe do Governo, que se recusaria a considerar o momento como de pausa ou de diversão.

Apartados, portanto, eventuais atraveses a um diálogo vivo e aberto, a reunião prosseguiu, com sucessivos levantamentos das dificuldades com que se debatem os vários centros de cultura portuense.

Teatro: novo regime de subsídios

No campo ainda do teatro, TEP e Seiva Trupa criticaram o actual regime de subsídios concedidos pela secretaria de Estado da Cultura e disseram da precariedade das suas instalações. Foi a altura do dr. Hélder Macedo tornar público que vai ser brevemente publicado um despacho sobre o novo regime de subsídios, cuja atribuição sairá da esfera da competência da Direcção-Geral dos Espectáculos, passando para a Secretaria de Estado, que nesse trabalho será apoiada por uma comissão. O documento aponta para três níveis de subsídios, um dos quais será de dois anos, e encoraja a fusão de pequenas companhias.

Por sua vez, Miguel Graça Moura traçou o panorama (negro) da música, que, segundo ele, se situa ao fundo do corredor da cultura; Júlio Resende reafirmou as carências estruturais da Escola Superior de Belas-Artes; Maria Graça de Castro, recebeu do secretário de Estado a promessa de que o «desafio» «Casa Eça Queirós» lhe está a merecer atenção; e Luís Ro-

seira solicitou auxílio (concedido) para o desenvolvimento da biblioteca criada pela Liga de Amigos do Hospital de Santo António.

A sessão, que se prolongou por perto de três horas, possibilitou ainda o debate sobre várias concepções de política cultural, com por exemplo, Egipto Gonçalves a defender um espaço cultural aberto a todos os tipos de criações, e a eng.^o Lurdes Pintasilgo a dizer «que não há política cultural enquanto não houver uma política financiadora da cultura». Neste sentido, chamou a atenção para uma reunião que um departamento da UNESCO com aquela finalidade (financiadora) irá promover, em Lisboa, em Fevereiro próximo.

Visitas de hoje

Hoje, segundo o último dia da estadia no Porto, o primeiro-ministro, pelas 9.30 horas, visitará a fábrica metalomecânica A. Dias Ramos, seguindo-se uma reunião com representantes do sector; às 15 horas, terá lugar a visita às obras de recuperação da zona histórica da cidade, nomeadamente o Barrado; e às 17, na Câmara Municipal, decorrerá uma reunião sobretudo virada para os problemas habitacionais.

Entretanto, o secretário de Estado da Cultura, estará, às 9.30 horas, na Casa de Ramalde; às 10.30, no Convento de S. Bento da Vitória, onde se pensa instalar o Museu da Literatura; e, ao meio-dia, tomará contacto com o curso das obras na Biblioteca Municipal. A tarde, após a visita ao Barrado, no Museu de Soares dos Reis, tomará parte numa sessão de trabalho com a direcção deste museu e a comissão organizadora do agora criado Museu Nacional de Arte Moderna do Porto. É ainda possível que o dr. Hélder Macedo se desloque ao Palácio do Freixo.

A delegação governamental regressa a Lisboa, de Combolo, pelas 10.45 de amanhã, já que foi anulada a visita ao Alto Minho.



Lurdes Pintasilgo ouviu queixas de empresários nortenhos

PLANO DE EMERGÊNCIA PARA HABITAÇÃO PROPOSTO PELA CÂMARA DO PORTO



FERRAMENTAS

Fundação Cuidar o Futuro

● PRIMEIRO- -MINISTRO FALOU AO JN

A primeiro-ministro, eng.^o Lurdes Pintasilgo, que terminou ontem uma visita de dois dias ao Porto, durante a qual teve oportunidade de escutar problemas de empresários, autarcas e de meios culturais, falou ao JN. Ao longo de uma conversa breve, não escondeu os escolhos que têm dificultado a sua acção governativa. Nem por isso, contudo, perdeu determinação, coragem e esperança em combater novos. (LER EM GRANDE >D&T<).



Lurdes Pintasilgo ouviu queixas de empresários

DIÁLOGO FRANCO COM INDUSTRIAIS

— «SIM» TOTAL À DESCENTRALIZAÇÃO

No segundo dia da sua visita ao Porto, a primeira-ministro, eng.ª Lurdes Pintasilgo, dialogou com empresários e técnicos do sector metalomecânico, viu as obras da recuperação da zona Ribeira-Barredo e presidiu a uma reunião na Câmara onde estiveram em foco os problemas habitacionais mais práticos da cidade, recebendo, no final, comissões de moradores e trabalhadores e outras delegações que lhes foram expor os seus problemas.

O contacto com o sector metalomecânico decorreu numa das fábricas do ramo («A. Dias Ramos»), localizada em Lordelo. Após ter visitado aquela unidade fabril, a primeira-ministro reuniu com dirigentes de associações patronais, empresários e técnicos. Acompanhavam-na o ministro da Indústria, eng.ª Marques Videla, e o ministro do Trabalho, dr. Sá Borges.

Lançando dados para a discussão, a primeira-ministro referiu a necessidade de definirmos um espaço de complementaridade para as nossas indústrias, não só um espaço europeu que se abre mais com a entrada no Mercado Comum (além dos países da EFTA e restantes) como o dos países do Sul da América e da África, desafiando o Brasil e as ex-colónias, países com os quais Portugal pode ter relações privilegiadas.

A seguir, o ministro da Indústria assinalou o esforço e colaboração entre empresas portuguesas e estrangeiras, a que aproveitaremos a imitação de tecnologias mais avançadas. Caso feliz é o do cordão pelo qual empresas de metalomecânica pesada estão

a trabalhar para empreendimentos hidro-eléctricos estrangeiros.

Poderá ser o caso da «Ranzuit», projecto que prevê o fabrico de 200 mil motores, embora o mercado interno venha a abranger apenas entre 40 a 50 mil. Um outro aspecto que assinalou foi o da qualidade da mão-de-obra portuguesa, tantas vezes depreciada dentro de casa.

Ora os portugueses «rendem» quando trabalham em fábricas bem dirigidas no estrangeiro e foi precisamente um di-

rigente de uma firma estrangeira (britânica) encarregada de uma obra (em Leça) exigindo trabalho qualificado que declarou àquele membro do governo «nunca ter encontrado em qualquer outro sítio melhor produtividade».

«Sindicatos

— os queridinhos do Governo»

O dirigente da Associação das Indústrias Metalomecânicas, Luígero Marques, queixou-

-se de que depois do 25 de Abril as associações se têm ocupado quase somente da resolução de muitos problemas laborais e que o governo só as olha como «fazedores de contratos», privilegiando os sindicatos, «os queridinhos do governo». Entre as questões que apresentou referiu a importância das indústrias metalomecânicas do Norte (a Associação tem 2000 sócios, nas suas fábricas trabalham 100 mil trabalhadores, sendo o Norte que exporta 85% do total de produtos que vendemos ao



Rodeada de crianças, no Centro Social do Barredo, a primeira-ministro fez um pequeno intervirte na sluta com a multidão.

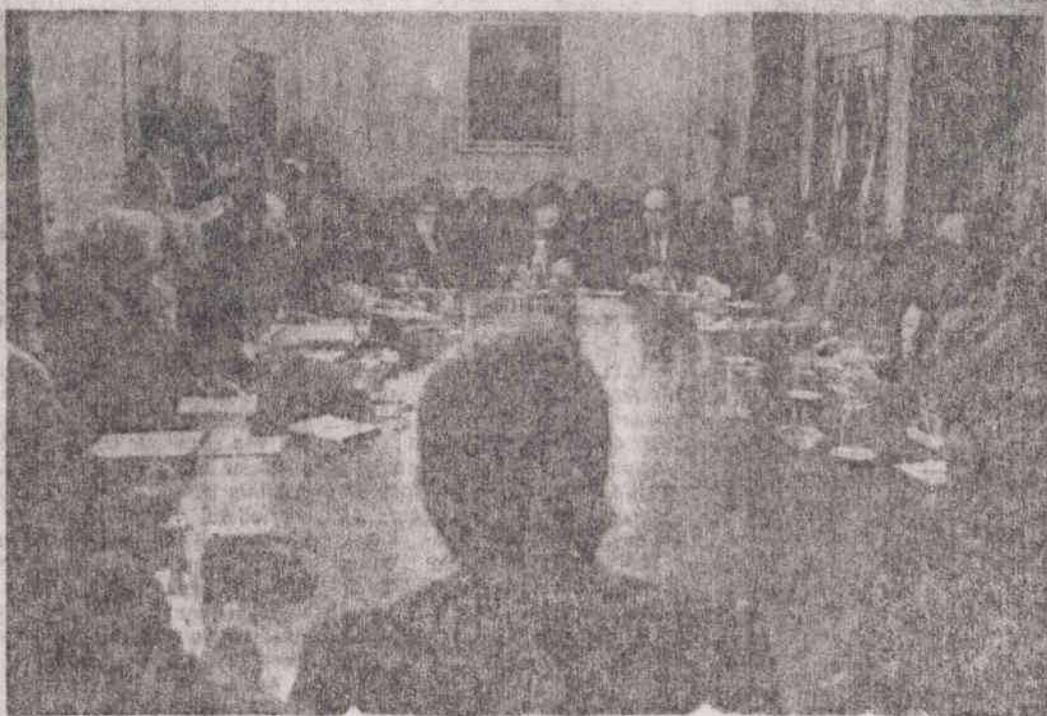
estrangeiro), importância que não é tida em conta pela as comunicações com Lisboa (o centro macrocívico de todas as decisões) são difíceis (sete a oito horas para um camião quando não sofre avarias) o porto de Leixões escoar com muita dificuldade, etc.

Comentando a exposição feita por aquele dirigente patronal, a eng.ª Lurdes Pintasilgo acentuou que o seu governo tem tentado alargar o conceito de parceiros sociais, não o restringindo apenas a temas exclusivamente laborais. Pensa que é possível o concurso de ambos para a abordagem de questões como a da produção, expansão industrial, etc. Quanto à necessidade de descentralização, fez notar que os artigos da Constituição que concernem esse problema não têm sido explorados, embora abram caminho a ampla regionalização no país.

Más comunicações muitos impostos absentismo

Falou depois um industrial do ramo da produção de fogões, Pedro Brito, que denunciou as cargas fiscais insuportáveis para as empresas do ramo. Estas, no caso de não serem aliviadas, serão lançadas na falência ou terão de despedir 40 % dos trabalhadores. Um grupo destes viria, no final, falar com o primeiro-ministro sobre a situação que se vive no sector.

O futuro do Centro de Recuperação Urbana da Área Ribeira Barredo, que o presidente da República já considerou uma experiência-piloto do maior interesse, foi outro dos temas em foco. Como já se disse, o centro não tem nenhum estatuto nem garantias de financiamento. Vive ao sabor de uma espécie de «direito natural» e com os seus 25 funcionários sem nenhuma regalias sociais, apesar da obra já levada a cabo. Depois de várias intervenções, ficou acordado que um elemento do Ministério da Habitação e Obras Públicas e representantes do gabinete, estudarão, a breve prazo, a sua institucionalização, bem assim como



Alojada pelos ministros Sá Borges e Mário de Azevedo, a eng.ª Lurdes Pintasilgo, chefe do executivo comarcal, o rostrio das dificuldades que se sentem no campo da habitação.

um plano de trabalho a médio prazo. Graças que o C.F.U.A.R.P. poderá ficar sob a égide da Câmara, mas a receber subsídios da Administração Central.

Para tornar menos negro o panorama habitacional portuense e nortenho, o secretário de Estado da Habitação, dr. David Ferreira, anunciou a lista provisória das associações de moradores e cooperativas que irão ser beneficiadas com próximos financiamentos, embora haja ainda necessidade de reformular alguns processos. Tratam-se de 946 fogos, das cooperativas «A Concha», «A Casa», «Norte Coope», «Bracara Augusta», «Santo António das Antas», «Novo Rumo», «Alta Nova», «Tripeira», «Santo Ildefonso», «Beira Douro» e «ABC»; e das associações de Preça Velha, Lomba, Tirares, Massarelos, Leal, Combatentes, Angelinas e Cruz de Pau.

Foi, então, a altura da eng.ª Pintasilgo escutar, numa outra reunião levada a cabo na sala das sessões, os pontos de vista das populações. Acompanhada pelo ministro do traba-

lho, Sá Borges teve oportunidade de ouvir as preocupações dos trabalhadores da metalúrgica Duarte Ferreira (a desintervenção está marcada para o próximo dia 19 de Dezembro) e dos dos «Fogões Leão» e «Produtos Estrela», recessos que o aumento do imposto de transacção leva à redução dos postos de trabalho. Porém, a habitação voltaria à ordem do dia, com múltiplas intervenções.

Entretanto, na sala da verreação, o arq.º Rosado Correia esclarecia o ministro de Habitação e Obras Públicas da urgência em financiar as contruições escolares e em avançar com a via de cintura interna, entre outros assuntos. Neste ponto, o ministro garantiu que o projecto está em concurso e que é possível tê-lo pronto dentro de 10 meses. Se assim for, a obra poderá ser lançada ainda em 1960.

A noite, o primeiro-ministro foi obsequiada com um jantar, oferecido pela Câmara, na Quinta da Macieirinha.

De referir, por último, que a adiada visita ao Minho está

definitivamente essente para os próximos dias 11 e 12.

Visita à zona do Barredo

Após o almoço, o primeiro-ministro esteve no Colégio do Postigo do Sol, no Largo Actor Dias, onde se inteirou das ultraprecárias condições da habitabilidade que o edifício oferece. Ali, como o JN ainda recentemente noticiou, estão alojadas 35 famílias, quer de desalojados das ex-colónias quer de vítimas de acções de despejo.

Esta visita, escolhida pela Câmara Municipal, foi, por assim dizer, a melhor legenda que os responsáveis pela gestão municipal encontraram para ilustrar aos representantes do Governo os graves problemas habitacionais com que a cidade se debate.

Na zona do Barredo, para onde de seguida se dirigiu, a eng.ª Lurdes Pintasilgo foi recebida no Gabinete do C.R.U. A.R.B. por um dos seus res-

(CONTINUA NA PAGINA 19)

ponsável, o eng.º Manuel Ribeiro, que prestou à chefe do Governo todos os esclarecimentos sobre a operação em curso. Desde 1974 que já foram restauradas 120 casas e empresas cerca de 180 mil contos; no entanto, a intervenção está prevista em mais 350 edifícios, na mesma área, e em outras zonas do centro histórico, assim seja rapidamente definido um plano de acção e dotado o gabinete do indispensável estatuto jurídico.

Constantemente assediada pela população, que lhe dava conta dos seus anseios, designadamente reformados e pessoas confrontadas com carências de habitação, o primeiro-ministro visitou a zona restaurada com extraordinária dificuldade. Apesar dos esforços das forças de segurança, foi a romper por entre a multidão, a golpes de sorriso e carícias nas crianças, que a eng.ª Lurdes Pintasilgo chegou ao eco-museu e transpôs o largo da Ribeira.

Na Câmara do Porto, onde chegou ao calor da tarde, a chefe do Governo recebeu ramos de flores das mãos de um grupo de miúdos que ostentava um cartaz («O passe para nós é bestial, mas queremos os cinemas mais baratos») e um coro de encorajamento: «Pintasilgo no po-

jeiro, queremos nós o tempo inteiro».

Seguiu-se uma reunião com o executivo municipal e todos os elementos do governo que integravam a comitiva, em que foram especialmente abordadas as carências habitacionais. Nesse sentido, através de um documento que entregou em mão à eng.ª Lurdes Pintasilgo, a Câmara solicitou ao Governo que a cidade do Porto, no sector da habitação, seja considerada em situação de emergência, pelo que propôs a elaboração de um «plano de intervenção de emergência», a levar a cabo, dentro de 30 dias, por representantes do Governo, do CRUARB e do Município.

Lurdes Pintasilgo entendeu a proposta como do maior interesse, já que no Porto, ao contrário do que acontece noutros pontos do país com problemas idênticos, estão asseguradas as condições de base para avançar.

A propósito da mesma questão, o governador civil, dr. Cal Brandão sugeriu ao Governo que fossem temporariamente suspensas as acções de despejo na área do concelho do Porto, argumentando com as múltiplas acções de despejo em que tem de intervir, requisitando os prédios. Disse ser essa uma situação insustentável, mas que não tende a diminuir. Referiu ainda números, especialmente de crian-

ças, que estivessem em risco de ter de viver na rua. Esta sugestão será estudada a par da proposta de executivo camarário.

Manuel Pinho, um outro empresário, salientou como era caro ter de andar a correr para Lisboa, cuja distância é muito aumentada pelas más vias de comunicação, e as dificuldades que se levantam por as empresas terem de esperar mais de três horas por uma chamada telefónica para o estrangeiro.

O empresário da «Jacintho Ramoa & Irmão», entre outras coisas referiu o problema do absentismo. O ministro Sá Borges salientou que no Sul este tem vindo a diminuir muito e que há legislação para o assunto. Entretanto, esse problema passa pelos Serviços Médico-Sociais. Aí o primeiro-ministro pôs o dedo na ferida. O nosso país tem um consumo elevadíssimo de cuidados de saúde, embora um baixo índice de senilidade. Há casos de «caixas» em que os médicos ocupam 80% do tempo para só tratarem da definição da situação laboral... Há «caixas» onde a pergunta que se faz à entrada é «de quantos dias» é a «baixa» de que se necessita... Tudo está relacionado — o problema dos médicos no Verão passado não era de uma classe profissional



Fundação Cuidar o Futuro

apenas, mas também o da mudança desta prática.

O eng.º Joaquim Macedo, da Sorafame, fez uma intervenção em que releveu a necessidade do aproveitamento das indústrias metalomecânicas ligeira que está a descer em latitude na Europa e quassa a apanhar a faixa mediterrânica. É um sector que pode absorver muita mão-de-obra e oferece perspectivas ao nosso país. Por outro lado, acentuou que muitas empresas de média dimensão são capazes de andar pelos seus próprios meios, carecendo, no entanto, de «uma palavra de estímulo» vinda do Governo.

A acção do IAPMEI foi por diversas vezes focada. O Instituto tem dado apoio, mas quando chega a fase de financiamento nascem os problemas. O proprietário de uma pequena empresa que fabrica material muito especializado, em colaboração com outras empresas maiores, contou o processo complicado que tem feito da sua fábrica bola de pingue-pongue entre um ban-

co e a Caixa Geral dos Depósitos. Aí, o primeiro-ministro interveio para assinalar que embora a banca esteja nacionalizada, a concessão de créditos e facilidades tem seguido muitas vezes interesses discricionários de gestores e não as linhas de orientação definidas pelo Governo. Os interesses mais profundos do povo. Porém, a propósito do IAPMEI assinalou que de dois milhões de contos avalizados pelo Instituto só 1% correspondia a falhas, o que é um excelente resultado da sua actividade.

Um outro problema levantado foi o da ligação entre a fábrica e a Universidade, uma ligação muito frouxa até ao momento. A primeiro-ministro recordou que, há em Portugal tantos centros de investigação como em qualquer outro país em desenvolvimento; simplesmente estão a trabalhar em programas dispendiosos e totalmente dispersos. Ao incluir no seu Gabinete o Ministério da Cultura e da Ciência

procurou, precisamente, criar um meio de unificar e possibilitar o aproveitamento de todo esse trabalho de investigação.

O presidente da Associação Industrial Portuguesa, eng.º Almeida e Sousa, defendeu acaloradamente o alargamento do porto de Leixões e sua maior funcionalidade, uma autêntica delegação do Ministério da Indústria no Porto, a transformação do Douro num rio navegável, a localização do laboratório de Investigação Industrial no Norte, bem como a distribuição de investimentos também pelo Norte.

No final, o primeiro-ministro declararia que o Governo deve estar onde está a realidade, dando todo o seu apoio à ideia de que é necessária a descentralização. Pensou, ao estruturar o seu Governo, criar um Ministério no Norte — se o anunciasse então «ainda mais me chamariam utópica», acrescentou.



LURDES PINTASILGO AO "DL"

"Estamos em condições de recuperar o 25 de Abril"

PORTO, 7 — «Depois de vários sobressaltos, estamos em condições de poder recuperar o que houve de fundamental no 25 de Abril» — afirmou Maria de Lurdes Pintasilgo ao «DL», ontem, na gare da estação de Campanhã, momentos antes de abandonar esta cidade onde trabalhou durante dois dias, contagiando a sua simpatia pela população tripeira.

Na véspera, a Primeiro-Ministro havia recordado o Programa do MFA naquilo que tinha como vector fundamental; a defesa das classes mais desfavorecidas. Dizia, concretamente, com a pujança e o calor que a caracteriza, que «os mais desfavorecidos são aqueles que devem ter o 1.º lugar».

Há muito tempo que não se ouvia falar no programa do movimento libertador de Abril, pelo menos com o acento que ali foi posto. Dai a nossa pergunta: o reavivar do programa do MFA, querera dizer, uma vez que se avizinham as eleições, que o Primeiro-Ministro prevê que os resultados eleitorais irão permitir aprofundar a caminhada de Abril?

«Eu não posso dizer isso — salientou — agora o que verifico é que também os líderes políticos, em particular até li ontem num jornal as declarações feitas numa reunião de um partido político que também agora preferia o 25 de Abril, distinguindo-o aliás do 11 de Março». Portanto, acrescentou, passada uma certa crise e uma oposição de opiniões relativamente ao 25 de Abril não há dúvida nenhuma que todas as forças políticas estão em condições de reconhecer que foi um acontecimento cuja potencialidade dinamizadora não se esgotou nestes anos que se passaram, antes pelo contrário. Depois de vários sobressaltos, estamos em condições de poder recuperar o que houve de fundamental no 25 de Abril».

— Mas há muito que não se ouvia falar daquele modo no MFA... — insistimos.

Mas foi uma realidade histórica, foi uma realidade que deu um incremento espantoso a este país. Não só desbloqueou a sua contradição fundamental, mas pôs condições e postulou um certo tipo de orientação a nível social que não se pode deixar de reconhecer.

Relativamente ao problema mais agudo que se lhe colocou durante a visita, o da habitação, Lurdes Pintasilgo disse do seu espanto pela negra realidade que pôde observar: «A sensação que tenho é de que esta zona foi extremamente desfavorecida e é com certo espanto, mesmo, que o verifico, não só em termos de habitação, mas também de monumentos que podem ser utilizados e que estão num estado completamente degradado». Cabe a este governo e aos próximos minorar esta situação, conforme sublinhou para o «DL» a Primeiro-Ministro.

De facto, para além dos desabafos e queixas que ouviu de viva voz na zona do Barredo, a eng.ª Lurdes Pintasilgo foi mais sensibilizada para o problema na reunião que teve na Câmara, quer com os responsáveis municipais quer com os representantes de organismos populares. «Vivemos em barracões que eram da seca do bacalhau» (53 famílias de retornados), «há crianças a dormirem em caixotes do lixo» (zonas da Sé e Miragaia), «o Inverno está à porta e não sabemos o que vai ser», «na Sé foi desbravado o terreno para o jardim infantil, depois os homens deixaram de lá ir, nunca mais voltaram e até morreu lá

uma criança», «sentimos a falta de apoio do poder autárquico» — foram alguns dos desabafos feitos quase sempre com o calor do quem tem, no corpo, as marcas do desespero — com fios de esperança.

VISITA AFINA O GOVERNO

Os reflexos desta visita são de tal ordem que segundo as palavras da própria Primeiro-Ministro ao «DL», vão «provocar, com certeza, uma modificação de critérios e também um afinamento das decisões que vierem a ser tomadas».

Fazendo quase o mesmo percurso que o Presidente da República, em Setembro, Lurdes Pintasilgo pôde aperceber-se do valor das obras de recuperação que estão a ser desenvolvidas na zona da Ribeira-Barredo e que têm sido alvo da atenção de muitos especialistas estrangeiros. Embora de uma forma mais apressada do que Ramalho Eanes, não por culpa própria mas pelos condicionamentos do programa e pelo cerco da sua segurança pessoal, a Primeiro-Ministro ouviu os habitantes da zona, recebeu beijos, abraços, saudações e queixas e pedidos, saltados de entre os apertos da multidão contra a polícia («Ó sr. guarda, cuidado com as minhas mamas»). E foi na linguagem directa e franca daquela 'malta humilde' que se saltaram os desabafos, quantos deles velhos, tão velhos como aquela calçada envelhecida da miudagem descalça, ranho nos lábios, fome no corpo. «Faça o favor olhe pela gente», «tenho seis filhos já grandes e vivem todos no mesmo quarto, rapazes e raparigas», «nas ruas da Banharia e

das Aidas há 15 prédios em ruínas e parece que estão à espera que aconteça uma tragédia». «a sra. ministra havia de ver como é horrível viver em condições tão miseráveis»; «olha pelos reformados, os reformados da previdência estão na miséria»; «tenho 8 filhos desempregados e não me deixam vender»; «tenho 9 filhos...». Eram vendedoras ambulantes queixando-se contras as multas de que têm sido alvo. «Tenho mais de 200 multas e se não me perdoarem vou ter que ir para a cadeia». Várias vezes inconvenientes, os elementos de segurança respondiam pela Primeiro-Ministro: «Não vai nada para a cadeia», «a sra. Primeiro-Ministro vai resolver». Só que Lurdes Pintasilgo estava atenta e naquela ocasião corrigiu: «Não vou não, neste mo-

mento não posso». A clareza de quem recusa a demagogia.

PLANO DE EMERGÊNCIA E SUSPENSÃO DOS DESPEJOS

Na reunião com os responsáveis autárquicos duas coisas importantes foram propostas ao Governo: a criação de um plano de intervenção de emergência para a cidade, de forma a responder, o mais rapidamente possível, às graves carências habitacionais e a suspensão dos despejos. Esta proposta formulada pelo governador civil resulta do facto de existirem dezenas de despejos judiciais no Porto, em andamento, situação que o dr. Cal Brandão tem tentado minorar com a regição dos prédios.

No final do encontro de Lurdes Pintasilgo com populares na

Câmara, houve uma cena curiosa. Quando toda a gente pensava que estava terminada a reunião, após as consoladoras palavras em apoio das classes mais desfavorecidas, o que mereceu forte ovação, eis que um homem de quase 70 anos interpela a Primeiro-Ministro: «Só uma pergunta – os reformados como é que ficam?» Mas não podendo ficar pela interrogação avançou na sua sinceridade: «o dinheiro que recebemos só dá para comer ou as cascas ou as batatas... eu que contribui com tantos anos de trabalho, estou velho... querem-me obrigar a ser gato, ladrão?»

Claramente sensibilizada Lurdes Pintasilgo disse que ainda este mês as pensões mínimas iriam ser aumentadas proporcionalmente ao aumento verificado no salário mínimo.

«É preciso vir aqui muitas vezes para ver isto» – desabafou para a chefe do governo, uma mulher, à saída dos Paços do Concelho. Precisamente no mesmo sítio onde, quando entrara, havia sido saudada por um



Fundação Cuidar o Futuro

grupo de populares que empunhavam cartazes: «Por uma informação popular», «força aos pequenos poderes locais», «MLP no Governo em 1980», «Em frente com as prioridades populares», «Pintasilgo no poleiro queremos nós o tempo inteiro».

«Pra frente» – foi a resposta de Lurdes Pintasilgo.

governança com o povo

Alto Minho:
Vila Praia de Âncora
Caminhã
Viana do castelo



LURDES PINTASILGO NO ALTO MINHO

«SÃO DE PAPEIS AS MONTANHAS A REMOVER»

LURDES PINTASILGO FOI OUVIR O POVO MINHO

Fundação Cuidar o Futuro

QUE OS ANOS 80 TESTEMUNHEM UMA VIDA MELHOR PARA TODOS

Dentro do espírito do actual Governo de abandonar, sempre que possível, os gabinetes, optando pelo contacto directo com as gentes na busca dos seus problemas e para conhecimento objectivo das suas necessidades, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo iniciou ontem uma visita de trabalho ao Alto Minho. Na sua deslocação, a primeiro-ministro é acompanhada pela ministro-adjunta Teresa Santa Clara Gomes; pelo ministro dos Assuntos Sociais, eng.º Bruto da Costa; pelo secretário de Estado da Cultura, dr. Helder Macedo; e pelo governador civil do distrito de Viana do Castelo, dr. Oliveira e Silva.

No primeiro dia da visita esteve sempre presente no espírito da Lurdes Pintasilgo o desafio que se nos oferece de enfrentar na década de 80, para o qual todos podem juntar esforços de modo a serem ultrapassadas as actuais dificuldades, num clima de paz e de compreensão. Anta os problemas concretos que lhe foram colocados, muitos deles, originados apenas pela burocracia administrativa, a primeiro-ministro constatou que «as maiores montanhas que temos de mover neste país não são as montanhas, mas montanhas de papéis», insistindo em que se todos manifestarem vontade em solucioná-los, e de facto para tal trabalharem, tais «monta-

inhas» serão facilmente removidas.

Sob aquele ponto de vista, afirmaria ainda que «a actividade dos governantes e dos governados é uma mesma actividade» e que o que se pretende é «que sejam todos a realizar, com os meios que estão ao dispor de cada um, um trabalho comum, para que a década de 80 seja testemunha de uma vida melhor para todos os portugueses».

Ouviu estas palavras a Junta de Freguesia de Vila Praia de Ancora, e com ela a população, a primeira gente a receber a chefe do actual Executivo na sua visita ao Alto Minho. Ali, Maria de Lurdes Pintasilgo foi alvo de várias manifestações de carinho, sobretudo por parte de mulheres, agradecendo a ida de um chefe de Governo a uma terra carenciada, e que já atrelada pelo facto da esse governante ser uma mulher.

Lurdes Pintasilgo ouviu os responsáveis mas também ouviu o povo, pois diversas vezes foi interpeleada para lhe fazer chegar anseios e problemas, e outras para ouvir apoios, pela política que tem vindo a desenvolver.

Prometida melhoria das reformas

Em Vila Praia de Ancora existem graves problemas, entre os quais sobressai o da habitação, aguardando que o Fundo de Fomento avance com um projecto de construção de 150 fogos. Um Centro de Saúde que responda às necessidades da população e a melhoria urgente da atracagem no porto de pesca juntam-se à falta de um ensino pré-primário e de instalações para o ensino primário, nas mais prementes carencias indicadas à primeiro-ministro e aos membros do Governo que a acompanham.

Aquela, além de outras considerações, teve oportunidade de informar que o Governo espera poder levar a cabo tarefas concretas como sejam a de dar corpo a todo um esquema de saúde do país e de regulamentar os cuidados primários de saúde além de dar continuidade às construções escolares que estão paradas,

contando com a participação do sector da construção civil no esforço que é preciso levar a cabo para desenvolver o país e solucionar os problemas, para um futuro mais forte e mais c'aso.

Na cerimónia, realizada na Junta de Freguesia, foram oferecidas à visitante peças de artesanato local, que incluíam mostras da arte forral de Riba de Ancora.

Descendo ruas da vila a pé, Lurdes Pintasilgo falou à população que a saudava exuberantemente, tendo-lhes dito a dada altura que «viemos aqui para passar o domingo convosco mas também para conhecer as pessoas que tentamos servir o melhor que podemos e que sabemos». Referindo-se às carencias afirmou que «não podem ser resolvidas de pronto mas que todos, juntos, sem querelas, o podemos fazer».

Agradecendo a recepção dizia que tinha vindo ver «o que é a riqueza do mar e do campo, e a maneira de ser do povo português», sentindo muito fortemente a simpatia que lhe foi oferecida. «Não acredito nos que dizem que estamos divididos em Norte e Sul. Somos um povo c'aso com um lugar no mundo e com uma tarefa importante a desempenhar neste nosso mundo», disse. Horas depois, Lurdes Pintasilgo diria, a propósito de um «mapa-mundi» que «somos riscados do mapa se não mergulharmos nas nossas tradições histórico-culturais, se não cantarmos, se não bordarmos, se não dançarmos. O nosso lugar ali devemos-lo à nossa cultura».

Em Vila Praia de Ancora, entretanto, e dentre a multidão que seguia os seus passos e contemplava as diferenças do governante máximo no real e pela televisão, vozes levantavam e faziam chegar problemas. Ouvimos, por exemplo, uma, angustiada, dizer: «em quem vou votar senhora primeiro-ministro? Precisamos de um porto de mar, que muita gente já tem morrido aqui».

Quem nos dá isso, senhora primeiro-ministro?».

Uma comissão de reformados interpelou-a em Caminha, segundo ponto da sua visita de ontem. Foi dizer-lhe essencialmente que «com a pensão que temos não se pode viver». Com a pensão que temos agora é que não podemos viver». Um jovem emigrante, em França, que regressou a Portugal também interpelou, por duas vezes, a visitante, porque a Câmara e a JAE vêm dificultando a abertura de um restaurante. A sua declaração de «quero aqui investir o meu dinheiro e só-me põem dificuldades», e depois de o ouvir atentamente, a primeiro-ministro, sempre sorridente, chamou a atenção do presidente da Câmara para a necessidade de «apoiar a todo o custo iniciativas destas» e transmitiu ao ex-emigrante as suas felicitações, e o seu «apoio moral», que ele pediu.

O problema da habitação esteve igualmente presente numa queixa que lhe chegou, segundo a qual um deficiente físico, de 52 anos, «que trabalhou toda a vida» foi despejado da casa onde morava, e tomando em consideração as vozes de apoio de toda a multidão, deve tratar-se de um caso dramático e de injustiça social.

Transformação social que seja liberdade e beleza

No edifício do Tribunal foi-lhe apresentado o plano de reconversão e sua transformação em museu a biblioteca municipal, que aguarda apenas a aprovação do projecto do novo Palácio da Justiça. Este, por sua vez, está travado, segundo foi divulgado na altura, «porque o ministro da Justiça tem as suas opiniões sobre arquitectura e coberturas, e o problema reside na questão de aquela vir a ser de telha ou de zinco»... Ouviu a primeiro-ministro o rol de obstáculos que trava simultaneamente as duas aspirações da Caminha,

uma se resume na tal montagem de papéis.

Na Câmara Municipal a comitiva governamental observou uma exposição sobre ambiente e um conjunto de peças arqueológicas guardadas provisoriamente na única das primitivas torres da antiga vila, que constitui parte dos Paços do Concelho.

A primeiro-ministro e os governantes que a acompanhavam foram recebidos no Centro Cultural do Alto Minho, em Viana do Castelo, último ponto do programa de ontem, com uma pequena manifestação em seu apoio, que exibiu cartazes dizendo: «Nós mulheres apostamos contigo na transformação do Mundo» e gritando a palavra de ordem «Partidos no Parlamento, Pintasilgo em S. Bento».

Um quartel foi transformado num centro de cultura. Comentário de Lurdes Pintasilgo: «Simbólica para o futuro».

Ali visitou o Grupo de Arqueologia de Viana, o grupo de teatro «O Pataco» (que de pronto representou, a seu pedido, a peça «Hou de la gente honrada», uma colagem de textos de Gil Vicente irónica e divertida), o núcleo local do Movimento da Escola Moderna, a sala do Centro de Estudos Regionais e a do Grupo Folclórico de Viana do Castelo, a Escola Desportiva do Minho, as instalações do TEAR (Teatro Estúdio de Arte Realista) e a biblioteca infantil. Um conjunto verdadeiramente modelar de iniciativas de enriquecimento do nosso património cultural.

Registe-se a declaração de chefe do actual Governo, na ponta final da visita de ontem, visivelmente emocionada com o que lhe era dado observar no Centro Cultural:

«Citando Brecht, o que nos cabe fazer é mudar a sociedade, e depois mudar a sociedade mudada. Podemos fazer uma transformação social que seja, ao mesmo tempo, liberdade e beleza».



LURDES PINTASILGO EM VIANA DO CASTELO

Mudar a sociedade mudada

Pegando em Brecht, Maria de Lurdes Pintasilgo afirmou ontem que «aquilo que nos cabe fazer é mudar a sociedade e voltar a mudar a sociedade mudada», num ciclo constante. Aqui está uma clara amostra da dinâmica da Primeiro-Ministro: nunca parar é o seu lema. O que é preciso, no momento presente é tentar harmonizar as necessidades e carências com os recursos e objectivos de maneira a transformar a sociedade. Esta é também a perspectiva de Lurdes Pintasilgo expandida ao longo da visita que fez ontem à tarde ao Centro Cultural do Alto Minho, instituição única no País, pela sua grandeza, variedade e dinamismo. Mais: singular porque está instalado no antigo quartel do BC-9, isto é, onde estavam as armas da destruição, está agora as armas da promoção, do desenvolvimento, da cultura.

Acompanhada pela dr.ª Santa Clara Gomes, pelo ministro dos Assuntos Sociais e pelo secretário de Estado da Cultura, a Primeiro-Ministro percorreu durante mais de uma hora as dezenas de salas onde antes se dava preparação guerreira contra os povos das ex-colónias, essencialmente. Hoje, já nem a cal das paredes é a mesma.

Tudo se transformou em prol da cultura, numa obra sem paralelo no País. Teatro, amador e profissional, educação musical, desporto, cinema, folclore, artesanato, biblioteca, cantina, ocupação dos tempos livres, etc. — há salas para tudo naquele velho quartel, onde agora se respira a «criatividade que nada pode quebrar», conforme as palavras de Lurdes Pintasilgo. Apelece-nos dizer: porque não transformar todos os quartéis em centros como este onde em vez de se aprender para a guerra se promove a paz, a solidariedade, o desenvolvimento das ideias? Mas fica-se pela feliz utopia...

Ao longo da visita, sempre marcada pela irradiação de simpatia da chefe do Governo e pelo carinho e sedução populares (um grupo de jovens veio ex-

pressamente do Porto para a acompanhar) Lurdes Pintasilgo pôde apreciar o extraordinário trabalho que ali está a ser feito e no qual não se pode esquecer o contributo importante do governador civil, dr. Oliveira e Silva. Empolgada, a Primeiro-Ministro teve sempre palavras de regozijo por tudo quanto tem vindo a ser desenvolvido neste distrito de dezenas de associações recreativas e culturais. Assistiu a parte das «Barcas» de Gil Vicente (um apontamento, conforme foi seu pedido) encorajou, regalou-se e até cantou. Aconteceu no Centro de Estudos Regionais, onde aproveitando a existência de um mapa-mundo afirmaria que «somos riscados do mapa se não mergulharmos nas nossas raízes culturais, se não formos capazes de cantar, de dançar (ou de jogar)». E aqui, embora dissesse «gostaria de cantar, mas não sei» acabou por juntar a sua voz à do rancho de Viana, entoando «Linda Morena», com versos feitos a propósito da sua visita. «Era modéstia a mais» — segredaram-me.

Na biblioteca infantil, frequentada mensalmente por 500 crianças, dos três aos catorze anos, Lurdes Pintasilgo deixou uma mensagem, lembrando que há meninos em muitos outros lugares que não têm sítio nenhum para estar. Por exemplo, disse, em Timor Leste há meninos como vocês que estão a morrer de fome. «Vocês não querem fazer qualquer coisa para eles?»

Que se respira Abril nesta cidade minhota é coisa inscismável, já que as forças anti-Abril são também anticultura. Mas há outras provas: sabem como se chama a única cooperativa de habitação do distrito? Tem um nome histórico: «Capitães de Abril». Ao longo da sua visita a Primeiro-Ministro viu a maquete. São 242 fogos à espera de um financiamento do Fundo de Fomento da Habitação, organismo que está a ser reestruturado, conforme disse, para um melhor

funcionamento no próximo ano. Foi também apreciado e encorajado o trabalho do Movimento da Escola Moderna que aqui tem uma das seis sedes existentes no País, com o objectivo de «banir a indústria pedagógica e dar prioridade à criatividade infantil».

O TEAR fez a entrega de um memorando sobre as actividades e carências daquela companhia de teatro profissional, tendo Castro Guedes solicitado a «necessidade urgente de definir em novos termos política de subsídios».

MONTANHAS DE PAPEIS PARA REMOVER

Durante a visita ao Centro Cultural, foram distribuídos panfletos por um grupo de cidadãos apoiantes de Lurdes Pintasilgo no Governo em 1980. «Partidos no Parlamento e Pintasilgo em S. Bento», desejo expresso por aqueles cidadãos que, considerando que a Primeiro-Ministro tem vindo a ensinar o que é governar, apela à constituição de comissões de apoio àquele reivindicação.

Lurdes Pintasilgo esteve também em Vila Praia de Ancora e Caminha, tendo recebido das respectivas populações extra-

ordinárias manifestações de simpatia. Naquela freguesia piscatória, a mais populosa do distrito, a Primeiro-Ministro recordou que era precisamente naquele dia que o Governo fazia 100 dias e que não era por acaso que ali estava, afirmando que a actividade dos governadores e dos governantes é a mesma, porque todos podem em conjunto construir uma sociedade mais justa. Disse ainda que «Portugal não está dividido entre Norte e Sul porque todos nós somos uma família respeitada no mundo inteiro».

Em Caminha, onde andou muito tempo de mão dada com uma criança, Lurdes Pintasilgo foi sensibilizada para vários problemas como o do Palácio da Justiça, prometido há 16 anos, da habitação e do Museu de Artesanato a instalar na antiga cadeia. Nesta vila a Primeiro-Ministro teve ocasião de dizer que as montanhas que tinham de remover não eram montanhas naturais, mas montanhas de papéis. Todavia como a té pode mover montanhas vamos tentar, acrescentou, confiante. Um vianense atento não deixou de me alertar, ontem, com estranheza, para o facto de a RDP não ter transmitido nos noticiários nada em discurso directo desta visita. Se não foi por dificuldades técnicas, então por que foi?

PRIMEIRO-MINISTRO DEU MINIVOLTA AO MINHO

LURDES PINTASILGO PREOCUPADA COM A EXCESSIVA BUROCRACIA

Mãe de Lurdes Pintasilgo terminou ontem uma rápida visita ao Alto Minho, durante a qual foi acompanhada por vários membros do seu gabinete, com o objectivo de ouvir directamente das populações os seus problemas e os seus anseios, e pôde dizer-se que o primeiro-ministro levou «o sacco cheio» para Lisboa. (Página 3)



Fundação Cuidar o Futuro



FORCEM A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA A LEGISLAR SOBRE REGIONALIZAÇÃO

pediu Lurdes Pintasilgo aos autarcas do Alto Minho

Terminou ontem a visita-relâmpago do primeiro-ministro e de uma equipa de membros do Governo ao Alto Minho, sem que o programa previsto tenha sido concluído por falta de tempo e devido a um súbito agravamento das condições

meteorológicas. Neste seu contacto com as populações daquela região do país, Maria de Lurdes Pintasilgo pôde verificar serem muitas as carências por elas sentidas, e em especial no que toca a cuidados de saúde e à habitação.

Estes dois assuntos foram inconstantemente citados nas comunicações dos presidentes das Câmaras que, durante três horas, estiveram reunidos com o primeiro-ministro no Governo Civil de Viana do Castelo. Presentes à reunião o ministro dos Assuntos Sociais, eng.º Bruto da Costa, o ministro adjunto do primeiro-ministro, Teresa Santa Clara Gomes, o secretário de Estado da Cultura, dr. Hélder Macedo, o secretário de Estado da Administração Regional e Local, dr. Silva Pereira, o subsecretário de Estado adjunto do Ministério da Agricultura e Pescas, eng.º Lima de Carvalho, e ainda o governador do distrito, dr. Oliveira e Silva.

A comitiva governamental esteve nos estaleiros navais de Viana, onde contactou a gerência e a comissão de trabalhadores, verificando haver uma correspondência entre ambas para o relançamento e fortalecimento da empresa e da

actividade, que é «das mais significativas da nossa economia».

De tarde foi visitada faredes de Coura, tendo o chefe do Governo visto a situação difícil em que se encontra o hospital, instalado num edifício velho e em mau estado de conservação, onde a humidade se infiltra nas paredes e segundo dizem por vezes até chove lá dentro, um hospital sem aparelhamento suficiente, sem médicos nem enfermeiros. Continuou a chamar-se hospital porque ainda lá têm doentes...

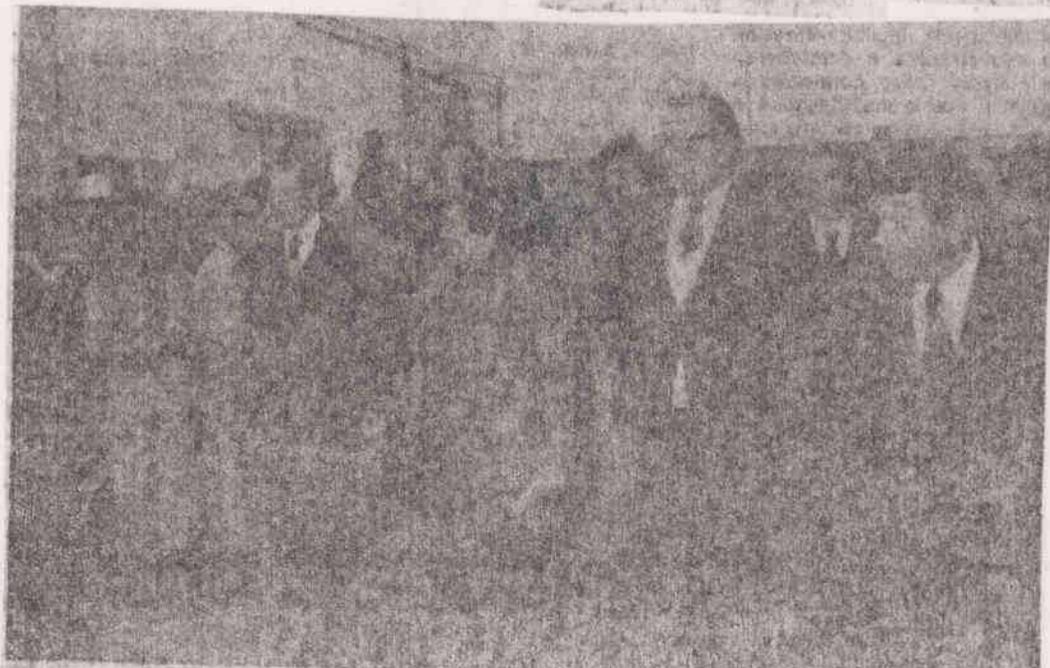
A população de Parados de Coura, apesar da chuva que então desabava em força, «foi ver e ouvir a mulher que nos governa», e aqueles que «invadiram os Paços do Concelho levavam «na manga» uma reivindicação: «Queremos o Pavilhão». Um pavilhão gimnodesportivo na freguesia de Parados de Coura, apontadas pelo presidente da Câmara na reunião horas antes, afirmando ser aquele o único concelho onde não existe semelhante infra-estrutura, apesar de haver uma verba orçamentada e projecto e tudo pronto para o arranque

da obra. Autorização é que ainda não existe.

Barreiras de ordem burocrática, as «montanhas de papel», já no dia anterior haviam sido apontadas como a causa do impasse em inúmeras realizações que representam aspirações (e portanto necessidades) das gentes que estão afastadas geograficamente das zonas do poder. Maria de Lurdes Pintasilgo teve ansejo de voltar a lembrar que «temos uma mediação entre a lócia e a acção, que é uma carregada máquina administrativa, que fomes, orlamos e que fomos ampolando». Justificando depois as dificuldades que o próprio Governo enfrenta no seu desejo de rápida solução dos problemas.

Um rol imenso de problemas

«Ponte de Lima é o concelho que produz mais leite. Pro-



Maria de Lurdes Pintasilgo esteve nos estaleiros navais de Viana do Castelo, onde se reuniu com a comissão de trabalhadores. Ela fez chegar os perspectivas navais de Viana do Castelo, onde a comissão aguarda-se a um «presente tranquilo e um futuro promissor».



Silho, quase tanto leite como um veado. E não temos um veterinário. Não temos apoio de espécie alguma. E vieram mais lamentos: «O sistema da agricultura aqui é primitivo»; «Sementes não são seleccionadas»; «Os técnicos não existem».

Durante toda a reunião dos presidentes da Município com o primeiro ministro descreveram-se situações incríveis, que dão uma ideia muito clara das dificuldades com que se debatem os concelhos, as freguesias, as localidades de todo o país. As dificuldades do Alto Minho são uma amostra das de todo o país. Os membros do Governo tomaram nota das Allás, foi para isso que se deslocaram à região.

Quando o rio Lima enche a água entra no Ciclo Preparatório, impedindo as aulas e dificultando o material. Já há muito tempo que isto foi dado a conhecer ao Ministério da Educação e ainda não nos deram qualquer resposta.

Em Ponte de Barca o ensino funciona em três edifícios, um dos quais em ruínas e outro é particular, sobre o qual existe uma ordem de despejo. Neste concelho prolonga-se a questão da abertura de uma fronteira, que já teve parecer favorável do governo espanhol ao contrário do de Lisboa.

Lurdes Pintasilgo interveio: «O nosso problema da fronteira tende a agravar-se. Não podemos aumentar as nossas trocas comerciais com as fronteiras que temos», adiantando que se tem de esperar pela formação da Assembleia da República pois só ela se pode pronunciar, indicando o rumo a seguir neste assunto.

Em Vila Nova de Carvalha acontece ter havido projectos recusados por serem «demasiado modestos», e depois de reformulados para não serem tão modestos, a aprovação do governo central não aparece. Isto, segundo o presidente da Câmara denunciou, prejudica as populações que não vêem os seus problemas resolvidos, nem com iniciativas «modestas» nem com nenhuma.

Em Vila do Castelo sede do distrito, a Câmara está em risco de fechar, por não ter funcionários em número suficiente, apesar de haver a promessa de desvio de funcionários de Vila do Conde e do Barcelos para lá. De acordo com o seu presidente, o problema da Câmara é ainda muito grave.

A falta de quadros técnicos ou de técnicos de qualidade foi um dos pontos mais focais no decorrer daquela reunião, não só para o sector administrativo mas sobretudo para os campos da agricultura,

pecuária, estradas. Problemas financeiros das autarquias. A lista é longa e é nos impossível registar aqui todas as intervenções e todos os problemas (alguns separados) que foram divulgados, por mera questão de espaço.

Complementaridade de competências

O eng.º Lima de Carvalho referiu, a dada altura, o que significa a regionalização: «Fazer uma transferência do poder central para a região, o que não haja outro poder central na região, aí então faz-se a descentralização».

Após ter afirmado que é necessário um esforço de adaptação a esta nova forma de viver e de administrar, a fim de se ultrapassarem todos os problemas que aparecem, frisou: «Há dissimetrias regionais, com modificações grandes do local para local, que terão de ser compensadas para se criar um sistema harmónico de modo a que se prescindia do poder central, sob pena de se ter de morte a regionalização». Maria de Lurdes Pintasilgo acrescentaria alguma coisa a estas considerações, ao dirigir-se aos presidentes de câmara no final da reunião. Disse, por exemplo, que a «Constituição é um todo coerente, mas falta-lhe uma peça fundamental: a legislação relativa à regionalização».

Afirmou o primeiro-ministro que a sobreposição de 45 regiões torna as coisas ingovernáveis ao nível administrativo, tendo pedido às câmaras municipais que exerçam toda a pressão possível sobre a futura Assembleia da República para que ela dê absoluta prioridade à legislação sobre regionalização, sob pena «deste Governo ou qualquer outro, no futuro» cometerem arbitrariedades.

A chefe do Executivo chamaria a atenção para o facto de não ser só necessária «a delimitação de competências, mas a complementaridade de competências entre a administração central e a administração local». Lembrou acerca das disponibilidades financeiras e ainda as competências das autarquias que «astamos a funcionar com um orçamento cuja estrutura e bases vêm de 1933 nessa altura ajustado a um país pequeno, que precisava de um forte poder central».

Acentuou Lurdes Pintasilgo que há imperiosa necessidade que as pessoas que foram in-

vestidas em qualquer tipo de poder assumam essa responsabilidade, para que a resolução dos assuntos não seja travada pela burocracia, ilustrando com o ridículo de um documento, que uma vez lhe surgiu, com sete assinaturas elevando o assunto «à consideração superior». A mesma responsabilidade foi apontada para os conselhos de gerência das empresas públicas, da qual o Governo não é «supergerência» recordando que o Estado é apenas o seu proprietário e não o seu gerente.

Este último ponto era uma resposta a um pedido de intervenção junto da Electricidade de Portugal, EP, para resolução do problema da energia em Ponte de Lima, onde a distribuição feita é de 160 volts, enquanto as lâmpadas públicas funcionam a 145 volts, as particulares chegam a não acender, os aquecimentos e não funcionar, os electrodomésticos e avariarem-se, contra a disposição da empresa de cortar o fornecimento a quem não pagar.



governação com o povo

Soure
Alfardos
Figueira da Foz
Arganil

17-18 / XI / 1979



NA FOTO: a Primeiro-Ministro durante o fim-de-semana em Soure, uma das localidades que visitou na zona do Mondego. Ali, respondendo indirectamente a Sá Carneiro, ouvi-la-íamos afirmar: «Vir junto do povo é para o Governo um privilégio».



Ir junto do povo é privilégio do Governo



Saindo dos gabinetes, Lurdes Pintasilgo e a sua equipa governativa mostraram mais uma vez que a governação implica contacto directo com as populações. Durante o fim-de-semana a Primeiro-Ministro esteve em várias vilas e aldeias da região do Mondego, inteirando-se não só das inúmeras carências mas também das grandes capacidades do povo em resolver os seus problemas, quando se associa e quando tem à frente das autarquias pessoas que sabem exercer o Poder Local.

É evidente que depois de 13 horas de conselho de ministros, avançar por aí fora, estrada acima até ao distrito de Coimbra, ouvir problemas, adiantar soluções, manifestar dificuldades, circular por estradas por vezes esburacadas, etc, não pode ser considerado um passeio. Mas «há quem critique as nossas viagens, dizendo que em vez de estarmos no nosso gabinete andamos a passear pelo País. Ora bem se passeio é, esse passeio é parte integrante da função governativa. Não considero que haja governantes que se possam alhear dos outros cidadãos». Estas palavras são naturalmente de Maria de Lurdes Pintasilgo que, assim, respondia claramente à crítica de Sá Carneiro. Proferiu-as na Câmara de Soure pouco depois de centenas de pessoas a terem recebido calorosamente, apesar da chuva. Foi, no entanto, mais longe a chefe do Executivo: «o governo tem o privilégio de vir junto do povo». Esta a dimensão governativa que não cabe naturalmente num líder da AD.

Para além da comprovação da extraordinária simpatia e acolhimento que tem a Primeiro-Ministro, esta jornada de trabalho serviu para mostrar outras coisas: que estas derradeiras semanas do V Governo trarão resoluções bastante importantes ao nível da reestruturação agrícola, das pensões de velhice, dos cuidados primários da saúde, do desenvolvimento regional, etc.



Em Arganil: o futuro

No concelho de Soure pôde a equipa governamental aperceber-se da grande mobilização popular ali existente. Porque não fazer deste concelho um concelho modelo? — perguntou Lurdes Pintasilgo ante a demonstração de dinamismo patenteado pelo presidente da Câmara, Leal Cordeiro (PS «de esquerda», disseram-me). De facto este autarca deu uma verdadeira lição do que é, e do que deve ser, o Poder Local. Numa intervenção de extraordinária clareza, Leal Cordeiro apontou os vários problemas da zona (de saúde, agrícolas, escolares — «chove em algumas escolas» — habitacionais, da infância e da 3.ª idade) e definiu exemplarmente o Poder Local como uma emanção da vontade do povo quando associado. A sua sensibilidade para as coisas da cultura foi também notória: «É tão importante uma estrada como uma associação cultural». Será por acaso que em Soure há cerca de 50 associações recrea-

tivas e culturais?

A dinâmica deste concelho seria comprovada em vários contactos. Designadamente no Moinho de Almojarife, aldeia maioritariamente PS, onde mais de metade da população constituiu uma cooperativa de abastecimento de água ao domicílio. Nascida há 16 meses, esta iniciativa, pioneira no País em termos de saneamento básico, só conseguiu vingar após muita persistência dos moradores já que da parte das estruturas governamentais só recebeu desânimos durante meses. Dando trabalho e dinheiro, o povo deste lugar tem dado exemplos bem significativos da força do associativismo.

Neste concelho que foi também pioneiro na entrega de baldios ao povo, o que comprova que «há aqui uma autodinamização popular», existem outras 2 cooperativas idênticas: em Casas da Camarinheira e em Cer-

cal. E mais três em vias de concretização (só faltam as escrituras): Vinha da Rainha, Brunhos e Carvalhas de Azoia. Uma característica importante: o único órgão de decisão destas estruturas é a assembleia geral que tem grande participação. Por exemplo, em Almojarife decidiu-se, espontaneamente, criar um fundo de solidariedade para levar água a quem não pudesse pagar. Convirá dizer que é de 100\$00 a acção de cada sócio, mas que para a distribuição da água são precisos mais 7 a 10 contos, o que é muito para aquela gente. Por isso foi solicitada a abertura de uma linha de crédito para 20-30 anos sem juros ou com taxa baixa.

Nesta região onde «há sempre um resto de coragem para responder às vicissitudes» (palavras de um agricultor) muitos problemas foram postos, sobretudo ao nível do reduzido ou quase nulo apoio aos agricultores. Pelo secretário de Estado da

Reestruturação Agrária foi anunciada a criação de armazéns para fornecer adubos e pesticidas aos agricultores e, ao mesmo tempo, para permitir o escoamento dos produtos.

Os anseios são muitos e as necessidades ainda mais. Lurdes Pintasilgo, porém, não fez promessas. Realista, sublinhou as nossas carências económicas, falou nas decisões importantes que sairão nas próximas semanas e insistiu na necessidade de as populações «apertarem» o poder central. É para isso que ele existe. E o povo que a viu este povo tão habituado a viver «no reino das promessas», gostou. Era a linguagem nova dentro do Poder.

UMA FESTA

Foi sempre num ambiente de simpatia e de entusiasmo que decorreu esta visita de trabalho. Em vários pontos, grupos de mulheres obrigaram a caravana a parar. Sob os véus quase sempre negros, rostos rasgados pela goiva do cansaço, do isolamento. Mas ainda com fios de esperança e, vá lá, alguma desconfiança. Euforia soltada em jovens e crianças.

Mais festiva, porém, foi a recepção junto da Câmara da Figueira, sábado à noite. Houve cantoria ao som da viola. Era a comunidade juvenil Bancanta, de Coimbra. Os versos inscritos nos cartazes eram explícitos: somos jovens, somos pobres/ temos voz para falar/ e dizer-te querida amiga/ continua a governar; a tua fé querida amiga/ dá-te asas de falcão/ contigo queremos voar/ por cima da po-dridão.

De todas as reuniões efectuadas, a da Figueira da Foz foi também a mais participada. Pedidos e queixas sobre reformas, habitação, emprego e ensino. «Não temos dinheiro para dar um pão sequer pela manhã às crianças», numa escola de 360 alunos.

DESENVOLVIMENTO E EMIGRAÇÃO

A visita ao concelho de Arganil (onde o PSD foi maioritário em 76) domingo, decorreu em ambiente de igual acolhimento. Arganil tem 18 000 habitantes

distribuídos por 18 freguesias. Mais de 20 povoações sem energia eléctrica, 182 sem esgotos, 162 sem água domiciliária, mais de 40 escolas degradadas, são aspectos deste concei-lo onde é grande a emigração apesar das ricas potencialidades. Só que não são aproveitadas. Mas há uma coisa muito positiva: um projecto piloto de aproveitamento agro-silvo-pastoril em vias de execução, na Quinta do Mosteiro.

Também aqui, como já noutros lugares havia feito, Lurdes Pintasilgo denunciou a «impotência do poder». E insistiu no desenvolvimento regional. «desenvolvimento não é qualquer coisa que se passa à margem das populações, ao sabor de interesses sectoriais. Desenvolvimento terá de partir da realidade local para se entrosar nos outros anseios e necessidades de todo o País». A primeiro-Ministro definiu o propósito, e é talvez uma coisa importante a usar: a nível europeu «nos dias em que fizermos regressar os nossos emigrantes há sociedades europeias que colapsam totalmente».

Ao longo da visita Lurdes Pintasilgo foi acompanhada pelos ministros da Justiça, dos Transportes e do Trabalho e secretária adjunta. Em Arganil foi insu-gurado o Palácio da Justiça.

«PEÇO DESCULPA DE A INCOMODAR»

Assim como os lisboetas são alfacinhas, os arganilenses são pintasilgos. Daí que fosse recebida com uma gargalhada geral o «cognome» posto à Primeiro-Ministro pela respon-

sável do rancho folclórico: «a sr.^a é a mãe dos pintasilgos».

Para além dos momentos de humor que houve nesta visita, (Lurdes Pintasilgo chegou a dizer que não queria tirar concorrência à Júlia da Telenovela), outros aspectos existiram demonstrativos da concepção de poder que muita gente ainda tem dentro de si, perdendo-se em desculpas sobre desculpas por exporem problemas que afinal não são só seus. Em Casal do Redinho, o presidente da Junta depois de apertar várias necessidades da zona desabafou: «Também peço desculpa pelo tempo retirado a V.Excia.».

Mais tarde, foi na Câmara da Figueira da Foz. Uma mulher de Alheira, rosto rude de quem se mata na terra, disse que as obras do Vale do Mondego prejudicam os terrenos e que os senhorios andavam a pedir mais dinheiro. E rematou «Peço desculpa de a incomodar».

«Não tem nada que pedir desculpa, eu é que agradeço» — avançou a Primeiro-Ministro. Era a demonstração de que estas visitas nada têm a ver com as passeatas tomasianas. A demonstração de que é ser cidadão governante. Sem distinção entre o que é ser cidadão a ser governante, como ela própria o definiu.

Luis Humberto





(Foto Anop)

Recebida calorosamente em Alfaielos, o primeiro-ministro presidiu ali a uma sessão de trabalho em que lhe foram propostas as carências sentidas pela população local

Primeiro-ministro em Arganil

Defesa da regionalização e apelo ao associativismo

• Executivo tudo irá fazer para o aumento das pensões de invalidez e reforma

A primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo defendeu ontem, em Arganil mais uma vez, a regionalização e apelou ao associativismo, no decorrer da sua intervenção, na Câmara Municipal de Arganil, em outras instalações, durante a manhã, teve uma reunião de trabalho. Durante a sua visita a regiões do Baixo Mondego, no sábado, e a Arganil, no domingo, Maria de Lurdes Pintasilgo afirmaria que no seu Executivo tudo irá fazer para que, antes de terminar o seu mandato, sejam melhoradas as pensões de invalidez e reforma e diminuídas as taxas de juros para aquisição de casa própria.

Mas para que a regionalização se possa vir a verificar importa, antes de mais, que se exija, segundo Lurdes Pintasilgo, aos deputados, que tornem a Constituição da República coerente, designadamente através da elaboração de um plano sobre as regiões e legislando correctamente sobre esta matéria. A Assembleia da República seria, aliás, alvo das suas críticas pelo facto de não haver chegado a um acordo quanto ao plano e legislação sobre a regionalização. Defenderia, por outro lado, a integração dos concelhos em agrupamentos.

A propósito da adopção do sistema de leis gerais e abstractas, a chefe do Executivo disse não ter em linha de conta a sua diferenciação, só solucionável, contudo, com uma complementaridade entre os poderes local e regional. Acrescentou, ainda, que o desenvolvimento regional depende, porém, e de nós, do povo, devendo ser auxiliado pelos técnicos que, no seio do aparelho do Estado, têm obrigação de servir o povo.

Durante a sua estada em Arganil, Maria de Lurdes Pintasilgo

referiu-se, ainda, à necessidade que o País tem em criar condições para que os emigrantes possam regressar (riqueza em casa) e, por outro lado, o desenvolvimento de esforços, por parte do seu Executivo, para que sejam estudadas as hipóteses de aumento de reformas. Salientou, porém, que, se as reformas mínimas sofressem um aumento proporcional ao do salário mínimo e do subsídio de desemprego «teríamos de inscrever mais dois milhões e 800 mil contos no orçamento de 1980».

A primeiro-ministro, que, ontem, em Arganil, se fez acompanhar dos ministros da Justiça e dos Transportes e Comunicações, Pedro Macedo e Monteiro da Silva, da sua secretária adjunta, Teresa Santa Clara Gomes, e do secretário de Estado da Estruturação Agrária, Domingos Gaspar (o ministro do Trabalho, Jorge Sá Borges, só se integrou na comitiva na visita à Figueira da Foz) inaugurou e visitou o novo edifício do Palácio da Justiça daquela vila serrana, após a reunião de trabalho na Câmara Municipal — no decorrer da qual Carlos Ribeiro, presidente daquela edilidade, apontaria alguns dos mais graves problemas com que o município se debate — e antes do almoço, na Quinta do Mosteiro, com que terminou a sua visita ao distrito de Coimbra.

Um programa político nacional autónomo

No sábado, a eng.ª Lurdes Pintasilgo visitou os concelhos de Soure e Figueira da Foz, onde, a despeito das condições climáticas, foi alvo das mais diversas manifestações de carinho e admiração de muitas centenas de populares (como, aliás, em Arganil) que, gritando palavras

de ordem, vivas ou tentando cumprimentá-la, manifestaram o seu apreço pela primeiro-ministro, a qual ouviu a exposição dos mais variados problemas das populações. Na rua ou nos locais que visitou, Lurdes Pintasilgo teve, como tem vindo a acontecer nas outras localidades que visitou, oportunidade de ouvir queixas e lamentos das populações que, ora reivindicando ora saudando-a, a acompanharam nesta digressão.

No decurso das suas intervenções e respostas, a chefe do Executivo defenderia, a dada altura, um programa político nacional autónomo, afirmando que cada país tem que ser fiel à sua identidade e tem que ser como tal. Acrescentaria, a este propósito, que está provado que «não serve de nada andar a copiar programas dos outros, e que é necessário desenvolver esforços para que em 1980 seja descoberto o nosso próprio programa».

Referindo-se aos problemas agrícolas da região do Baixo Mondego, disse que estes nada têm a ver com os das estruturas agrárias de latifúndio, pelo que as soluções a adoptar no Alentejo, por exemplo, são completamente diferentes daquelas que são necessárias para aquela região.

A garantia de que o Executivo irá estudar as formas de atenuar as dificuldades de aquisição de casa própria, através da diminuição das taxas de juro, apesar das dificuldades com que o Governo se defronta, foram, ainda, salientadas, pela primeiro-ministro, que, no decorrer das quatro semanas em que ainda exercerá as suas funções, irá tentar, segundo afirmou, resolver algumas questões pontuais e outras que mais afectam as populações e de menor dificuldade de resolução.



governação com o povo

Moura

UCP "a Esquerda Vencerá"

26/XI/1979

Primeiro-Ministro em terras da Reforma Agrária

MOURA — Primeiro-Ministro, Maria de Lourdes Pintasilgo, deslocou-se ontem de tarde ao distrito de Beja, em visita de informação e contacto com a realidade da Reforma Agrária.

Sendo-lhe impossível deslocar-se às obras da barragem de Alqueva, devido a um acidente sem consequências que sofreu à saída de Lisboa, Maria de Lourdes Pintasilgo visitou, em Moura, os locais onde proximamente ficarão instalados um lar para a terceira idade e um infantário.

Daqui, rumou a Pias, tendo visitado a UCP "a Esquerda Vencerá".

Fundação Cuidar o Futuro

Maria de Lourdes Pintasilgo visitou UCP «A Esquerda Vencerá»

MOURA (do nosso enviado David Lopes Ramos) — «Não há mal que não me aconteça! Isto deve ser alguma praga que me rogaram para eu não vir ao Alentejo, sabe?», respondeu, com um sorriso aberto, Maria de Lourdes Pintasilgo ao repórter de «o diário» que, à chegada do Primeiro-Ministro a Moura, lhe perguntou se já se encontrava totalmente restabelecida.

Esta primeira deslocação do Primeiro-Ministro a terras alentejanas, que correu sem quaisquer problemas, foi marcada por dois contratemplos. O programa previsto para domingo à tarde, com início em Vila Viçosa, não pôde ser cumprido, devido a uma gripe ligeira da responsável pelo V Governo.

A visita de Maria de Lourdes Pintasilgo às obras da barragem de Alqueva, prevista para a manhã de ontem, não se concretizou porque, quando rumava ao Alentejo, à saída de Lisboa, o carro em que seguia o Primeiro-Ministro chocou com um carro-patrolha da GNR.

ALQUEVA NA HORA H

De qualquer modo, o ministro da Coordenação e Plano, Correia Gago, e o ministro da Indústria estiveram nas obras de Alqueva e ouviram exposições sobre a utilidade da obra e os problemas que se colocam à sua continuação.

O presidente do Conselho de Gerência da EDP, Ivo Gonçalves, e o director do Gabinete do Plano de Alqueva, Castro Fortes, entre outros, forneceram à comitiva governamental dados sobre o empreendimento, tendo Castro

Portes considerado que o actual governo tem «capacidade para tomar as decisões necessárias à continuação das obras» e afirmou que «estamos na hora H da tomada de decisões».

Ivo Gonçalves declarou ser necessária «uma decisão clara quanto ao financiamento da obra» e informou que a EDP não pode «tomar a responsabilidade do financiamento total da obra».

Convidado pela reportagem de «o diário» a pronunciar-se sobre o significado da visita a Alqueva, Correia Gago declarou:

«Espero que este Governo possa contribuir para esclarecer uma decisão final sobre o empreendimento. Tenho dúvidas, no entanto, que este Governo possa decidir em definitivo sobre

a questão. A decisão envolve muitos Ministérios. O que está em jogo é muito importante. Não lhe dou opiniões pessoais, porque elas não são importantes».

Por sua vez, ouvido sobre o mesmo tema, o Primeiro-Ministro afirmou:

«Basicamente, o interesse da visita ao Alqueva foi verificar quais os obstáculos que existem nesta obra».

DOCE, MEL, QUEJO E AZEITE

Em Moura, onde chegou às 15 horas, Maria de Lourdes Pintasilgo foi recebida pelas autoridades locais e por muitas crianças, jovens e mulheres, que rapidamente romperam a tímida segurança que protegia o Primeiro-Ministro.

Os diálogos a partir daí travados entre a responsável pelo V Governo e as pessoas que





a rodaram, enquanto visitou as futuras instalações do lar da terceira idade e as do infantário, são os que acontecem entre pessoas que se consideram iguais.

As crianças, alvoroçadas, gritavam à chegada do Primeiro-Ministro: «Ai vem ela, a Pintasilgo!», e, uma mulher, depois de a ter cumprimentado, desejou: «Deus queira que a senhora esteja muito tempo lá!»

O futuro lar da terceira idade de Moura, que substituirá as actuais instalações (que, na expressão de um mourense, «são uma miséria»), ficará instalado na antiga cadeia, que fechou por falta de ocupantes. O infantário resultará da adaptação de um edifício que, disseram-nos, «já foi convento, quartel de tropa e agora casa de crianças».

A despedida da Moura

membros da respectiva direcção; inteirou-se sobre a vida interna da UCP; visitou a malhada e um igual de criação de vitelos, onde se encontram algumas das mais de 12 mil cabeças de gado da «Esquerda Vencerá»; e trocou impressões com algumas das suas trabalhadoras.

O Primeiro-Ministro visitou ainda as obras que a UCP está a efectuar e o respectivo lagar de azeite. Da troca de impressões entre Maria de Lourdes Pintasilgo e trabalhadoras da UCP que andavam na apanha da azeitona registou-se o seguinte pedaço:

Primeiro-Ministro: «Porque é que os homens varejam e as mulheres apanham a azeitona?»

Mulheres: «Porque eles não querem andar dobrados!»

Depois de mais algumas palavras, Maria de Lourdes Pintasilgo disse: «Qualquer dia tem que se fazer essa Revolução: as mulheres varejam e os homens apanham a azeitona».

Com toda a gente visivelmente à vontade, um trabalhador explicou:

«Bem, somos nós a varejar porque é preciso subir às árvores. Além disso, nós não somos tão

devam ser substituídas; que há que aprofundar a questão da criação do gado, e «isso ainda não está feito», concluiu.

«ESTAMOS SATISFEITOS COM A VISITA»

Manuel do Rosário Moita e António Calado Caieiro, da direcção de «A Esquerda Vencerá» consideraram «positiva» a visita do Primeiro-Ministro.

«Nós — disseram — achamos bem que a senhora Primeiro-Ministro tenha decidido vir ver com os próprios olhos. Os trabalhadores até estão satisfeitos com a visita. Estamos dispostos ao diálogo. Quando vemos uma pessoa que se dispõe ao diálogo, ficamos satisfeitos».

Aqueles dois dirigentes informaram ainda a nossa reportagem que há três pedidos de reservas sobre terras actualmente integradas na UCP que, a serem concretizadas, põem em risco o futuro dos seus 476 trabalhadores efectivos, uma vez que inviabilizarão «A Esquerda Vencerá».



Falava-se do varejo e da apanha da azeitona. Sobre o tema, Maria de Lourdes Pintasilgo tinha opiniões coincidentes com as das trabalhadoras da UCP «A Esquerda Vencerá»

ofereceram ao Primeiro-Ministro, em nome do conselho, um doce, mel, queijo e azeite. As crianças deram-lhe um vaso com uma planta. Maria de Lourdes Pintasilgo, satisfeita, mas também embarçada, agradeceu e, referindo-se ao mel e ao queijo, observou:

«Vão ficar para um dos intervalos do Conselho de Ministros!»

«SÓ QUEREMOS AJUDAR NA PRODUÇÃO»

Deixada Moura, a comitiva do Primeiro-Ministro dirigiu-se a Pias, para visitar a UCP «A Esquerda Vencerá». Ai, Maria de Lourdes Pintasilgo foi recebida por

desembaraçados como as mulheres a apanhar as azeitonas varejadas!»

O Primeiro-Ministro preparava-se para abandonar as instalações da UCP, mas as mulheres ainda tinham alguma coisa para lhe dizer. E disseram:

«A gente quer trabalhar o ano inteiro, não só três meses. Só queremos ajudar na produção e não queremos ser maltratadas. A gente passou tanta fome antigamente. Não queremos agora ser maltratadas. A gente quer é matar o corpo a trabalhar».

Em resposta, o Primeiro-Ministro defendeu ser necessário «ver a melhor maneira, com calma e bom entendimento, de isto andar para a frente». Mas frisou que «também é preciso ver o que se pode e deve produzir». Falou que há culturas tradicionais que, talvez,

Em contacto com os jornalistas, Maria de Lourdes Pintasilgo inseriu esta sua visita a terras alentejanas no conjunto de visitas que tem vindo a fazer pelo País. Trata-se, lembrou, fundamentalmente de visitas de carácter informativo, sendo aproveitadas, sempre que é caso disso, para desbloquear situações e resolver questões às vezes paralisadas pela burocracia.

O Primeiro-Ministro, que também visitou já no fim da tarde, a cooperativa agrícola «Fonte dos Frades», perto de Beja, concluiu a sua troca de impressões com jornalistas sublinhando que, nas suas deslocações, nomeadamente as feitas já no período eleitoral, tem sentido «uma normalidade de vida, que significa confiança e esperança no futuro de Portugal. O que, como balanço, é mais que positivo».

Fundação Cuidar o Futuro





Fundação Cuidar o Futuro

medidas governativas

Reunido excepcionalmente em Belém e com a presença do Presidente da República, o Conselho de Ministros aprovou algumas importantes medidas tanto na área económica como na área social. As medidas mais importantes aprovadas na área económica referem-se a orientações para a preparação do Orçamento para 1980. As medidas mais importantes na área social estabelecem novos esquemas mínimos de protecção social. Avultam as decisões respeitantes ao aumento das pensões do velho e invalidez, e as medidas relativas ao sector da habitação. Foi ainda abolido o tecto salarial e aprovado um projecto que define as condições para a demarcação de novas regiões vivinícolas. A Bairrada é já região demarcada, reconheceu o plenário governamental.

NA ÁREA ECONÓMICA

Quanto a orientações para a preparação do Orçamento e do Plano para 1980, o Conselho de Ministros apreciou um conjunto de directrizes nos domínios orçamental, financeiro e monetário, dos rendimentos e preços, cambial, e fiscal. Estas directrizes, diz o comunicado final que virão a ser reexaminadas, para decisão definitiva, pelos órgãos de soberania para tal competentes.

Além disso, o Governo decidiu promover, desde já, a aplicação de algumas medidas dirigidas especificamente ao aumento da propensão para investir, à contenção da inflação e à defesa do poder aquisitivo dos rendimentos de trabalho.

Entre diversas medidas, destaca-se a que promete «o acompanhamento da evolução das negociações colectivas tendentes a compatibilizar as actualizações salariais com os objectivos de redução da taxa de inflação, de preservação do poder aquisitivo dos salários e, ainda, com as respectivas possibilidades dos sectores e das empresas».

O comunicado promete ainda, e entre outras coisas, «o aceleramento dos trabalhos em curso com vista a permitir, durante o primeiro trimestre de 1980, o início da entrega de títulos em pagamento das indemnizações decorrentes de nacionalizações».

Fala-se ainda, e entre outras coisas, da «recomposição do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, como importante instrumento de concertação entre parceiros sociais no sentido da consecução dos objectivos programáticos a visar neste domínio».

NA ÁREA SOCIAL

Na área social, as medidas mais importantes referem-se a esquemas mínimos de protecção social, aumentos de pensões mínimas. Importante ainda, certamente, o conjunto de medidas respeitantes à habitação.

As medidas respeitantes à «protecção social», diz o comunicado que tiveram em conta «a situação dos estratos mais desfavorecidos da população portuguesa, ultrapassando os dois milhões o número de pessoas abrangidas pelos esquemas agora aprovados».

Foi criado «um esquema mínimo de protecção social, garantindo direitos de saúde e de segurança social» — diz o comunicado. E adiantou, no tocante à saúde, que «o esquema mínimo dá mais expressiva consagração legal a direitos anteriormente reconhecidos, em matéria de assistência médica e medicamentosa, acrescentando-lhas o da aleitação em espécie».

No respeitante à segurança social, diz o comunicado que o esquema mínimo integra as seguintes modalidades: pensão social, suplemento de pensão a grandes inválidos, pensão de ortandade, abono de família, subsídio mensal a menores deficientes e equipamento social.

Segundo o comunicado, «o direito ao esquema mínimo é independente de contribuição prévia e de vínculo laboral, está sujeito a condições específicas» (constantes dum diploma aprovado, entretanto).

AUMENTO DE PENSÕES

Foram aumentadas as pensões. Assim, a pensão de invalidez ou velhice do regime geral (que era de 2750 escudos ou 2250, actualmente) passa a ser de 3800 ou 3100 escudos.

A pensão de invalidez ou velhice do regime especial (rural), que era de 1350 escudos, passa a ser de 1800. De 1800 passa a ser também a pensão social, que era de 1250.

A pensão de sobrevivência mínima, por viuvez, que era de 810 escudos passa a ser de 1810.

OUTROS AUMENTOS

Por outro lado, foram aumentados de 2 por cento as contribuições para o regime geral de previdência. Os trabalhadores suportam 0,5 por cento, e as entidades patronais, 1,5 por cento.

A quota mensal fixa dos trabalhadores da agricultura, por conta própria ou por conta de outrem passa a ser de 150 escudos.

Outra alteração: passa a ser de 7 horas por dia de trabalho a quota das entidades patronais.

O esquema mínimo de protecção social, os novos valores das pensões mínimas e as taxas e quotas entram em vigor no próximo dia 1 de Dezembro.

HABITAÇÃO

Das medidas relativas ao sector da habitação constam, entre outras, «a imediata adjudicação pelo FFH dos empreendimentos de promoção directa já concursados, totalizando 4100 fogos, que ainda mantenham condições de serem executados».

Mais medidas:

A abertura imediata de concursos de adjudicação pelo FFH, seguida da respectiva adjudicação e início dos trabalhos, dos rendimentos com projecto concluído, que totalizam cerca de 6000 fogos, e que ainda mantêm condições de serem executados.

Apoiar as câmaras municipais no lançamento de cerca de 2000 fogos em promoção própria através da concessão de empréstimos pelo FFH nas condições já regulamentadas.

Para os efeitos indicados na alínea anterior, autorizar o FFH a celebrar um empréstimo com os institutos de crédito até quinhentos mil contos.

Apoiar, através do FFH, as cooperativas de habitação e associações de moradores, concedendo-lhes financiamento e apoio técnico para iniciarem, ainda este ano, os 7100 fogos para que já apresentaram a respectiva proposta, e estimulá-las à conclusão dos projectos em curso para o lançamento em 1980 de mais cerca de 1000 fogos.

Autorizar o FFH para os efeitos da alínea anterior, a negociar desde já, com os institutos de crédito, a celebração de empréstimos de até três milhões e meio de contos a mobilizar no decurso de 1980.

Autorizar o FFH a celebrar um empréstimo com os institutos de crédito de quinhentos mil contos para, acrescido de igual montante a mobilizar das receitas próprias e das dotações do Orçamento Geral do Estado, promover a recuperação de cerca de 7 000 fogos através do PRID — Programa de Recuperação de Imóveis Degradados.

Autorizar o FFH a desenvolver as acções necessárias, incluindo a celebração com a Caixa Geral de Depósitos do segundo empréstimo de milhão e meio de contos aprovado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 99/78 para promover a conclusão em 1980 de mais 6 000 fogos de casas prefabricadas do ex-programa CAR.

Promover a revisão das condições de financiamento à aquisição de casa própria por forma a estimular a iniciativa privada e, em particular, a celebração de novos contratos de desenvolvimento da habitação.

Apoiar e acelerar todo o processo conducente à aprovação de nova lei orgânica do FFH que permita dotar este organismo dos meios estruturais e humanos capazes de assegurarem o cumprimento das importantes funções sociais que lhe incumbem.

Ultimar a regulamentação prevista na recém-promulgada lei de ordenamento urbano por forma a criar condições para o reaparecimento e moralização do mercado de habitação para alugar, e à canalização para o mesmo das pequenas poupanças, garantindo simultaneamente o funcionamento dos factores correctivos previstos para a devida adequação das rendas aos níveis dos rendimentos familiares.

Autorizar os ministros das Finanças e da Habitação e Obras Públicas a aprovarem, por despacho conjunto, as condições de celebração dos empréstimos referidos nas alíneas anteriores».

TECTO SALARIAL

Foi ainda abolido o tecto salarial. Diz o comunicado emitido no final da reunião:

«Ponderadas as posições expandidas, em discussão na Assembleia da República do Decreto-Lei n.º 34/79 e as opiniões emitidas pelos parceiros sociais, o Governo, apreciadas cuidadosamente as consequências, resolveu, sem prejuízo da reposição futura, se as circunstâncias o vierem a aconselhar, abolir o tecto salarial.»

«Para esta decisão, e para além das opiniões e posições já referidas contribuíram, entre outras, algumas razões que são desde o reconhecimento da crescente corresponsabilização, aliás indispensável, dos parceiros sociais, à sensível melhoria da situação financeira do País face ao exterior, sem esquecer a provisoriedade inerente a uma política salarial do máximo pré-fixado. Pretende-se, neste modo, normalizar a negociação colectiva, pela aplicação do princípio de liberdade negociável.»



Reunido ontem, o Conselho de Ministros legisla nas áreas da Educação, Justiça, Cultura, Finanças e Trabalho. Dentro os diplomas mais significativos destaca-se um criando a DG da Educação de Adultos.

Segundo Aído Gomes, da SEC, a DGEA vai poder «efectivamente apoiar o Plano Nacional de Alfabetização e tomar-se uma ponte para uma efectiva educação permanente». Foi legislado, também, quanto aos «julgados de paz» e foi definido um regime jurídico sobre as relações colectivas de trabalho, o que vai facilitar, segundo Sá Borges, todo o processo de contratação colectiva. Entretanto, como se vai tomando hábito, não esteve presente à reunião o ministro Sousa Franco. Alberto Ramalheira, secretário das Finanças afirmou que o ministro «está a trabalhar com bastante profundidade na reestruturação» do ministério de sua tutela.

Mas o texto completo do comunicado final desta reunião é o seguinte: «1. Foram aprovados os seguintes projectos de Decreto-Lei:

— Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Educação; o que cria no Ministério da Educação a Direcção-Geral da Educação de Adultos (DGEA). Sucede à Direcção-Geral da Educação Permanente, transitando para aquela todos os seus direitos e obrigações).

— Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e dos Assuntos Sociais; o que determina a cessação do regime de instalação dos serviços e estabelecimentos dependentes da Secretaria de Estado da Saúde, em relação aos quais tal regime havia sido prorrogado por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 1064/79, de 1 de Junho e que cria o departamento de saúde pública nos da Administração Central de Saúde, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 56/79, de 15 de Setembro.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO

— O que isenta de emolumentos as certidões de equiparação ao ensino de Português e as autenticações dos documentos comprovativos de habilitações a equiparar ao ensino compreendido na escolaridade obrigatória;

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

— o que reestrutura o Gabinete para a Cooperação Económica Externa (GCEE). (O GCEE é o serviço que, no âmbito do Ministério das Finanças, assegura a ligação permanente entre o Ministério das Finanças e outros ministérios, designadamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito das acções sectoriais em que se desdobra a cooperação económica externa, suaciondo, acompanhando e coordenando as acções interministeriais neste domínio); O que dá nova redacção ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/74, de 27 de Maio. (Eleva para 5.000.000 o limite mínimo previsto no Decreto-Lei n.º 184/74, de 4 de Maio, relativo à obrigatoriedade de escatização de cheques). O que prorroga até 31 de Dezembro de 1980 o prazo estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de

Abril, para as empresas referidas nesse artigo ou que venham a ser assistidas pela Parapresa - Sociedade Parabancária para a Recuperação de Empresas, SARL, requererem a reavaliação dos bens do seu activo imobilizado corpóreo, com aproveitamento dos efeitos previstos no mesmo diploma, e bem assim dos benefícios estabelecidos na demais legislação em vigor para as reavaliações nos termos daquele decreto-lei e para a incorporação das correspondentes reservas do capital social das respectivas sociedades; O que aprova a reestruturação da Inspeção-Geral de Finanças; O que cria uma instituição parabancária, sobre a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada, com a designação de Finangest - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SARL, com o capital inicial de 1.000.000 de contos, a subscrever pelas instituições de crédito do sector público, incluindo o Banco de Portugal. A sociedade tem por objecto o exercício de actividades de natureza parabancária, designadamente a aquisição e cobrança de créditos, a gestão de participações financeiras a ceder a entidades públicas ou privadas e a promoção e administração de patrimónios cuja titularidade lhe advinha por virtude de transmissão de tais créditos ou de outros activos e passivos de instituições de crédito do sector público, com vista à sua valorização e consequente alienação. O que altera a denominação do Banco Micaelense para Banco Comercial dos Açores; O que dá nova redacção ao n.º 4 do artigo 29 do Decreto-Lei n.º 318/76, de 30 de Abril (apólice de seguro - caução da COSEC - Companhia de Seguros de Créditos EP), (Nos termos deste diploma, sem prejuízo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 318/76, de 30 de Abril, o titular de um órgão de gestão, corpos administrativos ou sociais de entidades dos sectores público e empresarial do Estado, seja exigido o depósito de numerário, títulos ou outros valores, garantias bancárias ou fianças para assegurar o cumprimento das obrigações legais ou contratuais assumidas perante o Estado, autarquias locais, institutos personalizados, empresas públicas e os serviços em geral, são estes obrigados a aceitar, em sua substituição, apólices de seguro-caução da COSEC).

— O que delimita a alteração do diâmetro e do peso da moeda de 25 escudos, criada pelo decreto n.º 847/78, de 15 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 534/77, de 30 de Dezembro; (A moeda de 25 escudos, criada por aquele diploma, tem sido rejeitada pelo público, dada a sua confusão com a moeda de valor facial de 5 escudos, devido não só à proximidade dos respectivos diâmetros como ao facto de serem fabricadas com a mesma liga metálica. Entretanto, mantém curso legal as moedas de 25 escudos actualmente em circulação, até que a respectiva recolta seja determinado por diploma a publicar oportunamente); o que aumenta o quadro de despachantes oficiais. (Passa doravante a ser exigida a aprovação em exame de provas públicas, em termos a definir pela Direcção-Geral das Alfândegas, como condição necessária, mas não suficiente para toda e qualquer nomeação como despachante oficial. Paralelamente, a distribuição dos candidatos aprovados naquelas pro-

vas, pelas vagas dos diversos quadros, será efectuada por concurso documental. O diploma aprovado prevê a possibilidade legal de se constituírem sociedades entre despachantes habilitados e empregados do sector. Igualmente se permite, a título transitório e por uma só vez, a inclusão dos despachantes das ex-colónias nos quadros nacionais de despachantes oficiais, alargando-se o quadro do número de vagas igual ao do número de vagas ora existente, ficando os lugares, assim criados, reservados para os aludidos despachantes e a preencher de harmonia com o condicionalismo adoptado para os concursos documentais que se estabelece neste diploma. Aos despachantes oficiais das ex-colónias que tiverem excedido o número de lugares agora criado será concedida uma cédula de despachante oficial, a título supranumerário, sob a condição de ficarem a pertencer a sociedades constituídas nos termos legais e em que um dos sócios, pelo menos, seja despachante oficial não supranumerário). O que cria, sob tutela do Ministério das Finanças, as seguintes empresas públicas, resultantes das fusões entre as companhias de seguros nacionalizadas citadas na resolução n.º 196/78, de 8 de Novembro: a) a «Aliança Seguradora, EP», com sede no Porto, que resulta da fusão das seguradoras nacionalizadas: Companhia de Seguros Douro, Mutual, Companhia de Seguros, Companhia de Seguros Curique, Companhia de Seguros Argus, Companhia de Seguros Tagus.

b) A «Companhia de Seguros Bonança, EP», com sede em Lisboa, que resulta da fusão das seguradoras nacionalizadas: Companhia de Seguros Comércio e Indústria, Companhia de Seguros Bonança, Companhia de Seguros União, Companhia de Seguros Ultramarina.

c) A «Companhia de Seguros Mundial Confiança, EP», com sede em Lisboa, que resulta da fusão das seguradoras nacionalizadas: Companhia de Seguros Mundial Confiança, A Pátria, Companhia de Seguros.

d) A «Companhia de Seguros Império, EP», com sede em Lisboa, que resulta da fusão das seguradoras nacionalizadas: Companhia de Seguros Império - O Alentejo, Companhia de Seguros.

e) A «Tranquilidade Seguros, EP», com sede em Lisboa, que resulta da fusão das seguradoras nacionalizadas: Companhia de Seguros Tranquilidade, Companhia de Seguros Garantia Funchalense, Companhia de Seguros a Nacional.

f) A «Fidelidade Grupo Segurador, EP» com sede em Lisboa, que resulta da fusão das seguradoras nacionalizadas: Companhia de Seguros Fidelidade, Grupo Segurador M.S.A. A Seguradora Industrial, Companhia Nacional de Seguros, Atlas, Companhia de Seguros. A universalidade dos bens, direitos e obrigações, incluindo as posições contratuais, que integram o activo e passivo das empresas fundidas, é integrado no património autónomo das respectivas empresas públicas resultantes das fusões, sendo o capital estatutário inicial de cada uma delas de 200 mil contos. O que altera a tabela a que se refere o n.º 1 do artigo 8 do Decreto-Lei n.º 408/78, de 26 de Setembro (seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel). O que autorizar o Banco de Portugal a abrir e cada uma das regiões Autónomas dos Açores e da Madeira uma conta gratuita até à importância equivalente a 5% do montante das receitas correntes da respectiva região cobradas no penúltimo ano.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O que atribui ao município de Amadora a classificação administrativa de «urbano de primeira ordem», nos termos do n.º 1 do parágrafo 1.º dos artigos 2.º e 3.º do código administrativo e fixa o quadro do pessoal de secretaria e tesouraria da Câmara Municipal de Amadora.

O que estabelece normas relativas à concessão e emissão de passeios especiais.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O que reestrutura a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; o que estabelece a organização e o funcionamento dos Juízos de Paz; O que reestrutura os institutos de Medicina Legal; O que aprova o novo Código de Processo de Trabalho, marcado pela simplificação e celeridade do processado nos tribunais com competência em matéria laboral.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O que mantém em vigor o regime de instalação das universidades, institutos universitários e demais estabelecimentos de ensino superior abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, e cria novos Conselhos Científicos e Pedagógicos; O que autoriza o ministro da Educação a, excepcionalmente e durante o período de inalação das escolas superiores de Medicina Dentária de Lisboa e Porto, a nomear como professor associado, individualidades especializadas que exercam funções determinadas e específicas. O que permite aos alunos de qualquer estabelecimento de ensino, chamados a participar em provas desportivas internacionais, a relevação de faltas durante o período de preparação e participação nas referidas provas bem como a marcação de uma época especial de exames.

MINISTÉRIO DA CULTURA E DA CIÊNCIA

O que estabelece diversas disposições relativas à coordenação e fomento das actividades teatrais e cinematográficas.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

O que estabelece o regime jurídico das instituições privadas de solidariedade social não lucrativas. O diploma define o estatuto das referidas instituições, de acordo com as disposições constitucionais respeitantes ao sistema de segurança social. O que cria o ramo de Clínica Geral e

reestrutura o de Saúde Pública na carreira médica. (Este diploma concretiza um compromisso assumido pelo Governo quanto à abertura de uma carreira alternativa há única actualmente existente (a de especialista hospitalar), permitindo que os cuidados primários de saúde possam ser prestados, em regime de relação personalizada com o utente, por médicos clínicos gerais, apoiados por médicos de saúde pública. Por outro lado, o diploma completa o conjunto de textos que reorganizam os serviços de saúde, tanto a nível central como distrital ou local, remodelam a gestão financeira e instituem uma correcta gestão de recursos humanos no sector).

MINISTÉRIO DO TRABALHO

O que estabelece o regime jurídico das relações colectivas de trabalho.

2. Foram aprovados os seguintes projectos de decreto:

O que aprova o acordo cultural entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular de Angola. O que aprova o acordo cultural entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau.

O que aprova para adesão o texto da Convenção Universal sobre direito de autor reviso em Paris a 24 de Julho de 1971.

O que aprova o protocolo com o qual se altera o subalínea 3.º do artigo 1.º da lei n.º 30 de Julho de 1956, que criou um Fundo Nacional de Solidariedade. O que aprova o acordo adicional à Convenção Geral sobre a segurança social entre a República Portuguesa e a República Francesa.

3. O Conselho resolveu:

Autorizar a concessão do aval do Estado ao financiamento intercalar, até ao montante de 30 mil contos, a conceder à empresa «Empreendimentos Urbanos e Turismo, J. Pimenta, SARL. Conceder o aval do Estado à SUPA - Companhia Portuguesa de Supermercados, SARL, no montante relativo aos encargos financeiros ocasionados com a prorrogação de todas as dívidas daquela empresa ao Estado e à Banca, nos termos do ponto 4.º 2.º da resolução do Conselho de Ministros n.º 228, de 15 de Setembro de 1977. Conceder o aval do Estado à mesma empresa, para a operação de subrogação a efectuar por parte da Banca, nos termos da resolução n.º 228/77, até ao montante de 231877 contos. Prolongar por 180 dias a vigência das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 422/76, na Empresa Sociedade Transformadora de Papéis Vovça,

Limitada (S. Paio de Oitros). Nomear o dr. Eduardo Henrique Serra Brandão membro do Conselho de Gerência da Siderurgia Nacional, EP. Revogar a resolução do Conselho de Ministros n.º 288/75, de 19 de Setembro (débitos da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, EP) e delegar nos ministros das Finanças e dos Transportes e Comunicações os poderes necessários a uma imediata regularização dos débitos da TAP, titulares ou não, até ao montante de 1450 milhares de contos.

Estabelecer diversas normas relativas aos principais fundos com autonomia administrativa e financeira que tenham apresentado em 1979 orçamentos privativos cujo total de despesas ultrapasse 500 milhares de contos. Nomeadamente é fixado que os mencionados fundos deverão elaborar quadros das respectivas situações financeiras e das principais operações realizadas, além dos mapas de receita e despesa baseados nos respectivos balancetes. Fixar determinadas normas respeitantes aos acréscimos de encargos com pessoal, resultantes da aplicação de convenções colectivas de trabalho em empresas públicas, de forma a não serem ultrapassadas as percentagens fixadas nas respectivas portarias conjuntas. Nomeadamente, a resolução aprovada estabelece que o limite para o agravamento da massa salarial terá de ser rigorosamente respeitado, tendo-se em atenção que o mesmo engloba todos os encargos e não apenas os aumentos da tabela salarial.

Criar uma Comissão Interministerial (com representação dos ministros das Finanças, Agricultura e Pescas, Indústria, Comércio e Turismo, dos secretários de Estado da Administração Pública e do presidente da Comissão para a Integração Europeia) com um mandato, nomeadamente, de:

Analisar a situação financeira do Fundo de Abastecimento, bem como as condicionantes dessa situação que sejam exteriores ao fundo, propondo as medidas necessárias ao seu saneamento financeiro, em ordem a evitar o peso crescente do défice do fundo do agravamento do Orçamento Geral do Estado.

Estudar e propor as medidas adequadas à melhor inserção do Fundo de Abastecimento do quadro da Administração Pública, por forma a que a política de abastecimento e preços seja a mais integrada e transparente possível e à evolução que o organismo deva ter em função da integração na Comunidade Económica Europeia, nomeadamente nos domínios energético e agrícola.



Fundação Cuidar o Futuro



Gabinete Pintasilgo em reunião frutuosa

ENSINOS PREPARATÓRIO E SECUNDÁRIO: CRIADOS MAIS 5600 LUGARES EFECTIVOS

◆ CRIADA A REGIÃO DE TURISMO DA COSTA VERDE

Terminada já alta madrugada a respectiva reunião, o Conselho de Ministros, segundo informa o habitual comunicado distribuído no final aos órgãos de Informação, tomou numerosas e importantes medidas em diversos sectores abrangidos pelos ministérios das Finanças, da Justiça, da Educação, do Comércio e Turismo, da Habitação e Obras Públicas e outros ainda. O Conselho aprovou o orçamento para um vasto programa de construção de habitações pelo FFH, autarquias, cooperativas e associações de moradores, bem como de recuperação de fogos degradados que permitirá o início da construção de beneficiação de 33 000 fogos em 1980; ao mesmo tempo, foi aprovada finalmente a Lei Orgânica do Fundo de Fomento da Habitação.

Do maior alcance foi ainda a definição da política de abastecimento de betata de semente e a criação da Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde), dotada de personalidade jurídica; outros diplomas importantes são os que autorizam a contratação de diversos empréstimos, designadamente os destinados a financiar o porto de pesca da Figueira da Foz e o aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira, os que criam a Central de Compras do Estado e a Inspeção-Geral de Seguros e o que cria a possibilidade de constituição de sociedades de advogados, antiga aspiração da profissão, a que o JN, há alguns anos, dedicou uma página especial.

Foram ainda estabelecidas as regras de atribuição dos subsídios de Natal e de férias aos professores não efectivos

dos ensinos preparatório, secundário e médio e uniformizados os grupos, subgrupos e disciplinas dos ensinos liceal e técnico profissional; ao mesmo tempo — e é outra notícia de vasto alcance para milhares de professores — foram adicionados mais 2 400 lugares de professores efectivos aos quadros preparatórios e mais 3 200 nos ensinos secundários.

Diplomas aprovados

Conforme dá conta o comunicado, foram aprovados, no âmbito dos diferentes ministérios, os seguintes projectos de decretos-lei:

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

— O que dá nova redacção aos artigos 4.º e 5.º do decreto-lei n.º 187/70, de 30 de Abril, editando-lhe o artigo 5.º-A (aquisição de títulos e outros valores no decurso do tempo, para o Estado);

— O que altera algumas disposições dos estatutos do Cofre de Providência do Ministério das Finanças;

— O que reestrutura a Direcção-Geral da Contabilidade Pública (DGCP);

— O que autoriza o Ministério das Finanças a emitir um empréstimo externo até ao montante de 17,5 milhões de marcos alemães, destinado a financiar o porto de pesca da Figueira da Foz;

— O que autoriza o ministro das Finanças a emitir um empréstimo externo até ao montante de 70 milhões de marcos alemães, destinado a financiar o aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira;

— O que cria, na dependência do Ministério das Finanças, a Inspeção-Geral de Seguros;

— O que cria a Central de Compras do Estado.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

— Foram aprovados os diplomas seguintes: — o que estabelece o estatuto dos Revisores Oficiais de Contas;

— o que cria a possibilidade de constituição de sociedades de advogados;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

— O que introduz alterações ao decreto-lei n.º 273/79, de 3 de Agosto (quadro único do pessoal administrativo dos estabelecimentos dos ensinos preparatório e secundário e das escolas do Magistério Primário);

— o que estabelece normas sobre a atribuição de subsídios de Natal e de férias aos professores profissionalizados não efectivos do ensino primário e aos professores provisórios e eventuais dos ensinos preparatório, secundário e médio;

— o que cria, no Ministério da Educação, a Direcção-Geral do Ensino Artístico;

— o que cria, no Ministério da Educação, o Gabinete do Ensino Português no Estrangeiro (GEPE);

— o que aprova a carreira docente do ensino superior politécnico;

— o que procede à unificação dos grupos, subgrupos e disciplinas dos ensinos liceal e técnico profissional, adiornando os quadros das escolas preparatórias 2 400 lugares de professores efectivos e aos quadros das escolas secundárias 3 200 lugares de professores efectivos;

— o que cria, no Minis-

terio da Educação, a Inspeção-Geral do Ensino e converte a Inspeção-Geral do Ensino Particular em Direcção-Geral do Ensino Particular e Cooperativo;

— o que aprova o estatuto dos Jardins de Infância do sistema público.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO CULTURAL, CULTURA E CIÊNCIA — O que cria o Instituto — Museu Nacional de Etnologia;

— o que introduz várias alterações ao decreto-lei n.º 47 791, de 11 de Julho de 1967 (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica).

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS — O que aprova o acordo sobre o comércio de produtos agrícolas entre a República Portuguesa e a Espanha.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO — O que cria a Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde), dotada de personalidade jurídica, abrangendo a área dos seguintes municípios: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paços de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Corveia.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — O que aprova o orçamento de programas destinado à construção de habitações pelo Fundo de Fomento da Habitação, autarquias locais, cooperativas de habitação e associações de moradores, bem como à recuperação dos fogos degradados;

— O que aprova a Lei Or-

gânica do Fundo de Fomento de Habitação.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA: — O que destrina que aos agentes e funcionários, que anteriormente trabalhavam nas instituições de previdência, seja contado, para efeitos de diuturnidades, o tempo de serviço prestado naquelas instituições:

— O que aplica aos oficiais do Quadro de Complemento do Exército, integrados nas PSP, disposições do decreto-lei n.º 439/73, de 3 de Setembro;

— O que integra o aumento das diuturnidades no cálculo das pensões de aposentação.

O Conselho resolveu ainda definir a política de abastecimento da batata de semente, tendo em muito especial atenção a promoção do escoamento da batata de produção nacional e uma equilibrada distribuição das importações pelas cooperativas agrícolas e pelos importadores que não têm aquele estatuto.

Foi estabelecida uma contingência de importação de 32 mil toneladas que poderá, no entanto, vir a ser ampliada no futuro, se as circunstâncias o justificarem.

Pelo ministro da Educação foi apresentado ao Conselho um projecto de decreto-lei tendente a regulamentar o estatuto dos ensinos particular e cooperativo.

O Conselho de Ministros, manifestando o seu apreço pelo exhaustivo trabalho desenvolvido pela Comissão do ME encarregada da sua elaboração, que auscultou, previamente, as entidades mais directamente interessadas no processo, deliberou não se pronunciar sobre o projecto, dada a complexidade da matéria e o extensíssimo articulado do documento (cerca de 300 artigos).

33.000 fogos a iniciar no próximo ano

Entretanto, o orçamento aprovado com destino à construção de habitações pelo FFH, autarquias, cooperativas e associações de moradores, bem como à recuperação de imóveis, engloba os seguintes programas concretos:

PROGRAMA A — PROMOÇÃO DIRECTA DA HABITAÇÃO — Procurar-se-á assegurar o lançamento em 1980 e de 10 mil fogos, cuja a execução se prolongará até 1983.

Com a execução destes empreendimentos, no quadriénio 1980-83, prevê-se a criação de, aproximadamente, 24 mil postos de trabalho, sendo o investimento previsto para este programa, no mencionado período de 10,56 milhões de contos.

PROGRAMA B — CASAS PREFABRICADAS — As acções

a desenvolver no âmbito deste programa têm por objectivo a conclusão, em 1980, de cerca de 6 mil fogos de casas prefabricadas do ex-programa CAR.

O volume de investimento previsto, nesse ano, eleva-se a 2,22 milhões de contos, que permitirá a manutenção de aproximadamente 6 mil postos de trabalho.

PROGRAMA C — EMPRESTIMOS ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS — Neste programa, de apoio às câmaras municipais, prevê-se que, em 1980, sejam lançados 2000 fogos a concluir até 1982, ascendendo o investimento, neste triénio, a 2,89 milhões de contos.

O volume de postos de trabalho que se prevê criar com a execução deste programa, atingirá 5 mil unidades.

PROGRAMA D — COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

— O volume de fogos, cujo início se prevê em 1980, eleva-se a 8100, a concluir até 1983.

O investimento previsto no quadriénio 1980-83 é de 8,15 milhões de contos, prevendo-se, em idêntico período, a criação de aproximadamente 20 mil postos de trabalho.

PROGRAMA E — PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE IMOVEIS DEGRADADOS — Destinado a recuperar os imóveis em degradação, cuja reparação ou beneficiação se revela economicamente justificável, pertencentes às câmaras municipais e a particulares, este programa prevê a recuperação de 7 mil fogos, até 1981.

O volume de investimentos para o biénio ascende a 1,89 milhões de contos, sendo o número de postos a criar de cerca de 4 mil unidades.

Isto significa o início de construção em 1980 (pelo menos ficam assentes os alicerces orçamentais) de mais 25.000 fogos, além da recuperação de outros 8100, o que representa em termos de investimento um quantitativo da ordem dos 27 milhões de contos.

